Quinta-feira, 27 de novembro de 2025 I Série — Número 34

DIÁRIO da Assembleia da República

XVII LEGISLATURA 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2025-2026)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 26 DE NOVEMBRO DE 2025

Presidente: Ex.mo Sr. Marcos da Cunha e Lorena Perestrello de Vasconcellos

Secretários: Ex.mos Srs. Francisco Maria Gonçalves Lopes Figueira
Joana Fernanda Ferreira de Lima
Maria Germana de Sousa Rocha

S U M Á R I O

O Presidente (Marcos Perestrello) declarou aberta a sessão às 10 horas e 4 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa da Proposta de Lei n.º 46/XVII/1.ª (ALRAM), dos Projetos de Lei n.os 294/XVII/1.ª (PSD) e 295/XVII/1.ª (PS), e do Projeto de Resolução n.º 365/XVII/1.ª (PCP).

No âmbito do debate, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 37/XVII/1.ª (GOV) — Aprova o Orçamento do Estado para 2026, foram discutidos e votados artigos e propostas de alteração avocadas pelo Plenário — artigos 113.º a 132.º e propostas de artigos novos —, tendo usado da palavra, a diverso título, além do Ministro dos Assuntos Parlamentares (Carlos Abreu Amorim) e do Secretário de Estado Adjunto e da Energia (Jean Barroca), os Deputados Patrícia Gonçalves (L), Isabel Alves Moreira (PS), Pedro Pinto (CH), Paulo Muacho (L), Ricardo Carlos (PSD), Alfredo Maia (PCP), Paula Santos (PCP), João Pedro Louro (PSD), Miguel Matos (PS), Rita Matias (CH), Paulo Núncio (CDS-PP), Angélique Da Teresa (IL), Mariana Mortágua (BE), Hugo Soares (PSD), António Mendonça Mendes (PS), Filipe Sousa (JPP), Sofia Andrade (PS), Sandra Ribeiro e Raul Melo (CH), Inês de Sousa Real (PAN), Jorge Miguel

Teixeira (IL) e Catarina Salgueiro (CH).

Prosseguiu a discussão, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 37/XVII/1.ª (GOV) — Aprova o Orçamento do Estado para 2026 (artigos 135.º a 139.º, 53.º, 7.º e 1.º). Usaram da palavra, a diverso título, além dos Secretários de Estado Adjunto da Política da Defesa Nacional (Nuno Pinheiro Torres), da Presidência e da Imigração, das Pescas e do Mar (Salvador Malheiro) e o do Orçamento (José Maria Brandão de Brito), os Deputados João Antunes dos Santos (PSD), Ana Bernardo (PS), Martim Syder (PSD), Rui Rocha (IL), António Rodrigues (PSD), Maria José Aguiar, José Carvalho, Ricardo Dias Pinto e Jorge Galveias (CH), Pedro Delgado Alves (PS), Hugo Carneiro (PSD), Inês de Sousa Real (PAN), Paula Santos (PCP), Isabel Mendes Lopes (L), Vanessa Barata, Nuno Gabriel, José Dias Fernandes, Armando Grave e Nuno Simões de Melo (CH), Filipe Sousa (JPP), Ricardo Lopes Reis e Cristina Rodrigues (CH), Joaquim Barbosa (PSD), Armando Mourisco (PS), Vânia Jesus (PSD), Rui Jorge Santos, Paulo Lopes Silva, Nuno Fazenda e Dália Miranda (PS), Emídio Guerreiro (PSD), Frederico Francisco, Luís Dias e Eduardo Pinheiro (PS), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Eurico Brilhante Dias e Hugo Oliveira (PS), Alexandre Poço (PSD), Luís Paulo Fernandes, Daniel Teixeira e Madalena Cordeiro (CH), Miguel Rangel (IL), Mariana Mortágua (BE), Filipa Pinto (IL), Lia Ferreira (PS), Maurício Marques e Ana Isabel Ferreira (PSD), Mário Amorim Lopes (IL), António Mendonça Mendes (PS), Pedro Pinto (CH) e Hugo Carneiro (PSD).

O Presidente encerrou a sessão eram 14 horas e 11 minutos.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr.as e Srs. Deputados, vamos dar início aos nossos trabalhos. Está aberta a sessão.

Eram 10 horas e 4 minutos.

Peço aos Srs. Agentes da autoridade o obséquio de abrir as galerias.

Vamos iniciar os nossos trabalhos dando a palavra ao Sr. Secretário da Mesa para fazer a leitura do expediente.

O Sr. **Secretário** (Francisco Figueira): — Sr. Presidente, passo a anunciar à Câmara que deram entrada na Mesa, e foram admitidas pelo Sr. Presidente, a Proposta de Lei n.º 46/XVII/1.ª (ALRAM), os Projetos de Lei n.os 294/XVII/1.ª (PSD) e 295/XVII/1.ª (PS), e o Projeto de Resolução n.º 365/XVII/1.ª (PCP).

É tudo, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Vamos agora entrar na ordem do dia, com a discussão das normas avocadas pelo Plenário.

No âmbito de um artigo 113.º-A, tem a palavra a Sr.ª Deputada Patrícia Gonçalves, do Livre.

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, a proposta de aditamento do Livre, de um artigo 113.º-A, propõe a criação do Plano Nacional de Segurança Digital para crianças e jovens.

Em 2025, o Conselho da Europa dedica o ano à cidadania digital, lembrando-nos da urgência de preparar os cidadãos para o uso saudável, seguro, informado e ético dos ambientes digitais.

O próprio Governo assumiu, na Estratégia Única dos Direitos das Crianças e Jovens 2025-2035, o compromisso de garantir segurança e bem-estar na era digital.

O plano que o Livre propõe é um passo concreto para cumprir esse compromisso. Quero sublinhar especialmente, no ponto dois, a alínea *b*) — «Promover a consciencialização sobre a desinformação e os seus riscos» — e a alínea *e*) — «Identificar sinais de manipulação por parte de criadores de conteúdos e participantes em fóruns de discussão» —, e que não estranhamos o voto contra de determinada bancada…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Quem é que será?

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — … nestes pontos e favorável noutros. Está assinalado.

Isto é absolutamente fundamental para protegermos os nossos mais novos, que vivem imersos num ambiente digital, saturado de pressões, de desinformação e táticas de manipulação. E também para protegermos a própria democracia, que depende de cidadãos informados, críticos e capazes de resistir a influências maliciosas.

Esta proposta reforça políticas públicas baseadas em evidência, alinhadas com orientações europeias e internacionais, e responde às preocupações expressas pelas próprias crianças e jovens.

Por isso, apelo ao vosso voto favorável na proposta 2051-C, do Livre. É uma medida concreta, necessária e urgente para garantir uma vida digital mais responsável, mais segura e mais ética, e para proteger quem devemos proteger primeiro — os nossos mais novos e, também, a democracia que todos defendemos.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Passamos ao debate em torno de um artigo 116.º-A.

Para o efeito, tem a palavra a Sr.ª Deputada Isabel Moreira, do PS.

A Sr.ª **Isabel Alves Moreira** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, decidimos pedir a avocação desta proposta pelo Plenário porque não defendemos as pessoas em função do que dá votos ou de perceções que as maldades de alguns instalam,…

Protestos da Deputada do CH Rita Matias.

… num Portugal que é mais Portugal se for de uns com os outros, e não de uns culpando outros.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Muito bem!

A Sr.ª **Isabel Alves Moreira** (PS): — Portugal é, para nós, mais Portugal por saber de séculos de discriminação, de campos de concentração, de dia 2 de agosto, que marca o dia em memória do holocausto cigano,…

Protestos do CH.

… de esterilizações forçadas, de éditos de expulsão e da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas, já aprovada — ela sim, o caminho certo que deve ser atualizado.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Os presos políticos do PREC (Processo Revolucionário em Curso) não interessam para nada!

A Sr.ª **Isabel Alves Moreira** (PS): — Portugal, para nós, é mais Portugal se promover a cultura, a economia e o emprego, a habitação, os direitos das mulheres ou a saúde.

Para nós, patriotismo é isto: cidadãos iguais em dignidade, coesão, espírito de comunidade, gosto pela diferença.

É por isso que votamos a favor desta proposta.

Aplausos do PS e do L.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem agora a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto, do Chega.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Secretários de Estado, Sr.as e Srs. Deputados, depois de ouvir a fantástica intervenção da Sr.ª Deputada Isabel Moreira, sempre na sua defesa das comunidades ciganas, tenho uma coisa a dizer: concordo plenamente, quando diz que os cidadãos têm de ser todos iguais em Portugal; mas têm de ser todos iguais em tudo — têm de ter direitos, mas também têm de ter deveres. E o grande problema da comunidade cigana é que continua sem ter deveres em Portugal. E os senhores continuam a branquear essa falta de deveres.

Vou-lhe dar vários exemplos: agressões nas escolas a colegas, professores e funcionários — o que é que o PS e o Livre fazem? Ficam em silêncio; agressões nos hospitais a médicos, enfermeiros e a todo o pessoal de trabalho — o que é que o Livre e o PS fazem? Ficam em silêncio; agressões a militares da GNR (Guarda Nacional Republicana), particularmente no Alentejo — o que é que o Livre e o PS fazem? Ficam em silêncio.

Portanto, o que querem é branquear.

Ouça, isto é muito fácil: o que discrimina é não terem regras. Se cumprirem as regras deste País, não há discriminação nem racismo nenhum. Têm é de cumprir as regras, Sr.ª Deputada. É cumprir a lei!

Aplausos do CH.

Trabalharem, descontarem como os outros portugueses.

Olhe, Sr.ª Deputada, é a vida!

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Muacho, do Livre.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr.as e Srs. Membros do Governo, agradecemos ao Partido Socialista a avocação desta proposta do Livre para a criação de uma nova estratégia para a igualdade, inclusão e participação das comunidades ciganas, que foi chumbada por toda a direita…

Protestos do Deputado do CH Rui Cardoso.

… e que deixa também muito claras as posições dos vários partidos.

Que o Chega tenha votado contra não surpreende ninguém. Para o Chega, as pessoas ciganas só servem para terem um bode expiatório e para irem para as feiras, nas campanhas, provocar números para as câmaras.

Protestos do CH.

A verdade é que a última Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas, de 2013-2020, teve a sua vigência estendida até 2022.

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

E, desde então, nenhuma nova estratégia foi aprovada. E Portugal, segundo a Amnistia Internacional, é hoje o único país da União Europeia que não tem em vigor uma estratégia nacional de inclusão das comunidades ciganas. Até a Hungria tem um documento deste teor.

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Grande Hungria!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Por isso, vimos com espanto o PSD, o CDS e a Iniciativa Liberal votarem contra esta proposta, que a única coisa que pede é que o Governo aprove uma nova estratégia nacional, e que quer agir em áreas tão importantes como a igualdade de género, a formação profissional e o acesso ao mercado de trabalho.

Protestos do Deputado do CH Marcus Santos.

Portanto, os Srs. Deputados, das várias bancadas e dos vários partidos, têm hoje a oportunidade de poder corrigir este voto ou de o justificar perante o País.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — A Sr.ª Deputada Isabel Moreira pede a palavra, para um pedido de esclarecimento ao Sr. Deputado Paulo Muacho. Faça favor.

A Sr.ª **Isabel Alves Moreira** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Muacho, falou-se aqui em formas de discriminação e queria perguntar-lhe porque é que acha que já estivemos juntos, a esquerda e até o PSD, na lógica desta estratégia.

Vozes do CH: — Esquerda e esquerda!

A Sr.ª **Isabel Alves Moreira** (PS): — O que é que acha que leva, neste momento, a não haver consenso para uma estratégia e porque é que acha que não há um sobressalto geral na sociedade,…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Pois, não há!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Então não há?! Chama-se democracia!

A Sr.ª **Isabel Alves Moreira** (PS): — … quando há cartazes que dizem «os ciganos têm de cumprir a lei», quando todos teríamos o mesmo sobressalto se esses cartazes, por exemplo, dissessem «os judeus têm de cumprir a lei».

Aplausos do PS.

Protestos do CH.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Muacho.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada Isabel Moreira, agradeço a pergunta.

Desconheço porque é que esse consenso se quebrou. A verdade é que, durante muitos anos, houve esse consenso neste Parlamento, entre as várias bancadas — seja de esquerda, seja de direita —, de que é necessário agir para garantirmos uma efetiva igualdade de todos perante a lei, mas esse consenso está a quebrar-se. Está a quebrar-se porque há grupos políticos que querem ir atrás dessa narrativa que quer criar bodes expiatórios,…

Protestos da Deputada do CH Rita Matias.

… que quer criar aqueles que são os culpados de tudo.

Protestos do CH.

Nós acreditamos que todos são iguais perante a lei,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Escreve no *Twitter*!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — … que todos devem ter os seus direitos e os seus deveres reconhecidos, sejam as pessoas da comunidade cigana, seja a bancada do Chega.

Aplausos do L e do PS.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Fugiste de Campo Maior sabe-se lá porquê…!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Passamos agora ao artigo 118.º — Complemento de deslocação e de alojamento para estudantes.

Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Ricardo Carlos, do PSD.

O Sr. **Ricardo Carlos** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, vamos então discutir os complementos de deslocação e de alojamento dos alunos do ensino superior, tema que o Partido Socialista ignorou durante os oito anos em que esteve no Governo e para o qual agora decidiu acordar.

Agora, que o Governo já anunciou que está a preparar uma reforma do sistema de ação social, é que o PS se lembra de criar mais complexidade. Este Governo é um Governo sério e que olha para as necessidades dos estudantes do ensino superior.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Ricardo Carlos** (PSD): — Srs. Deputados, conseguem perceber o atual regulamento? Já o leram?

É um regulamento que leva a diferentes interpretações, por diferentes instituições, e que cria desigualdades. O PS quer ainda adensar esta manta de retalhos, quer ainda criar mais desigualdades, concedendo apoios de formas praticamente indiscriminadas.

O Governo irá reformar efetivamente a ação social no ensino superior, criando um modelo mais justo, progressivo e previsível, capaz de refletir os custos reais, especialmente para os estudantes deslocados; capaz de corrigir falhas estruturais no sistema, sendo transparente, eficiente e, muito importante, captando situações de vulnerabilidade económica não captadas nos critérios clássicos de atribuição de bolsas.

A ação social para o ensino superior, no próximo ano, prevê um aumento de 30 milhões, Srs. Deputados — 30 milhões! Um aumento para garantir um sistema justo e robusto.

Mas o Governo prevê também um aumento da oferta de residências. E assim conclui, em 2026, 127 residências, novas ou reabilitadas, aumentando a oferta de 15 000 camas para 26 000 camas, praticamente o dobro.

E atenção, Srs. Deputados — e, em particular, Srs. Deputados do Partido Socialista —, estas são as camas que foram programadas em 2018, mas que só agora conseguem ver a luz do dia.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — A propósito de um artigo 118.º-A, tem a palavra o Sr. Deputado Alfredo Maia, do PCP.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, à conta de um mito, de uma mentira, e, também podemos dizê-lo, de um puro e perigoso preconceito ideológico,…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Ah! O PCP a falar sobre preconceito ideológico!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — … a direita e o PS continuam a impedir o avanço na criação da rede pública de creches que o PCP defende.

O mito consiste em considerar que os setores social e solidário, e até o setor privado, resolvem e substituem o Estado…

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Podem prestar serviço público, podem!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — … na provisão das necessidades das crianças e das famílias em creche e em jardim de infância.

A mentira reside em afirmar que o PCP é contra as IPSS (instituições particulares de solidariedade social) e contra a iniciativa privada, designadamente na educação e no ensino.

Não, Srs. Deputados, não somos contra. É necessário acabar com o tal mito, com tamanha mentira e com o enorme obstáculo ideológico, que são meras desculpas para travar os progressos necessários e garantir lugares em creche para todas — sublinho, para todas! — as crianças, de forma gratuita e universal.

A creche não é apenas um espaço de guarda e apoio social e emocional às crianças e às famílias; é, cada vez mais, a primeira e fundamental etapa do direito constitucional à educação, desde a mais tenra idade até aos mais elevados graus do ensino e do conhecimento.

Independentemente das opções das famílias, devem ser garantidos a todos a equidade no acesso à educação e ao ensino e as condições para o desenvolvimento integral da criança e do jovem.

Essa incumbência do Estado exige a criação de uma rede pública de creches, tal como é garantida a escola pública, incluindo a sua rede de jardins de infância, ainda muito insuficiente. A proposta que trazemos a debate — rejeitada com os votos contra do PSD, do Chega, da IL e do CDS e a abstenção do PS —, pretende assegurar, até 2031, o número suficiente de vagas para todas as crianças, mobilizando os imóveis e os recursos públicos necessários.

Venha daí o vosso voto para avançarmos!

Aplausos do PCP.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Vão fazer uma creche na Atalaia?!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Ainda no âmbito de um artigo 118.º-A, tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares** (Carlos Abreu Amorim): — Sr. Presidente, a proposta que foi apresentada concretiza o compromisso do Governo de retomar um mecanismo moderado, previsível e responsável de atualização das propinas, após cinco anos de congelamento que foi imposto por sucessivos Orçamentos do Estado.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — E o resultado não foi famoso: o congelamento prolongado fragilizou a autonomia financeira das instituições do ensino superior, deteriorou a sua capacidade de investimento e limitou a resposta às exigências de qualidade e de modernização.

A atualização proposta, sublinhamos, é extremamente moderada e estritamente técnica. Esta medida é acompanhada pelo maior reforço da Ação Social Escolar dos últimos anos, aplicável já no ano letivo de 2026-2027, com um aumento substancial do investimento público, para garantir que nenhum estudante do ensino superior ficará para trás.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Ao contrário do que reza a narrativa alarmista, atualizar as propinas da forma como está previsto e que desejamos não prejudica o acesso a nenhum estudante. O que prejudica é manter um congelamento artificial, que desvaloriza a qualidade do ensino e que agrava a desigualdade entre as instituições.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O modelo proposto reforça, simultaneamente, quer a autonomia financeira das instituições quer a justiça social, combinando uma atualização moderada com uma ação social mais robusta e progressiva.

A atualização das propinas está, sim, Srs. Deputados, alinhada com três compromissos centrais do Governo: em primeiro lugar, melhorar a qualidade e competitividade do ensino superior; em segundo lugar, apoiar quem mais precisa, com um novo modelo reforçado e progressivo da ação social; em terceiro lugar, garantir que Portugal continue a qualificar-se, com ambição, equidade e responsabilidade financeira.

É apelando à responsabilidade, mas à responsabilidade política das bancadas desta Casa, que o Governo pede a aprovação desta proposta.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.ª Deputada Paula Santos, do PCP.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Ministro, o Governo pretende aumentar as propinas exatamente no ano letivo em que houve menos candidatos ao ensino superior,…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Não tem nada a ver com propinas!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — … em que houve candidatos que entraram e não se matricularam.

Isso devia fazer o Governo questionar-se e refletir sobre porque é que há menos estudantes que se candidatam ao ensino superior.

As propinas são, de facto, um elemento de bloqueio. Portanto, querer aumentar as propinas é criar dificuldades no acesso ao ensino superior, é deixar estudantes para trás,…

Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares e do Deputado da IL Carlos Guimarães Pinto.

… é impedir que estudantes tenham acesso ao ensino superior, porque existem bloqueios como as propinas. Por isso é que defendemos a eliminação das propinas, porque, quando a nossa Constituição diz que todos devem ter acesso aos mais elevados níveis de ensino, estamos também a falar do ensino superior, e isso exige que sejam garantidas essas condições de evolução para que, de facto, haja essa gratuitidade.

O Sr. Ministro falou, na sua intervenção, da autonomia das instituições de ensino superior, mas aquilo que tem fragilizado essas mesmas instituições de ensino superior é o desinvestimento e é o facto de o Orçamento do Estado nem sequer transferir as verbas necessárias para as despesas correntes, transferindo esse ónus para os estudantes e para as famílias.

Se o Governo está verdadeiramente preocupado com as instituições de ensino superior, a questão que lhe deixo é a de saber porque não garante o financiamento necessário para assegurar não só as despesas correntes, mas também uma perspetiva de desenvolvimento dessas mesmas instituições.

Essa é a vossa responsabilidade, é isso que o Governo deve fazer: garantir o financiamento adequado, e não transferir esse financiamento e desresponsabilizar-se perante os estudantes e as famílias.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, tem a palavra, para prestar esclarecimentos.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada Paula Santos, na retórica política e no debate parlamentar, muitos exercícios são possíveis, mas nem todos são convenientes.

Digo-lhe, com toda a sinceridade, que tentar fazer uma relação de causa-efeito entre um fenómeno negativo — em relação ao qual o Governo está a tomar as providências necessárias —,…

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — … que foi o menor grau de acesso de estudantes ao ensino superior, e o aumento que estamos agora a discutir, que não chega a 13 € por ano, das propinas do ensino superior, vai-me desculpar, Sr.ª Deputada, é querer, efetivamente, conforme se diz, «enfiar o Rossio na Betesga», e numa Betesga que não tem dimensão nem intelectual nem física para isso.

Aplausos do PSD.

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

Sr.ª Deputada, nas licenciaturas, doutoramentos e cursos de pós-graduação, o valor máximo reflete apenas a variação do IPC (índice de preços no consumidor), sem a variação de 2025. Nos mestrados profissionalizantes, o valor máximo passa a seguir o valor da licenciatura, trazendo total coerência ao sistema. Repito, este é um aumento moderado, responsável, equilibrado,…

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

… que traz, sim, Sr.ª Deputada, autonomia às universidades, às instituições do ensino superior.

Apelo novamente à responsabilidade política destas bancadas para estarem, com o Governo, ao lado destas instituições.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Pedro Louro, do PSD.

O Sr. **João Pedro Louro** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, o PSD avoca estas duas propostas para dar uma última oportunidade a esta Assembleia da República de discutir com seriedade o futuro do ensino superior e, sobretudo, de o decidir com consciência.

De um lado, temos a proposta do Partido Socialista, uma proposta pouco sensata, pouco equilibrada, que promete o congelamento geral das propinas, que coloca em causa a inovação, a sustentabilidade e o financiamento das instituições de ensino superior, prejudicando assim a sua capacidade de competirem internacionalmente. Trata-se de uma proposta que, nas palavras do antigo ministro socialista da educação Marçal Grilo, é um erro crasso e um erro grosseiro.

Aplausos do PSD.

Mas, do outro lado, temos a proposta do PSD e do CDS, uma proposta equilibrada, uma proposta sensata, que atualiza o valor das propinas 1 € por mês, 13 € por ano. É uma proposta que protege os estudantes, nomeadamente os estudantes que estão a frequentar os mestrados profissionalizantes. É uma proposta que está associada a um enorme aumento do investimento na ação social…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Afinal aumenta alguma coisa! Dizia que não aumentava nada, mas aumenta alguma coisa!

O Sr. **João Pedro Louro** (PSD): — … e a um enorme compromisso em executar o Plano Nacional para o Alojamento no Ensino Superior.

Protestos do Deputado do PS Miguel Matos.

Sim, é a ação social que garante a igualdade de oportunidades a todos os estudantes, é a ação social que garante que nenhum estudante é deixado para trás.

Vozes do PSD: — Muito bem!

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

O Sr. **João Pedro Louro** (PSD): — Se os Deputados do Partido Socialista tivessem lido o estudo sobre a ação social, saberiam que é o custo do alojamento o maior obstáculo financeiro e económico aos estudantes do ensino superior.

Por isso, Sr.as e Srs. Deputados, este debate é importante, mas é importante também clarificar a posição do Chega face a estas propostas. Depois de terem mudado o seu sentido de voto à 25.ª hora…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ah, uma tragédia! Uma tragédia! O que é que faremos agora?!

O Sr. **João Pedro Louro** (PSD): — … e terem ficado do lado errado da história, é importante o Chega clarificar a sua posição e dizer se vai continuar de mãos dadas com o Partido Socialista e com toda a extrema esquerda ou se vai ficar do lado da responsabilidade, das instituições do ensino superior e de todos os estudantes do ensino superior.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Costa Matos, do PS.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, ainda ninguém percebeu que o PSD dizia que era tão irrelevante um aumento das propinas para as famílias,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não aumentava nada!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — … mas para o Estado, supostamente, já é muito relevante que tenham congelado as propinas para as instituições de ensino superior. Já é muito relevante!

Protestos de Deputados do PSD e do CH.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Se não percebe isso, percebe zero! Zero, zero, zero! Não percebe nada! Sente-se!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Ora, Sr.as e Srs. Deputados, percebo que incomode dizer que vão fazer um grande mau serviço ao País e às famílias, ao aumentar as propinas, mas é importante dizer que esta medida custa apenas 2,6 milhões de euros.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Não, não!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — É por isto que vocês querem penalizar as famílias.

Ainda ninguém percebeu porque era tão irrelevante aumentar as propinas, mas o Grupo Parlamentar do PSD teve de vir desautorizar o Governo e apresentar a sua própria proposta em relação às propinas. Ainda ninguém percebeu que os mestrados profissionalizantes vão passar a ter o mesmo teto que as licenciaturas, quando já assim é, Srs. Deputados, desde 2003, desde a lei de bases do financiamento do ensino superior.

Aplausos do PS.

Querem enganar quem, Sr. Ministro?! Querem enganar quem?

Ainda ninguém percebeu que dizem que as instituições de ensino superior, coitadinhas, vão ser prejudicadas com este congelamento das propinas, quando desde há muitos anos que elas são compensadas pelo congelamento das propinas, quando têm subido nos *rankings*, não obstante as propinas estarem congeladas.

Sr. Presidente, ainda ninguém percebeu como é que o Sr. Ministro tenta dizer que este é o maior aumento da ação social no ensino superior, quando este ano é de 30 milhões de euros e o PS aprovou, no Orçamento do Estado para 2024, um aumento de 70 milhões de euros. Ora, como é que 30 é mais do que 70, Sr. Ministro?! Quer um manual de matemática? Tem de voltar ao ensino superior, Sr. Ministro!

Aplausos do PS.

Mas, de facto, é surpreendente que falem do alojamento, quando foi aprovada, nesta Câmara, a Lei n.º 8/2025, que alargava à classe média o apoio ao alojamento e este Governo decidiu não cumprir.

Apresentaram, de facto, um estudo para a ação social no ensino superior e decidiram não fazer nada. É por isso que este ano foi mesmo o primeiro, em 10 anos, em que diminuiu o número de alunos que entraram para o ensino superior. É uma vergonha, mas está nas vossas mãos. Têm ainda a oportunidade, porque, se ninguém ainda percebeu, podem mudar o vosso sentido de voto e corrigir a vossa votação.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Rita Matias, do Chega.

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, devem estar familiarizados com este documento.

A oradora exibiu o documento que referiu.

É o nosso recibo de vencimento, que, desde o Orçamento passado, passou a incluir mais 119 € por mês para todos os Deputados, à exceção do Chega, que abdicou desse aumento.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Não, não!

Protestos de Deputados do PSD, do PS e da IL.

Portanto, o mesmo PSD que aumentou o salário dos políticos no ano passado diz este ano que não tem dinheiro para o ensino superior e que precisa de aumentar as propinas.

Aplausos do CH.

Dizem que é, e passo a citar, «para ter em conta o custo real da formação».

Sou sincera: se os salários dos Deputados tivessem em consideração a sua produtividade, o número de vezes que falam, o número de projetos que fazem, acho que há muitos Deputados aqui que tinham de pagar para estar cá dentro.

Aplausos do CH.

Protestos de Deputados do PSD.

Srs. Deputados, a resposta é óbvia. A qualidade do ensino superior aumentou? Não. Os jovens portugueses deixaram de emigrar? Não. A vida ficou mais fácil para os jovens? Não. Então, enquanto tudo isto não mudar, não aumentamos nem mais um cêntimo para os jovens portugueses.

Aplausos do CH.

Protestos do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Patrícia Gonçalves, do Livre.

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, felizmente, na votação deste Orçamento do Estado, o Parlamento travou um claro retrocesso. Alguns dirão que houve uma coligação negativa, nós dizemos outra coisa: é sempre positivo, mais, é essencial defender o ensino superior público e de qualidade.

O PSD e o CDS tentaram enganar o Parlamento com uma proposta chamada «limitação das propinas em todos os ciclos de estudo». Mas o título não tinha nada a ver com o conteúdo.

A proposta descongela as propinas e retira qualquer teto aos custos dos mestrados não profissionalizantes. «As propinas para os restantes ciclos de estudo conducentes ao grau de mestre no ensino público devem ter em consideração o custo real da formação» — é isto que está escrito no n.º 3. Isto não são 13 € anuais, são mais.

Querem que vos deixemos trabalhar assim, à custa dos estudantes e das famílias que fazem sacrifícios para garantir a sua formação? Um Governo que diz defender os jovens e o futuro do País não age assim.

Felizmente, o Parlamento não faltou às suas responsabilidades e votou contra esta proposta. Espero que hoje também esteja à altura dessas responsabilidades e volte a votar contra.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Paula Santos, do PCP, para uma intervenção.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Ministro, já vimos este filme: começam sempre com a justificação de que são pequenas atualizações e, quando se dá por ela, o valor já é bastante elevado — aliás, como aconteceu no passado, em que se ultrapassou os 1000 € nas propinas de licenciatura.

O reforço da Ação Social Escolar de que o Governo aqui fala fica longe das necessidades para, de facto, garantir uma efetiva igualdade no acesso, na frequência e no sucesso escolares.

Portanto, a questão que se impõe é aquela que o PCP defende: é eliminar as propinas, eliminar as taxas e os emolumentos, garantir o financiamento adequado às instituições de ensino superior. Verão que aí, sim, teremos mais qualidade…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O PCP podia ter utilizado o tempo ontem!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Núncio, do CDS, para uma intervenção.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, por aplicação simples da lei de bases do financiamento do ensino superior, as propinas do ensino superior subiriam, no próximo ano, para um valor superior a 1000 €. Por proposta conjunta do Grupo Parlamentar do PSD e do CDS, as propinas serão apenas atualizadas de acordo com a taxa de inflação.

Esta atualização é justa e adequada. Corresponde apenas a 1 € por mês. Permite o reforço do financiamento e da autonomia do ensino superior, melhorando aquilo que é fundamental em Portugal, melhorando a qualidade do ensino superior. E, ao mesmo tempo, permite também o reforço da ação social para os alunos de famílias mais carenciadas.

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

Infelizmente, esta proposta dos grupos parlamentares do PSD e do CDS foi chumbada ontem.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ontem foi o 25 de Novembro!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Mais uma vez, houve uma coligação negativa entre toda a esquerda e o Chega, lembrando um mau padrão da última legislatura.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Olha, o 25 de Novembro!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — E este Governo e esta maioria vêm novamente apresentar esta proposta, porque o acordo que foi feito entre toda a esquerda e o Chega…

Protestos do Deputado do PS Porfírio Silva.

… é um acordo que prejudica a ação social e é um acordo que beneficia, acima de tudo,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Os alunos!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — … os estudantes com mais rendimentos.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — É verdade!

Risos do Deputado do CH Pedro Pinto.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — E essa é uma medida que não abona a favor da equidade. É uma medida que pode ser defendida pela esquerda, porque a esquerda tem uma noção muito estranha de equidade social, mas não deveria ser aprovada pelo Chega, porque o Chega, ao aprovar esta medida, está a colocar-se, outra vez, ao lado e ao colo da esquerda,…

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto e do Deputado do PS Porfírio Silva.

… e isso não abona a favor da equidade social.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — É verdade!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — E, por isso, nós fazemos esta proposta, nós avocamos esta medida, para que o PS, o resto da esquerda, mas acima de tudo o Chega possam corrigir o sentido de voto e possam reforçar a autonomia, reforçar o financiamento, reforçar a melhoria e a qualidade do serviço da universidade pública…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Peçam ao PS!

Protestos do Deputado do PS Pedro Vaz.

… e, acima de tudo, reforçar a ação social dos alunos mais carenciados. Aí, sim, estamos a fazer justiça social.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Costa Matos, do PS.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Miguel, diz que já aprovas o Orçamento!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Sr. Presidente, nós temos três perguntas para o Sr. Deputado Paulo Núncio.

O Sr. Deputado disse que se não fosse aprovada a proposta de alteração do PSD e do CDS, reverteríamos para a lei de bases do financiamento do ensino superior e as propinas aumentariam para 1100 €.

Protestos do PSD.

E, portanto, que fique claro que a intenção do Governo, com esta proposta de lei, era então aumentar as propinas não em 13 €, como foi dito, mas até ao valor de 1100 €.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Não!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — E teve de vir o Grupo Parlamentar do PSD, o Sr. Deputado Hugo Soares, dar aqui a mão ao Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

A segunda pergunta é se, de facto, os 2,6 milhões de euros que isto custa no próximo ano não iriam ser compensados nas instituições de ensino superior,…

Protestos do PSD.

… porque essa tem de ser a conclusão, quando o Sr. Deputado diz que aprovar esta medida implica retirar financiamento às universidades.

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — Claro!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Ora, iriam mesmo tirar esse dinheiro às instituições de ensino superior? Está mesmo a dizer que apenas 2,6 milhões de euros apenas iriam prejudicar as instituições de ensino superior e a sua competitividade?

Terceira e última pergunta, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Farta-se de perguntar! Podes perguntar, que perguntas bem!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — O Sr. Deputado falou da ação social e disse que aprovar esta proposta implica prejudicar a ação social. E eu pergunto-lhe, olhos nos olhos,…

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Olhos nos olhos?!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — … se é mesmo intenção deste Governo, perante o congelamento da propina, retirar um valor correspondente à ação social, porque, se assim for, está bem demonstrada a suposta consciência social do CDS e do PSD.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Deputado Paulo Núncio, tem a palavra, para os esclarecimentos que entender prestar.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado, as suas perguntas respondem-se por si próprias. Não fazem absolutamente sentido nenhum.

Risos do Deputado da IL Mário Amorim Lopes.

Nós propomos o reforço da autonomia e do financiamento do ensino superior, por duas formas: em primeiro lugar, através de transferências do Orçamento do Estado e, em segundo lugar, da atualização à taxa de inflação das propinas. São duas realidades diferentes.

Protestos do Deputado do PS Miguel Matos.

Em segundo lugar, Sr. Deputado, sobre ação social no ensino superior, este é o Orçamento que mais reforça a ação social do ensino superior.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Encolhe! Encolhe!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — E, por isso, Sr. Deputado, não recebemos lições sociais da…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Angélique Da Teresa, da Iniciativa Liberal.

A Sr.ª **Angélique Da Teresa** (IL): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, travar o descongelamento das propinas é um erro crasso e grosseiro. Não sou eu que o digo, quem o diz é o antigo Ministro da Educação socialista, Marçal Grilo.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Qualquer pessoa diz isso!

A Sr.ª **Angélique da Teresa** (IL): — Esta decisão dos socialistas, do PS e do Chega, o que faz, ao não cobrar uma propina ao estudante, é criar uma injustiça; o que faz é…

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Subsidiar os mais ricos!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Claro!

A Sr.ª **Angélique da Teresa** (IL): — … com que os mais ricos não paguem o que poderiam, e põe em causa a ação social de quem mais precisa.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Exatamente!

O Sr. **Ricardo Carlos** (PSD): — Estranho socialismo!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — É!

A Sr.ª **Angélique da Teresa** (IL): — A ação social escolar tem de ser robusta, para que ninguém fique para trás,…

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

… para que os estudantes que precisam possam pagar alojamento, transportes, livros e tudo o que precisam para estudar.

O que o Chega, o PS e a restante extrema-esquerda estão a fazer…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — A restante extrema-esquerda?!

A Sr.ª **Angélique da Teresa** (IL): — … é distribuir desigualdade e injustiça.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

A Sr.ª **Angélique da Teresa** (IL): — Estão a congelar propinas aos ricos, para dificultar o acesso ao ensino dos mais pobres.

Aplausos da IL e do CDS-PP.

Estão a congelar propinas aos alunos que vão de férias para as Maldivas,…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso! Isso!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

A Sr.ª **Angélique da Teresa** (IL): — … enquanto fragilizam aqueles que passam as férias a trabalhar para poder pagar os estudos.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — É verdade! É verdade!

A Sr.ª **Angélique da Teresa** (IL): — Isto é uma vergonha! Isto é uma vergonha nacional! É uma vergonha nacional!

Aplausos da IL e do CDS-PP.

É socialismo puro!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Já percebi tudo!

A Sr.ª **Angélique da Teresa** (IL): — É fazer com que os ricos não paguem os estudos e com que os mais pobres não consigam fazer face às despesas, cada vez maiores, do acesso ao ensino superior.

Aplausos da IL, do PSD e do CDS-PP.

Protestos do CH e do PS e contraprotestos da IL e do CDS-PP.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Os pobres também pagam propinas!

Entretanto, assumiu a presidência o Presidente, José Pedro Aguiar-Branco.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Mariana Mortágua, para uma intervenção.

Burburinho na Sala.

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Com gosto, Sr. Presidente, assim que for possível.

O Sr. **Presidente**: — Pode começar. É possível.

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Srs. Deputados, a noção estranha de equidade social que a esquerda tem a este respeito é a noção estranha de equidade social que a Constituição da República Portuguesa tem a este respeito.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Claro!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Isso é um bom esclarecimento para o Chega!

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Podem achar que a Constituição tem noções estranhas sobre justiça, igualdade, democracia,…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Equidade!

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — … mas é a interpretação da Constituição da República Portuguesa.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Fale aqui para o Chega!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O Chega tem 60 Deputados a ouvir, vocês só têm dois!

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Não é só da Constituição da República Portuguesa, como é, na verdade, da fundação da maior parte dos países que têm sociais-democracias, que os Srs. Deputados dizem que apoiam e que admiram.

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto e do Deputado do CDS-PP Paulo Núncio.

E é uma ideia muito simples, Srs. Deputados, muito simples. A ideia é a seguinte, passo a explicar: há um momento, que é o momento da cobrança dos impostos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Isso não impede o PCP!

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Nesse momento, os mais ricos contribuem com mais, os mais pobres contribuem com menos. Cada um contribui na medida das suas possibilidades.

Há outro momento, que é o momento da redistribuição,…

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ora!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Estás a ver?!

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — … e, nesse momento, o Estado usa as receitas fiscais que obteve e cria regras de justiça, no momento da taxação dos impostos, para criar serviços públicos.

Mas esses serviços públicos são iguais para todos.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não são, não!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É falso! Não é verdade!

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Não são serviços públicos de caridade. A justiça social não se faz por caridade.

Aplausos do PS e do L.

Srs. Deputados, a justiça social faz-se quando o filho do milionário e o filho do padeiro vão à mesma universidade, pagam o mesmo e têm o mesmo ensino, com a mesma qualidade. Essa é a justiça social!

Aplausos do PS e do L.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Não é verdade! Está a defender um milionário!

A Sr.ª **Isabel Alves Moreira** (PS): — Mas pagam o mesmo imposto! Os serviços são universais!

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Mas não é esse o modelo que os Srs. Deputados defendem.

Protestos do CDS-PP e de Deputados do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, há a figura do pedido de esclarecimento, para depois a Sr.ª Deputada poder responder, e com isso podemos ouvir e depois pedir o pedido de esclarecimento. Sem ouvir, não é possível. Sr.ª Deputada, faça favor.

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — E é só aí, Srs. Deputados,…

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não é, não! Não é mesmo!

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — … que o elevador social funciona,…

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não, não é!

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — … quando todos têm acesso à mesma educação,…

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não é, não!

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — … nas mesmas condições, com as mesmas regras,…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É o Bloco a defender um milionário!

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — … com a mesma capacidade de acesso e, portanto, todos podem vingar do mundo pelo seu mérito, se quiserem,…

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não!

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — … e não pelo dinheiro que herdaram e não pelo sítio onde nasceram ou pela família onde nasceram.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Não é verdade!

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — O modelo da direita de justiça social é outro. É um modelo em que os ricos não pagam impostos…

Protestos do CDS-PP e de Deputados do PSD.

… e, portanto, o Estado não tem dinheiro para criar serviços públicos de qualidade e, portanto, quem tem dinheiro vai ao privado ter serviços públicos de elite e quem não tem fica com o serviço de caridade, que é aquilo que querem fazer ao Estado português e aos serviços públicos.

Aplausos do L.

Serviços públicos subfinanciados, sem qualidade, para a maioria da população, porque quem devia pagar os impostos, no momento da redistribuição, que são os mais ricos, não os vai pagar, porque os Srs. Deputados querem tirar-lhes os impostos. E é isso que fazem, de cada vez que baixam o IRC (imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas) às grandes empresas,…

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — O que é que isso tem a ver?!

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — … de cada vez que impedem os bancos de pagar as suas taxas extraordinárias, de cada vez que apresentam aqui taxas planas, em que põem efetivamente o padeiro e o milionário a pagar a mesma taxa de IRS (imposto sobre o rendimento das pessoas singulares), ao final do ano.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso é o que vocês querem!

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — É precisamente isso que fazem!

Aplausos do L.

E, por isso, Srs. Deputados,…

Protestos da IL e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados! Estranho era se estivessem de acordo.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — O Chega está!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — O Chega está!

Protestos de Deputados do CH.

O Sr. **Presidente**: — Portanto, há que ouvir.
Estou quase a pedir ao Sr. Vice-Presidente, Marcos Perestrello, para voltar, para poder…

Risos da IL.

A Sr.ª Deputada tem 1 minuto e 39 segundos para poder terminar a sua intervenção e vai fazê-lo, se quiser, claro. Faça favor, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — E por isso, Srs. Deputados, quando vêm aqui falar sobre equidade e sobre justiça social, há, de facto, duas visões diferentes.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — O padeiro e o milionário pagam a mesma propina!

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Há uma que vê uma redistribuição na altura do pagamento dos impostos, serviços públicos fortes que transformam todos os cidadãos como iguais, independentemente do sítio onde nascem.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — E há outra em que pagam os dois!

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — E há outra em que os ricos não pagam impostos…

Protestos do CDS-PP e de Deputados do PSD e da IL.

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — … e em que a maioria do povo vive de caridade. Essa é a vossa e nós não concordamos com ela.

Aplausos do PS e do L.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É nos impostos e nas propinas!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Soares, para uma intervenção.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr.as e Srs. Membros do Governo, eu começaria precisamente pelo seu aparte, com muito sentido, quando dizia: «Estranho é se estivéssemos todos de acordo.» E assim é.
Esta é uma matéria importante, é uma matéria de princípio e é uma matéria que eu não tenho dúvida que nos divide. Divide o centro moderado da extrema-esquerda.

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Extrema-esquerda?! Sá Carneiro defendia isto!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — E a extrema-esquerda, nesta matéria, é o Partido Comunista Português, é o Bloco de Esquerda,…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — … é o Chega…

Protestos da Deputada do CH Rita Matias.
… e é o Deputado Costa Matos, do Partido Socialista.

Vozes do PSD: — Muito bem!

Protestos do PS e do L.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — E, Sr.ª Deputada Mariana Mortágua, sobre a questão da justiça social, eu quero ficar já bem claro com a Sr.ª Deputada. Aquilo que nos distingue é aquilo que o Bloco de Esquerda fez às suas trabalhadoras grávidas, quando as despediu. Nós não estamos nem aí nessa matéria!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do PS e do L.

E, em matéria de justiça social,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O tempo parou!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Não parou, não!

Vozes do CH: — Parou, parou!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, o tempo é curto, eu queria usá-lo bem, mas se me pudessem compensar estes 10 segundos, agradecia.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado. Continue.
O tempo está parado. Foram 2 segundos. Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Não tem problema.
Mas, em matéria de justiça social, a proposta que nós aqui apresentamos é verdadeiramente uma proposta que efetiva a justiça social.
Estamos a falar de um aumento de propinas de cerca de um carioca duplo por mês,…

Protestos do PS.

… mas que tem um efeito muito grande na vida das instituições do ensino superior.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso! Isso!

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — E só há duas formas de garantirmos o financiamento do ensino superior. Uma é por este aumento, comedido, justo, das propinas.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Primeira atualização!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — A outra é pelo aumento dos impostos, que é o método que a esquerda sempre escolhe para subsidiar o Estado:…

Protestos do Deputado do PCP Paulo Raimundo.

… sacar às pessoas, por via do aumento dos impostos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Sacar?!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr.as e Srs. Deputados, esta matéria deve caber ao Governo decidir como quer fazer.

Eu não tenho ilusões sobre a posição do Chega nesta matéria. Sei que não vão mudar a sua orientação de voto, mas eu queria falar para o País.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Fala!

… e dizer ao País que não me surpreende que o Chega vote ao lado do Partido Socialista e da extrema-esquerda, para que não aumentemos um carioca duplo por mês as portagens, porque eles também se aliaram ao Partido Socialista e a toda a esquerda.

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — E muito bem!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Vejam bem e oiçam bem: eles também se aliaram à extrema-esquerda e ao Partido Socialista. Para fazer o quê? Para baixar para a taxa mínima — vou repetir, para baixar para a taxa mínima —…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Para os portugueses!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — … a aquisição dos bens de luxo nas galerias de arte. É este o populismo da extrema-direita em Portugal.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — As galerias de arte! Ai que tragédia!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do CH, do PS e do L.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Oh!…

Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Se desses um quinto do teu ordenado aos portugueses!

O Sr. **Presidente**: — Sr.ª Deputada Mariana Mortágua, tem a palavra para um pedido de esclarecimento, faça favor.

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Hugo Soares, se é assim que quer fazer, é assim que fazemos.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Vamos embora!…

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Aquilo que o Sr. Deputado Hugo Soares aqui disse e a acusação que fez ao Bloco de Esquerda é mentira. Portanto, vamos fazer e combinar uma coisa: ou o Sr. Deputado prova aquilo que disse, ou então vai-me pedir desculpa aqui,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Bem! Bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Vocês é que têm de pedir desculpa!

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — … neste Plenário, porque é mentira. Por isso, vai ter de o fazer. Ou prova aquilo que disse, ou vai pedir desculpa. Ou, então, nunca mais terá a moral com que fala para criticar a bancada do Chega pelas mentiras que diz aqui, na Assembleia da República.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Vocês é que vão ter de pedir desculpa pelo que fizeram, pela perseguição!

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Em segundo lugar, Sr. Deputado, vamos falar sobre extrema-esquerda. Porque a extrema-esquerda que o Sr. Deputado aqui acusa e as ideias que usa para acusar a extrema-esquerda são aquelas que Sá Carneiro e que o PSD defendia há 10, há 20 anos.

Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares.

Portanto, se o Sr. Deputado renuncia ao seu passado, se renuncia às ideias que fundaram a democracia e a Constituição portuguesa, é problema seu. Isso diz muito mais sobre o PSD e a sua aproximação à extrema-direita…

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Vocês é que estão ligados!

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — … do que diz sobre aqueles que continuam a defender a Constituição, a democracia, os serviços públicos, a justiça e a igualdade em Portugal.

Aplausos do L.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Vocês é que acreditam na mesma lógica!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado António Mendonça Mendes, também para um pedido de esclarecimento. Faça favor.

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Hugo Soares, vejo que hoje está um pouco perturbado e queria apenas perguntar-lhe se tem consciência de que a Sr.ª Ministra da Cultura defendeu a descida do IVA (imposto sobre o valor acrescentado) das obras de arte das galerias,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — … aquilo que o Sr. Deputado acabou agora mesmo de fazer. E queria saber se o Sr. Deputado sabe que a Ministra da Cultura deste Governo o defende.

Aplausos do PS.

Risos do Deputado do CH Pedro Pinto.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Hugo Soares, tem uma transferência de 20 segundos da Iniciativa Liberal para poder responder. Faça favor.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado, obrigado pelas questões.
Sr. Deputado Mendonça Mendes, não estou nada perturbado. O que percebi foi que a questão das galerias o perturbou.

Protestos do PS.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não! Então e a Ministra da Cultura?!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Vá lá explicar aos seus eleitores porque é que os senhores acham mal aumentar as propinas no valor de um carioca duplo, mas acham bem baixar o IVA sobre os produtos de luxo. Deixe-me dizer-lhe, sabe que eu até aceito que a Sr.ª Ministra o possa querer, porque é ministra da tutela, mas este Governo tem uma liderança e tem um Primeiro-Ministro, sabe?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ei!…

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É a grande diferença.

Aplausos do PSD.

Protestos do PS.

Quanto à Sr.ª Deputada Mariana Mortágua, ó Sr.ª Deputada, também já vi que ficou incomodada, mas vou repetir: os senhores despediram mães que tinham tido recém-nascidos, porque queriam colocar no Bloco de Esquerda os seus apaniguados que já não tinham lugar na política. Essa que é a verdade, desminta agora!

Aplausos do PSD.

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Prove!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Desafio qualquer *polígrafo*! Qualquer *polígrafo*!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, estamos a discutir propinas.
Houve cedência de tempo da Iniciativa Liberal para o PSD, razão pela qual foi contado o tempo.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O Deputado Hugo Soares tem de esperar, isto não é a casa dele!

O Sr. **Presidente**: — Não, Sr. Deputado…

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — 119 milhões por mês!

O Sr. **Presidente**: — Também para uma intervenção sobre este tema, tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, falar de propinas é falar de acesso ao ensino superior e de igualdade de oportunidades. Num contexto em que muitas famílias continuam sob forte pressão financeira, permitir aumentos, mesmo que indexados à inflação, significa, na prática, excluir.

Defendemos estabilidade, previsibilidade e um caminho coerente e com o princípio constitucional da progressiva gratuitidade do ensino público. Isso passa por não agravar encargos aos estudantes e por encarar o financiamento do ensino superior como uma responsabilidade do Estado e não como um custo transferido para as famílias.

O debate sobre mestrados deve ser feito com dados, diálogo e responsabilidade, sem transformar graus avançados num privilégio económico. É esse o caminho que garante um ensino superior verdadeiramente público, acessível e socialmente justo. Por isso, irei acompanhar as iniciativas do Partido Socialista relativamente a esta matéria.

Aplausos de Deputados do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real. Faça favor.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, cumprimento também os membros do Governo e as Sr.as e Srs. Deputados.

Não deixa de ser curioso ver não só o PSD como a Iniciativa Liberal indignarem-se tanto em relação àquilo que é uma medida mais justa em matéria de propinas. Vamos acompanhar a proposta do PS, porque se nós já sabíamos que a Iniciativa Liberal estava contra os jovens…

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ih!…

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — … e que há muito defende o pagamento e o aumento das propinas, espanta-me que de facto o PSD vá pelo mesmo caminho. Porque um país onde os jovens estão condenados a não ter igualdade de oportunidades, nomeadamente no acesso aos estudos, é, de facto, um país que está a condenar-se a ele próprio, por um lado e, por outro, é ignorar o país real, onde, neste momento, nós temos jovens que não conseguem pagar um quarto para estudar…

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL) : — Isso não é propina!

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — … e são forçados a fazer quilómetros todos os dias para aceder às universidades.

Basta irmos falar com as associações de estudantes, ouvirmos os jovens, para perceber a angústia e o desespero de quem não consegue pagar os seus estudos. Mais: ter de somar às propinas aquilo que é hoje, em média, 400, 500 ou 600 € por um quarto, nas principais áreas metropolitanas, ou até mesmo fazer quilómetros para poder aceder aos seus estudos.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Isso não é pela propina!

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — É, de facto, não conhecer o país real dos nossos jovens e é condená-los a terem de trabalhar ao invés de estudar.

Nós não seguimos esse caminho e deixamos um apelo ao PSD, porque o PSD democrático não é, de facto, o PSD que tem, de forma moderada, apoiado os jovens.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Mais moderação?! Um carioca duplo por mês?!

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Por isso mesmo nós vamos votar a proposta do PS, porque isto não só é o radicalismo do liberalismo, que não faz falta a Portugal e que não está ao lado dos jovens.

Aplausos de Deputados do PS.

O Sr. **Presidente**: — Passamos ao artigo 119.º-A — Incremento de Parcerias Público-Privadas no âmbito do Serviço Nacional de Saúde.

Sr.ª Deputada Sofia Andrade, do Partido Socialista, faça favor.

A Sr.ª **Sofia Andrade** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, fortalecer o Serviço Nacional de Saúde, valorizar os seus profissionais, valorizar o SNS (Serviço Nacional de Saúde), devia ser a prioridade deste Governo.

Mas não é. Este Governo tem alguma dificuldade em perceber aquele que é o sentido de motivação e o sentido de missão dos profissionais de saúde no SNS. Deve ser por isso que os senhores andam há mais de ano e meio a anunciar um qualquer plano de motivação profissional que nunca saiu do plano das intenções.

Já era tempo de os senhores terem aprendido que se queremos um Serviço Nacional de Saúde forte, temos de ter profissionais motivados. Mas os Srs. Deputados da direita optaram por chumbar todas as propostas do Partido Socialista, que facilitavam a contratação e a fixação de profissionais no SNS.

No entanto, os Srs. Deputados têm aqui uma nova oportunidade para cuidarem do SNS e deixarem de lado essa vossa obsessão com o investimento nos privados. Por isso mesmo, nós achamos importante vermos reforçado o regime de dedicação plena, que possa incluir um modelo de exclusividade e de adesão voluntária no SNS. Queremos que seja alargado, a todo o SNS, o modelo dos centros de responsabilidade integrada e queremos generalizar as unidades de saúde familiar em todo o território nacional, um trabalho que foi iniciado pelo Partido Socialista e que trouxe bons indicadores, porque tínhamos equipas multidisciplinares que permitiam mais eficiência dos recursos humanos e técnicos e assim aumentavam os níveis de produtividade, tínhamos mais satisfação dos utentes porque melhorava o acesso aos cuidados de saúde e tínhamos mais satisfação para os profissionais de saúde porque eram remunerados também em função do desempenho.

Nós não podemos aceitar, Sr.as e Srs. Deputados, um Governo que continua em guerra com todos os profissionais do setor da saúde, que anuncie medidas hoje e amanhã sejam canceladas, anuncie implantes que nunca são concretizados, num claro sinal do desnorte. Porque, Sr.as e Srs. Deputados, quando não sabemos para onde vamos, qualquer caminho serve. Mas não é qualquer caminho que nós temos de percorrer, nós precisamos de percorrer um caminho que valorize o SNS, valorize os seus profissionais e que, assim, consiga melhorar a vida das pessoas.

Os senhores têm novamente uma oportunidade de estarem do lado certo, do lado do Serviço Nacional de Saúde.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Sobre o artigo 126.º-A — Programa Nacional de Combate à Obsolescência Programada, tem a palavra a Sr.ª Deputada Sandra Ribeiro, do Chega.

A Sr.ª **Sandra Ribeiro** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, a Agência Portuguesa do Ambiente tem sido alvo de críticas. A lentidão dos processos de licenciamento ambiental tem levado ao atraso os investimentos avaliados em milhões de euros e esperas de mais de dois anos para aprovação.

O Tribunal de Contas já alertou para a necessidade de melhorar a eficiência e a eficácia da fiscalização da APA (Agência Portuguesa do Ambiente) é frequentemente questionada no portal da queixa. A APA tem estado envolvida em polémicas que levaram a investigações judiciais, tendo o Ministério Público aberto inquéritos e a Polícia Judiciária realizado buscas por suspeitas de corrupção, conflitos de interesse e fraude fiscal que levaram à saída do anterior presidente. A emissão de declarações de impacto ambiental favoráveis a projetos polémicos já deu origem a queixas a Bruxelas.

Srs. Deputados, perante este cenário, reforçamos o apelo ao PS e à AD que é imperativo realizar uma auditoria forense à APA para examinar a fundo as suas operações, e com a aprovação desta proposta podemos restaurar a confiança dos cidadãos nas instituições públicas, criando assim um compromisso com a transparência e a prestação de contas aos portugueses.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Passamos ao artigo 127.º — Atualização de taxas ambientais. Tem a palavra o Sr. Deputado Raul Melo, do Chega.

O Sr. **Raul Melo** (CH): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, o artigo 127.º da proposta de Orçamento do Estado para 2026 prevê uma atualização de 4 % nas taxas ambientais. Nenhuma projeção das principais instituições internacionais — Comissão Europeia, FMI (Fundo Monetário Internacional) ou BCE (Banco Central Europeu) — aponta para uma inflação superior a 2,3 %. Ou seja, este aumento não é uma coerção de preços, é um agravamento real da carga fiscal, escondido numa taxa que já penaliza empresas e famílias.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **Raul Melo** (CH): — Setores essenciais como a energia, os transportes, a agricultura ou a indústria têm sido sucessivamente atingidos por estas majorações. Continuar a aumentar custos num momento de pressão económica é atacar a competitividade e o rendimento dos portugueses. Por isso, o Chega apresenta uma proposta de bom senso: não atualizar as taxas ambientais em 2026.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Raul Melo** (CH): — Basta de aumentos automáticos, basta de fiscalidade encapotada. Assim, apelamos a todos os grupos parlamentares que rejeitem este aumento desproporcionado. Protejam a economia real, protejam quem trabalha e quem produz em Portugal.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Passamos agora ao artigo 127.º-A. Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real, do PAN, faça favor.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Tomás Ribeiro definia o nosso País como um «jardim da Europa à beira-mar plantado». Mas o que temos visto naquilo que são projetos megalómanos, desde a destruição da orla costeira e agora com as centrais fotovoltaicas, como é o caso da projeto solar Sophia, vem fazer tudo menos jus a este mesmo poema de Tomás Ribeiro, que tanto nos orgulhava e faz lembrar aquilo que é o património natural do nosso País.

Quando temos — e não existem apenas dívidas técnicas — as populações indignadas com aquilo que está a ser feito, com 590 milhões de euros de investimento, mas que vai destruir não só vários hectares de área verde e implicar o abate de 1541 árvores protegidas, onde se incluem sobreiros, azinheiros, iluminar *habitats* de elevado valor ecológico e colocar em risco espécies tão sensíveis como a cegonha preta, o abutre preto, a águia imperial, identificadas no próprio estudo de impacto ambiental, sem que haja qualquer medida que permita reverter esta situação.

Ninguém, com exceção dos negacionistas climáticos, pode fechar os olhos a esta destruição ambiental que está prestes a acontecer…

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (CH): — É solar!

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — … e a necessidade que temos no nosso País de acelerar a descarbonização, mas que não pode ser feita a todo o custo, tem de ser feita ao lado das populações, ouvindo as populações e, acima de tudo, preservando aquele que é o seu património natural e identitário, como é o caso do Fundão.

Não podemos falar em desenvolvimento sustentável quando todos estes valores sociais e naturais estão postos em causa. E não podemos bater no peito a dizer que defendemos o interior, mas depois destruímos o interior e aquilo que é a sua paisagem e o seu valor, também ele económico. Porque não vamos criar postos de

trabalho com este tipo de centrais, vamos criar meia dúzia de postos de trabalho, em detrimento de todo um turismo local e de toda uma região que está, neste momento, a contestar esta decisão sobre a central Sophia.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem! O PSD aí já fica calado!

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Deputado, tem alguma questão? Eu posso esperar que a Mesa...

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Estamos a dizer «muito bem»!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Concordo!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (CH): — Eles concordam!

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Aquilo que neste momento estamos a propor não é, de facto, uma transição energética. Nomeadamente, nas palavras das organizações ambientalistas, é uma artificialização do território e, acima de tudo, uma indignação das populações. A contestação vem, neste momento, de todo o lado: das associações, das autarquias, que inclusivamente foram retiradas do parecer vinculativo e, recordo, pela maioria parlamentar PS/PSD.

Por outro lado, também não podemos ignorar que foram várias as propostas, não apenas do PAN, mas também de outras forças políticas, incluindo neste Orçamento do Estado, para que fossem dadas alternativas para uma transição climática mais justa. Podíamos construir painéis solares nos edifícios escolares, nos edifícios públicos, nos parques de estacionamento, até nas autoestradas.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Populismo!

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Alternativas existem, mas não são alternativas económicas que o lóbi das centrais defenda neste momento porque não lhes é economicamente mais viável.

O que é que a maioria faz? A maioria decide destruir o património identitário e natural à custa dos interesses e dos bolsos de alguns, ao invés da população.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Por isso é que era bom o PSD falar!

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — O PAN avocou esta medida e esperamos que haja bom senso na maioria das bancadas parlamentares, porque não podemos, no caso do Fundão, uma área que tem tanto património natural, em particular das cerejas, e do nosso património, até económico, daqui para o exterior, estar a pôr em causa a identidade de um país e de uma cultura local.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Miguel Teixeira, da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr.ª Deputada do PAN, é bom recordar, para perceber do que é que estamos a falar…

Vozes do PSD: — Ela está ao telefone!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Há de ouvir, há de ouvir!

Quando esta proposta do PAN foi submetida, estava ainda uma consulta pública a decorrer. Esta consulta pública acabou há seis dias e está neste momento em análise pela APA, que é a entidade responsável por estas decisões. A mesma APA vai preparar um relatório de declaração de impacte ambiental relativamente a este projeto, cuja decisão saberemos em fevereiro. Depois dessa declaração, se for favorável, terá de ser elaborado ainda um relatório de conformidade ambiental do projeto de execução e, depois desse relatório, será aberta mais uma consulta pública.

Não sabemos ainda quais vão ser as medidas de mitigação que vão ser propostas, quais vão ser os ajustes no projeto que vão ser feitos e, portanto, estamos longe ainda de saber qual vai ser o desenho final real do projeto.

Protestos do PAN.

Ora, o processo de licenciamento para projetos desta dimensão é propositadamente moroso, complicado, complexo. Envolve dezenas de passos, dezenas de pessoas e dezenas de entidades, para não falar da quantidade de anos necessários para se chegar até o início da construção de um projeto desses. Tudo isto acontece porque é objetivo do Estado, com este processo, garantir a preservação da biodiversidade, da paisagem, a consulta das comunidades. Tudo isso começou agora a acontecer e há de continuar a acontecer nos próximos meses e nos próximos anos.

A partir do momento em que o Parlamento discute uma coisa destas, o que o Parlamento está a dizer é que não importa o que dizem os municípios, não importa o que dizem as entidades, não importa a liberdade de iniciativa, não importa a Constituição, não importa o Estado de direito!

Protestos do PAN.

Agora o Parlamento pode aparecer e dizer: «Este Parlamento não avança! Por isso, agora acaba tudo e atropela-se toda a gente e todas as entidades competentes no Estado português.»

Protestos do PAN.

Sr.ª Deputada, imagine-se o que é que seria se este Parlamento agora quisesse delegar uma capacidade destas no Governo. Isso, sim, seria o retorno ao velho condicionamento industrial dos tempos do Estado Novo, em que, para qualquer coisa se fazer no Estado português, era precisa a assinatura do Sr. Presidente do Conselho. Ora, para não sermos uma república das bananas, onde é tudo decidido no Parlamento ou no Governo, é que não podemos inviabilizar uma proposta destas no Parlamento, Sr.ª Deputada.

Protestos do PAN.

Se a Sr.ª Deputada é contra este projeto, participe na consulta pública, reúna com as entidades competentes, mas não traga para aqui o que não é competência desta Casa.

Aplausos da IL.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso, isso!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Secretário de Estado da Energia, que dispõe de 44 segundos.

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e da Energia** (Jean Barroca): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, o País tem compromissos assumidos através de um Plano Nacional de Energia e Clima. O País acredita que conseguimos ter uma transição energética, defendendo os valores da segurança e da soberania energética, defendendo os valores da competitividade dos preços de energia para as empresas e da acessibilidade dos preços de energia para as famílias, fazendo com que isso seja sustentável.

Para isso, precisamos de projetos de energias renováveis e não podemos condicionar os trabalhos de licenciamento ambientais que decorrem em normalidade através de exercícios políticos. Não podemos condicionar o trabalho da APA querendo reforçar uma discussão ou antecipá-la quando ela não existe.

Sr.ª Deputada, eu sou do interior. Não acredito que defender a paisagem seja fazer com que o interior seja só paisagem.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não, é só painéis solares!

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e da Energia**: — É preciso defender a criação de riqueza nos territórios, e a transição energética serve para isso.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do PAN.

O Sr. **Presidente**: — Sobre a proposta de um artigo 132.º-A, tem a palavra a Sr.ª Deputada Catarina Salgueiro, do Chega.

A Sr.ª **Catarina Salgueiro** (CH): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, o Chega apresenta um aditamento ao Orçamento do Estado para combater um problema grave e persistente: a fraude nas baixas médicas, um problema que penaliza quem trabalha e quem de facto adoece e que põe em risco a sustentabilidade da Segurança Social. Estimativas independentes continuam a apontar que entre 2 % e 4 % das baixas podem ser fraudulentas, o que poderia representar dezenas de milhões de euros por ano desviados injustamente do sistema.

Por isso, o nosso aditamento propõe medidas claras e proporcionais: o cruzamento mensal de dados entre Segurança Social e Finanças, alertas automáticos para detetar incongruências, uma reavaliação médica obrigatória sempre que existir indícios, a criação de uma unidade nacional de auditoria para investigar abusos, e relatórios semestrais públicos, garantindo transparência.

Não queremos perseguir doentes, apenas queremos proteger doentes. Não estamos a criar burocracia, queremos assegurar justiça. Não estamos a cortar direitos, estamos a cortar fraude, que é bem diferente.

Quem trabalha não deve pagar pelas fraudes de quem não quer trabalhar.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.ª **Catarina Salgueiro** (CH): — Quem está realmente doente merece um sistema sério, limpo e credível.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Não há mais inscrições, portanto, vamos passar às votações.

Pedia para abrir o sistema para efetivarem o registo, para a verificação do quórum. Havendo alguma Sr.ª Deputada ou Sr.ª Deputado que não se consiga registar, peço o favor que se anunciem.

Pausa.

Há vários Deputados que não se conseguiram registar. Peço que cada um diga o seu nome.

O Sr. **João Pedro Louro** (PSD): — João Pedro Louro.

O Sr. **Frederico Francisco** (PS): — Frederico Francisco.

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Francisco Sousa Vieira.

A Sr.ª **Angélique Da Teresa** (IL): — Angélique Da Teresa.

A Sr.ª **Adriana Rodrigues** (PSD): — Adriana Rodrigues.

O Sr. **Presidente**: — Os Srs. Deputados estão registados. Se não há mais ninguém, podemos fechar e fazer a verificação do quórum.

Pausa.

Estão inscritos 200 Sr.as e Srs. Deputados, por isso estamos em condições de proceder às votações.

Pausa.

Durante as votações, pedia que só fizessem chamadas para a Mesa em situação extrema.

Vamos começar por votar a proposta 2051-C, do Livre, que adita um artigo 113.º-A (Plano nacional de segurança digital para crianças e jovens).

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD e do CDS-PP, os votos a favor da IL, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do CH e do PS.

Votamos, de seguida, a proposta 2035-C, do Livre, que adita um artigo 116.º-A (Estratégia para a igualdade, inclusão e participação das comunidades ciganas).

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP e os votos a favor do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP.

Passamos ao artigo 118.º da proposta de lei, e começamos com a votação da proposta 1389-C1, do PS, na parte em que substitui o n.º 1 deste artigo.

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD e do CDS-PP, os votos a favor do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do CH e da IL.

Votamos agora o n.º 1 deste artigo.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, da IL, do CDS-PP, do PAN e do JPP, os votos contra do PS e do L e as abstenções do CH, do PCP e do BE.

De seguida, vamos votar o n.º 2 do artigo.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, da IL, do L, do CDS-PP, do PAN e do JPP e as abstenções do CH, do PS, do PCP e do BE.

Vamos votar a proposta 1389-C2, do PS, na parte em que adita um n.º 3 a este artigo.

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD e do CDS-PP, os votos a favor do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do CH e da IL.

Prosseguimos com a votação da proposta 1389-C2, do PS, na parte em que adita um n.º 4 a este artigo.

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD e do CDS-PP, os votos a favor do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do CH e da IL.

Vamos proceder à votação da proposta 1389-C2, do PS, na parte em que adita um n.º 5 a este artigo.

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD e do CDS-PP, os votos a favor do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do CH e da IL.

Passamos à votação da proposta 1389-C2, do PS, na parte em que adita um n.º 6 a este artigo.

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD e do CDS-PP, os votos a favor do PS, do L, do PAN e do JPP e as abstenções do CH, da IL, do PCP e do BE.

Segue-se a votação da proposta 53-C, do PCP, que adita um artigo 118.º-A (Rede pública de creches).

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do CH, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção do PS.

Vamos agora votar a proposta 1397-C1, do PS, na parte que adita um artigo 118.º-A (Limitação das propinas em todos os ciclos de estudo).

Submetida à votação, foi aprovada, com os votos a favor do CH, do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e os votos contra do PSD, da IL e do CDS-PP.

Votamos a proposta 1806-C, do PSD e do CDS-PP, que adita um artigo 118.º-A (Limitação das propinas em todos os ciclos de estudo).

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do CH, do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e os votos a favor do PSD, da IL e do CDS-PP.

Protestos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente, se me permite, em relação à proposta 1806-C, qual foi o resultado que o Sr. Presidente anunciou, que eu não percebi?

O Sr. **Presidente**: — Votos contra do Chega, do PS, do PAN, do JPP, do Livre, do PCP e do Bloco de Esquerda.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É o Chega e a extrema-esquerda toda!

O Sr. **Presidente**: — Segue-se a votação da proposta 1548-C, do PS, que adita um artigo 119.º-A (Plano de atração e fixação de médicos no Serviço Nacional de Saúde e noutras entidades do setor público).

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD e do CDS-PP, os votos a favor do PS, da IL, do L, do PAN e do JPP e as abstenções do CH, do PCP e do BE.

Passamos à votação da proposta 519-C, do Chega, que adita um artigo 126.º-A (Auditoria à Agência Portuguesa do Ambiente, I.P).

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do PS, do L, do PCP e do CDS-PP e os votos a favor do CH, da IL, do BE, do PAN e do JPP.

Vamos entrar no artigo 127.º — Atualização de taxas ambientais.
Começamos com a votação da proposta 1206-C, do Chega, que substitui aquele artigo.

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do L, do CDS-PP e do PAN, os votos a favor do CH, da IL e do JPP e as abstenções do PS, do PCP e do BE.

Votamos agora o artigo o mesmo artigo.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor PSD, do CDS-PP, do PAN e do JPP, os votos contra do CH, da IL, do PCP e do BE e as abstenções do PS e do L.

Segue-se a votação da proposta 1369-C, do PAN, que adita um artigo 127.º-A (Suspensão do projeto «Central Solar Sophia»).

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD e do CDS-PP, os votos a favor do CH, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do PS e da IL.

Por fim, votamos a proposta 547-C, do Chega, que adita um artigo 132.º-A (Fiscalização de baixas fraudulentas na Segurança Social).

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do PS, da IL, do L, do PCP, do CDS-PP, do BE e do PAN e os votos a favor do CH e do JPP.

Está, assim, terminado este ponto das votações.

Sr. Deputado Gonçalo Lage, do PSD, fica registada a sua presença, uma vez que não tinha conseguido fazer a sua inscrição.

Quem também não conseguiu, faça-se anunciar.

A Sr. **Joana Cordeiro** (IL): — Sr. Presidente, pelo que percebi, apesar de ter carregado no botão, não fiquei registada. Portanto, estou aqui.

A Sr.ª **Irene Costa** (PS): — Sr. Presidente, Irene Costa, também não consegui registar-me.

O Sr. **Presidente**: — Estão registadas.

Vamos passar ao ponto 3 da ordem do dia, que consiste na continuação do debate, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 37/XVII/1.ª (GOV) — Aprova o Orçamento do Estado para 2026.

Pedia aos Srs. Deputados que estão em regime de mobilidade que o fizessem com alguma celeridade.

Pausa.

Pedia aos Srs. Deputados que estão em pé o favor de se sentarem, porque estamos à espera para poder começar o ponto 3. Não vou começar sem ter condições.

Pausa.

No âmbito do artigo 135.º, tem a palavra o Sr. Deputado João Antunes dos Santos, do Partido Social Democrata.

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados, Portugal e os portugueses sabem que este Governo, pelo segundo ano consecutivo, aumenta os rendimentos e reduz os impostos sobre pessoas e empresas.

A receita do Estado não se cinge só à cobrança de impostos e é aqui que entram as custas processuais, essenciais ao funcionamento da justiça, mas que não podem ser um entrave ao acesso dos cidadãos a essa mesma justiça.

Importa aqui salientar que, no Orçamento do Estado para 2026, o Governo prevê uma norma que fará com que as custas processuais não aumentem nesse ano, o que seria natural acontecer porque o Regulamento das Custas Processuais prevê que a unidade de conta processual deva ser atualizada automaticamente, todos os anos, de acordo com o IAS, o indexante dos apoios sociais. Portanto, o Governo, no Orçamento para 2026, prevê um artigo que suspende essa atualização, esse aumento automático. Por essa razão, as custas processuais em 2026 não vão aumentar.

Desta forma, estamos, naturalmente, a contribuir para que haja um melhor acesso dos cidadãos à justiça, o que é essencial num Estado de direito democrático, para que possamos trabalhar para ter uma justiça que, efetivamente, seja de todos.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Relativamente à proposta de um artigo 135.º-A, tem a palavra a Sr.ª Deputada Ana Paula Bernardo, do PS.

A Sr.ª **Ana Bernardo** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, o Partido Socialista tem um legado inquestionável na valorização dos direitos dos trabalhadores e no reconhecimento das organizações sindicais enquanto instituições fundamentais do nosso Estado de direito democrático.

Assegurar o acesso dos sindicatos à justiça, em condições adequadas e justas, quando atua em nome dos trabalhadores é, pois, essencial. É nesse sentido que apresentamos hoje uma proposta que prevê corrigir uma situação que tem limitado essa intervenção sindical, repondo, aliás, uma disposição que já existia no passado.

Propomos, assim, que passe a ser cobrada uma única taxa de justiça e não uma taxa por cada trabalhador, quando o sindicato recorre aos tribunais para defesa coletiva dos direitos e interesses individuais dos trabalhadores que representa.

Esta é uma proposta simples, mas é uma proposta justa e necessária. Esperamos que os demais partidos se associem ao PS e valorizem realmente os mecanismos de defesa coletiva dos direitos dos trabalhadores.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — No âmbito do artigo 136.º, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado Adjunto da Política da Defesa Nacional.

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto da Política da Defesa Nacional** (Nuno Pinheiro Torres): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, a evolução do atual contexto geopolítico, com uma guerra em curso no leste da Europa, a estabilidade da nossa vizinhança sul, do Sahel ao Médio Oriente, em acelerada deterioração, a regressão do multilateralismo enquanto pilar fundamental da ordem internacional e o retorno da competição entre grandes potências impõem uma atenção especial ao domínio da defesa nacional.

Com efeito, a compreensão dos múltiplos desafios e ameaças à nossa segurança coletiva exigiu um esforço acrescido do Governo na afetação de verbas à defesa nacional. Em linha com o Programa do Governo aprovado nesta Câmara, é prosseguida a valorização da carreira militar, a modernização dos equipamentos das Forças Armadas e reforçada, substancialmente, a verba para a participação de Portugal em missões e operações no exterior.

Com um aumento de cerca de 15 % em relação a 2025, este é um orçamento para a defesa ambicioso, realista, responsável e credível.

É ambicioso porque aposta na transformação das Forças Armadas. O significativo reforço das verbas para a aquisição de capacidades, já efetuado este ano, num montante de 520 milhões, será prosseguido no próximo ano. Este investimento irá dotar o Exército, a Marinha e a Força Aérea com os meios tecnologicamente mais avançados para operar em todos os domínios — terra, mar, ar, ciberespaço e espaço.

É realista porque promove a modernização das Forças Armadas com uma visão de futuro, de forma equilibrada e progressiva. O investimento será realizado priorizando os equipamentos de duplo uso e, sempre que possível, com uma perspetiva de potenciar o retorno para a economia nacional e promover a base industrial e tecnológica de defesa.

É responsável porque o investimento que se propõe fazer em defesa não põe em causa as funções sociais do Estado ou a sustentabilidade das contas públicas. Em tempos de incerteza geopolítica e geoeconómica, há que ter uma postura de responsabilidade nas opções de despesa pública.

Finalmente, é credível porque, ao respeitar os compromissos assumidos internacionalmente pelo Estado português, no quadro da NATO (North Atlantic Treaty Organization) e da União Europeia, demonstra aos nossos aliados que somos um parceiro confiável e, nas relações internacionais, a reputação é um fator fundamental.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, a nossa segurança é indissociável da segurança do espaço euro-atlântico onde nos inserimos. A defesa de Portugal, da liberdade e da democracia vai muito além das nossas fronteiras físicas. É, por isso, nossa responsabilidade contribuir solidariamente para esse esforço comum. Nesse sentido, o Governo assumiu, na Cimeira de Haia, o compromisso de Portugal atingir, em 2025, os 2 % do PIB (produto interno bruto), antecipando em quatro anos essa meta. Assumiu ainda, até 2035, prosseguir uma trajetória ascendente de investimento em defesa. Este orçamento cumpre esse objetivo.

Mais significativo ainda é o reforço das verbas destinadas às Forças Nacionais Destacadas, de 93,5 milhões, em 2025, para 148 milhões, em 2026, um crescimento de 58 % que possibilitará a Portugal elevar a um novo patamar a sua ação enquanto coprodutor de segurança internacional no âmbito da NATO, das Nações Unidas e da União Europeia.

As forças nacionais destacadas são, como bem sabem, um instrumento de grande relevância para a afirmação da nossa política externa. Do Báltico ao Índico, do Mediterrâneo ao Golfo da Guiné, da República Centro-Africana a Moçambique, os militares portugueses servem a causa da segurança internacional, adquirem experiência em diferentes teatros de operação, ganham interoperabilidade com os aliados, capacitam forças armadas de países amigos e representam Portugal.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto da Política de Defesa Nacional**: — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, existe um largo consenso na sociedade portuguesa, assim como entre os principais partidos políticos representados neste Parlamento, sobre a importância e o prestígio das Forças Armadas para a defesa dos nossos valores fundamentais e para a prossecução dos interesses estratégicos nacionais.

O Orçamento para 2026, na área da defesa, constitui a afirmação clara da relevância que este Governo reconhece às Forças Armadas, como pilar fundamental da defesa de Portugal e ao serviço dos portugueses.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Martim Syder, do PSD, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Martim Syder** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Srs. Secretários de Estado, Sr.as e Srs. Deputados, o Orçamento do Estado para 2026 marca, de forma inequívoca, o investimento e a esperança nas Forças Armadas. Depois de quase uma década de desinvestimento por parte dos Governos do Partido Socialista, hoje voltamos a ver a luz no final do túnel.

Vozes do PSD: — Muito bem!

Protestos do Deputado do PS António Mendonça Mendes.

O Sr. **Martim Syder** (PSD): — O objetivo e o compromisso são claros: atingir já a meta dos 2 % do produto interno. Este é um compromisso que reafirma a responsabilidade e a credibilidade de Portugal para o exterior.

Vozes do PSD: — Muito bem!

Continuação de protestos do Deputado do PS António Mendonça Mendes.

O Sr. **Martim Syder** (PSD): — De forma direta e clara, pergunto ao Sr. Secretário de Estado: quais vão ser os investimentos estruturais nos três ramos das Forças Armadas? Quais os critérios que o Governo irá adotar? E quais as prioridades que sinaliza?

Sr.as e Srs. Deputados, como sabemos, não existe Portugal sem soberania e não existe soberania sem Forças Armadas.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto da Política de Defesa Nacional**: — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Deputado Martim Syder, é verdade que, para este Governo, o investimento em defesa é um dos eixos prioritários. O aumento substancial deste investimento, já iniciado em 2025, vai, naturalmente, prosseguir em 2026. Para tal, a Lei de Programação Militar, que está em vigor, terá de ser revista, para poder incluir a aquisição de novas capacidades ou antecipar os prazos da aquisição ou execução de outras que estavam já planeadas.

Naturalmente que esta revisão da LPM (Lei de Programação Militar), bem como as prioridades do Ministério da Defesa e do Governo na aquisição de novas capacidades, não é feita ao acaso. Se há instituição que não improvisa é a das Forças Armadas.

As políticas de investimento na defesa nos próximos anos terão em consideração, principalmente, o cumprimento das missões constitucionais atribuídas às Forças Armadas, nomeadamente a defesa da nossa soberania, integridade territorial e independência; a participação de Portugal em missões de paz e humanitárias; o apoio das Forças Armadas às populações civis através da colaboração com a Proteção Civil; e a cooperação técnico-militar com os países irmãos.

Em segundo lugar, e muito rapidamente, este investimento será feito, como é natural, em coordenação e articulação com os nossos aliados, uma vez que o nosso ciclo de planeamento de defesa está alinhado com o ciclo de planeamento de defesa da NATO, e aceitámos recentemente os alvos capacitários que irão nortear essas opções.

Em terceiro lugar, o recurso, onde seja possível, a instrumentos de financiamento europeu como o Fundo Europeu de Defesa ou o SAFE (Security Action for Europe).

Por último, iremos procurar maximizar o retorno deste investimento para a nossa economia e para as nossas indústrias de defesa.

Este Governo sabe bem para onde vai, tem um horizonte — a modernização das Forças Armadas — e tem um rumo claro.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Antes de passar ao próximo artigo, dou a saber à Câmara que estão a assistir aos nossos trabalhos, nas diversas galerias, um grupo de alunos e professores da Escola Secundária D. Dinis, de Lisboa; um grupo de alunos e professores do Agrupamento de Escolas de Ourém; um grupo de alunos e professores do Agrupamento de Escolas Dr. Mário Sacramento, de Aveiro; um grupo de alunos e professores do Agrupamento de Escola de Alvide; um grupo de alunos e professores da Escola Básica e Secundária Dr. Daniel de Matos, de Coimbra; e um grupo de 55 alunos e professores da Escola Básica n.º 2 de Marrazes, Leiria.

Aplausos gerais, com Deputados do CH de pé.

Vamos entrar no artigo 136.º — Atualização do suplemento por serviço e risco e suplemento de condição militar.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Rocha, da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Sr. Presidente, creio que nestas matérias é cada vez mais necessário ter presente o que deve ser o papel do Estado e o que não deve ser o papel do Estado. Temos um Estado que se envolve em demasiadas coisas, muitas vezes a despropósito, temos um Estado que muitas vezes se envolve naquilo em que não se deve envolver, mas que depois não está onde deve estar.

Vou dar dois ou três exemplos para percebermos bem o que quero dizer.

Temos discutido aqui, neste Parlamento, a questão das creches, e há um programa, o programa Creche Feliz, em que o Partido Socialista prometeu creches gratuitas a toda a gente. A seguir, o Governo do Partido

Social Democrata veio dizer que esse programa se mantinha, mas o certo é que se mantém, a esse nível, uma ideia de intervenção permanente, de paternalismo, de burocracia, de mesquinhez, porque se impede que as famílias decidam qual é a creche onde querem as crianças. Impede-se, portanto, que as famílias decidam, pois querem ser os burocratas do centro, do Estado, a decidir onde é que as famílias podem ou não podem — as precedências — colocar as crianças, e este é um exemplo de onde o Estado não deve estar e do que não deve fazer.

O outro exemplo é do que o Estado deve fazer, e estou-me a reportar, nomeadamente, às situações de doenças graves, doenças crónicas, doenças oncológicas, quer de filhos quer dos próprios. Aí, o Estado faz o que não deve fazer, porque gasta-se tanto dinheiro mal gasto… Ainda há poucas horas a Sr.ª Ministra da Saúde veio dizer que pretende poupar 800 milhões no SNS — e isto significa que estamos a gastar 800 milhões a mais, em desperdício, no SNS —, mas quando chegamos às doenças oncológicas, doenças graves, doenças que perturbam profundamente as famílias, o Estado quer impor um limite, condenando as famílias a decidir se perdem os seus empregos ou se apoiam as crianças em causa; e no caso dos próprios, quando é doença oncológica, colocando-lhes também enormes limitações.

Pois nós o que dizemos é que é precisamente nesses casos que o Estado deve estar,…

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Claro!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — … é precisamente nesses casos que não deve haver limites administrativos e é precisamente nesses casos que as famílias não devem ser confrontadas com a necessidade de optar entre o apoio aos filhos ou a permanência na situação profissional.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — No âmbito de um artigo 136.º-A, tem a palavra o Sr. Deputado António Rodrigues, do PSD.

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Sr. Presidente, relativamente à proposta 112-C, para a criação do suplemento especial de serviço de estrangeiros, fronteiras e segurança aeroportuária, é mais do mesmo, digamos assim. É a incapacidade que alguém tem de conseguir ver o todo, fazendo tentativas de aproximação a algumas corporações para tentar encontrar soluções que não fazem qualquer tipo de sentido.

Nos dias de hoje, um aumento de 25 % sobre um ordenado, independentemente das circunstâncias em que essa função é exercida, não faz qualquer tipo de sentido. É uma oneração desnecessária, uma oneração do Orçamento do Estado sobre um valor que, provavelmente, o autor nem sabe qual é, não sabe quanto está a gastar no meio disto,…

Risos do Deputado do CH Pedro Pinto.

… e nem sequer olha para o resto de toda a estrutura,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Se cortarem no RSI (rendimento social de inserção) dá!

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — … principalmente numa circunstância em que estão a ocorrer negociações com todas as forças relativamente à consolidação destas matérias.

Importa, quando falamos das forças de segurança, olhar para o todo, e não olhar apenas e só para algum tipo de nichos de mercado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Têm de pagar mais!

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — O que aqui está verdadeiramente em causa é dar dignidade a esta estrutura, que foi finalmente criada — ao contrário do que alguns quiseram no ano passado, quando ela foi

chumbada — neste ano, para responder a um serviço que não era da responsabilidade de outros que não de um Governo socialista…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Têm de pagar!

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — … que, de uma forma inopinada, errada, atabalhoada, acabou com o controlo de fronteiras.

Não era essa a solução, a solução foi criar uma estrutura alternativa. Não é solução criar este tipo de oneração relativamente a este tipo de função.

Por isso, não podemos estar de acordo e não podemos suportar essa proposta, porque a demagogia tem limites. E a demagogia, neste caso, significa uma oneração para o Orçamento do Estado num valor acima dos 15 milhões de euros. Porventura, o próprio promotor nem sequer fazia a mínima ideia disso, porque quando faz propostas não olha aos custos;…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O RSI são 354 milhões!

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — … olha, única e exclusivamente, à tentativa de fazer uma bandeira e um anúncio desta matéria.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O RSI são 354 milhões!…

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — É a incapacidade de mostrar que tem sentido de Estado. É mais do mesmo, e temos visto isto continuadamente. Continuem neste sentido, porque não vão longe.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Maria José Aguiar, do Chega.

A Sr.ª **Maria José Aguiar** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, a recuperação do tempo de serviço dos professores, obstinadamente negada durante todo o Governo do PS, é agora o *slogan* mor do Ministério da Educação, como se com isso tivessem resolvido todos os problemas dos professores.

A verdade é que essa recuperação tarda em efetivar-se na prática, com processos burocráticos a aguardarem cabimento, meses sem fim. Mas, pior: deixou de fora os professores com mais tempo de serviço, dos escalões mais altos, que trabalharam tal como os outros, mas que viram ser ignorados esse tempo e esse trabalho. Nem um dia recuperaram! É esta injustiça que a nossa proposta 113-C pretende resolver, respeitando quem trabalhou e trabalha todos os dias nas nossas escolas.

O Chega reconhece a dedicação e a excelência dos nossos professores, que continuam a assegurar o ensino atolados em burocracia, à mercê da indisciplina e da violência, sobrecarregados com horas extraordinárias, porque não há professores e porque demasiados alunos continuam sem aulas.

É premente, por um lado, tornar a carreira verdadeiramente atrativa, mas, por outro, temos de valorizar os que permanecem nas escolas e a têm sustentado. Só cativando os que estão é que conseguimos mostrar aos próximos que vale a pena ser professor.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.ª **Maria José Aguiar** (CH): — A nossa proposta 1813-C pretende criar um suplemento de valorização docente para os professores dos ensinos básico e secundário, a ser pago semestralmente, até ao valor máximo de 200 €. Mais do que uma simples compensação monetária, é um verdadeiro sinal de respeito e de confiança no trabalho dos professores.

É fundamental valorizar quem está hoje para cativar quem poderá estar amanhã, porque do que o ensino precisa, Srs. Deputados, é de professores motivados e reais, e não de tutores virtuais. Tenham por isso a coragem de aprovar estas propostas, Srs. Deputados, porque os professores precisam e a escola assim o exige.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Carvalho, do Chega.

O Sr. **José Carvalho** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, estamos perante o Orçamento da pescada, aquele que antes de o ser já o era, uma vez que o PS, que tanto critica o documento, na próxima sexta-feira deixá-lo-á passar. E bem podem encenar, criticar e condenar, porque no final, essa bancada aprovará o Orçamento.

Este é, como já se percebeu, o Orçamento dos sete pecados capitais: a soberba, a avareza, a luxúria, a ira, a gula, a inveja e a preguiça. Está tudo aqui, Srs. Deputados: a soberba, nas propostas do executivo sem a preocupação de ouvir a oposição; a avareza e a luxúria, na vontade desenfreada para sacar, para sacar impostos a quem trabalha; a ira, em relação aos alunos portugueses, porque há milhões para mediadores culturais e tostões para os nossos alunos com necessidades especiais; a gula, por manter a burocracia como pedra de toque nas escolas; a inveja, pelo sucesso das propostas do Chega; e a preguiça em aprovar as nossas soluções.

Aplausos do CH.

Para combater estes sete pecados capitais, Srs. Deputados, a solução é simples: aprovar as propostas do Chega, nomeadamente aquela que aqui trazemos para uma escola sem ideologia. É uma medida pequenina no custo, mas gigante no alcance.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **José Carvalho** (CH): — Srs. Deputados, é à família que compete educar e à escola ensinar. Deixem as crianças em paz, deixem as famílias em paz! Não podemos dizer às crianças que hoje podem ser um menino e amanhã uma menina. Para nós, um menino é um menino e uma menina é uma menina.

Aplausos do CH.

Um menino tem uma pilinha e uma menina tem uma vagina. Isto é biologia, o resto é ideologia.

Protestos da Deputada do L Filipa Pinto.

Srs. Deputados, especialmente das bancadas do PPD-PSD e do CDS-PP, se querem cumprir a promessa do Sr. Primeiro-Ministro, aprovem esta proposta, uma proposta simples e barata. Afinal, sem gastar dinheiro e com um simples gesto de aprovação, estarão a contribuir para a solução, uma solução gigante.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Na sexta-feira que já terá passado, ou não, eventualmente. A votação será na quinta.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Dias Pinto, do Chega.

O Sr. **Ricardo Dias Pinto** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, Portugal falha com demasiada frequência às suas comunidades emigrantes. Falha, muito explicitamente, quando deixa que milhares de jovens portugueses espalhados pelo mundo cresçam sem a língua que lhes pertence.

Se Pessoa tinha razão ao dizer «A minha pátria é a língua portuguesa», deixar os jovens portugueses que vivem no estrangeiro sem o idioma é, sim, tirar-lhes a pátria.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Ricardo Dias Pinto** (CH): — A língua portuguesa não é um ornamento, mas antes o primeiríssimo elo da portugalidade. Ainda assim, demasiadas famílias veem os seus filhos crescer sem acesso à aprendizagem.

Propomos por isso, neste Orçamento, uma iniciativa tão justa e urgente quanto moderna e eficaz: que o Governo lance um programa *online,* gratuito e universal de ensino da língua portuguesa, para lusodescendentes e portugueses residentes no estrangeiro; um programa flexível, acessível e pensado para chegar a todos, independentemente do país onde vivem e das suas condições económicas.

Na era da digitalização, eis aqui uma proposta que a coloca ao serviço das pessoas, para devolver o património linguístico aos portugueses lá fora, e isso está materializado na proposta que o Chega oferece, sem impacto orçamental relevante, mas antes num amplo exercício de boas vontades.

Portugal permanece afastado de milhões dos seus lusodescendentes. Façamos, juntos, da aprovação desta proposta um justo e necessário ponto de viragem.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para intervir, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Galveias, do Chega.

O Sr. **Jorge Galveias** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, segundo a voz do povo, os políticos só querem «tachos» e estão na política para encher os bolsos. É nossa obrigação apagar esta ideia, que tanto desprestigia a classe política do País,…

Protestos e risos do Deputado da IL Jorge Miguel Teixeira.

… bem como o Tribunal Constitucional.

Num país em que há mais de 2 milhões de pessoas em risco de pobreza, não pode haver políticos a acumular pensões, não pode haver políticos e ex-juízes do Tribunal Constitucional a receber, para o resto da vida, subvenções milionárias.

Apenas como exemplos: em 2024, Armando Vara, ex-ministro condenado a prisão por corrupção, acumulava a pensão de velhice com uma subvenção vitalícia, num total de mais de 8500 € mensais; Sócrates, só em subvenção vitalícia, recebe cerca de 3000 € todos os meses; Duarte Lima, cerca de 2300 €.

O Orçamento do Estado para 2026 pagará 10,57 milhões de euros, mais 19 % do que em 2025. Isto é escandaloso!

É um facto que as pensões vitalícias foram revogadas em 2005, mas também é um facto que quem já as recebia continua a recebê-las. Enquanto isto, cerca de 1 milhão de pensionistas recebem uma pensão de velhice inferior a 500 €.

Para acabar com este escândalo, o Chega propõe a proibição da acumulação de pensões e o fim das subvenções vitalícias a ex-titulares de cargos políticos. É tempo de acabar com os privilégios de alguns em prejuízo de muitos.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Delgado Alves, do Partido Socialista, para intervir.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Em relação às duas propostas que visam reforçar a dotação orçamental do Tribunal Constitucional, cumpre dar nota, da parte do Partido Socialista, de que acompanharemos com um voto favorável em ambos os casos.

Numa audiência realizada na Comissão de Orçamento e Finanças, requerida pelo Tribunal Constitucional, foi dito de forma objetiva e clara quais são as três razões pelas quais é necessário este reforço de dotação na casa de 1,6 milhões de euros. Para além de ser um valor perfeitamente acomodável naquilo que são as despesas do Estado, o Tribunal objetivamente identificou o aumento de custos da Entidade das Contas e Financiamentos Políticos com: a realização extemporânea, ou não prevista, de quatro eleições para a Assembleia da República e para a Assembleia Legislativa da Madeira, que se realizaram no ano passado; o facto de ter havido aumentos remuneratórios provocados, não por decisões do Tribunal, mas por força de

valorizações de carreiras e dos aceleradores de carreiras; e, finalmente, pela necessidade de o Tribunal iniciar o processo de execução do seu sistema informático de tramitação, para o qual prevê também, no próximo ano civil, uma verba que vai executar nos quatro anos seguintes.

Deixou o Tribunal de poder recorrer à falta de execução de verbas que advinha do facto de, durante muitos anos, a Entidade para a Transparência não estar a funcionar, porque, a partir do momento em que a Entidade para a Transparência funciona, a execução orçamental do Tribunal passa a ser na casa dos 100 % também nessa área, o que significa que não pode recorrer a transição de saldos. É uma medida justa, equilibrada, bem fundamentada, e acompanhá-la-emos com o nosso voto favorável.

Aplausos do PS e da Deputada do L Isabel Mendes Lopes.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Carneiro, do PSD.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, esta proposta, em que o PAN se associou com vários partidos, relativamente ao reforço das verbas do Tribunal Constitucional deve merecer uma reflexão séria desta Câmara.

Aquilo que nós vimos na audição do Sr. Presidente do Tribunal Constitucional, no Parlamento, e dos Srs. Juízes Conselheiros que o acompanharam foi inédito. O Tribunal decidiu entrar na arena do debate político-partidário, e isto é gravíssimo.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É verdade! Já tinha entrado antes!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Srs. Deputados, recebemos também, muito recentemente, uma carta da Sr.ª Ministra da Justiça, que se pronuncia exatamente sobre essa audição.

O orador exibiu um documento.

O que a Sr.ª Ministra da Justiça diz a este propósito — e esta carta é do conhecimento de todos os Srs. Deputados, porque ela foi recebida no Parlamento — é o seguinte: «Importa esclarecer que a adoção de uma solução autónoma desenvolvida e gerida exclusivamente pelo Tribunal Constitucional…» — está-se a referir à plataforma informática — «…implicaria a criação de uma plataforma totalmente nova e independente de soluções atualmente disponíveis no ecossistema de justiça. Tal opção acarretaria um prazo de execução prolongado, riscos acrescidos de fragmentação tecnológica e custos significativamente elevados, que extravasam os inerentes ao simples desenvolvimento da plataforma.»

Fala de problemas de interoperabilidade, fala num prazo de implementação que não é inferior a 20 meses, fala de investimentos que não são necessários e fala dos custos, que podem ultrapassar 1 milhão de euros.

Srs. Deputados, nós sabemos que o Tribunal Constitucional, por exemplo, na execução de 2024, não executou a totalidade do seu orçamento.

O Sr. **Alberto Fonseca** (PSD): — É verdade!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Num orçamento de 10,8 milhões de euros, executou apenas 9,5 milhões.

A desculpa que ouvimos na audição foi a de que era necessário reforçar também a Entidade das Contas e Financiamentos Políticos e a Entidade para a Transparência. E o que é que nós vemos na execução do Tribunal? Vemos que o orçamento destas duas entidades é fixado, única e exclusivamente, por decisão própria do Tribunal Constitucional. E o Tribunal Constitucional, o que é que decidiu? Decidiu retirar verbas a estas duas entidades. Não foi o Governo, não foi o Parlamento, foi o Tribunal Constitucional que decidiu retirar verbas a estas duas entidades.

Mas é também importante olhar para o orçamento destas duas entidades: a Entidade das Contas tinha um orçamento de 1,5 milhões de euros, executou 900 000 €; a Entidade para a Transparência tinha um orçamento de 1,5 milhões de euros, executou 800 000 €.

Srs. Deputados, nós fomos e somos confrontados com o relatório do Conselho Superior da Magistratura, que dá conta das dificuldades e dos desafios que os edifícios onde funcionam muitos dos tribunais e conservatórios deste País enfrentam. Sabemos que a herança que recebemos é pesada: há tribunais onde chove, há salas de audiência que são encerradas. E aquilo que os Srs. Deputados hoje são chamados a decidir é se preferem dar resposta ao que é emergente ou se preferem reforçar um orçamento que nós nem sequer sabemos se vai ser executado.

O Sr. **Alberto Fonseca** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — E eu até alerto os Srs. Deputados de que a pressa do PAN na correção e no sentido de ir no politicamente correto levou a que alterasse a sua proposta para atribuir ao Tribunal Constitucional e às duas entidades 1,9 milhões de euros, que é mais do que aquilo que o próprio Tribunal aqui veio pedir. E foi o nosso alerta que, inclusivamente, já levou também a que estes partidos que subscrevem este documento viessem, a correr, corrigir o valor.

Afinal, nestes partidos, ninguém sabe de quanto é que o Tribunal Constitucional precisa. Aliás, na sua intervenção, a Sr.ª Juíza Conselheira disse o seguinte: « A plataforma que pode custar na ordem dos 700 000 €, afinal, em 2026, só precisa de 100 000 €.» E o que é que fazem estes partidos? Atribuem já tudo.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Não é verdade, Sr. Deputado, leia as propostas!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Portanto, Srs. Deputados, é muito provável que o próprio Tribunal não execute o seu orçamento no ano de 2026, porque estes partidos querem dar mais dinheiro do que aquilo de que o Tribunal precisa.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, nós somos chamados a tomar uma decisão que tem de ir além do politicamente correto. Esta não é uma questão em que tenhamos de tomar uma decisão do politicamente correto, é uma questão de opções que temos de tomar no âmbito do Orçamento, e há uma garantia que posso dar aos Srs. Deputados e a todos os portugueses: este Governo e este Parlamento, se houvesse necessidade disso, nunca falhariam — estou certo — a nenhum tribunal deste País…

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — … para que ele pudesse executar a sua missão de aplicação e execução da justiça.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real, do PAN.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Carneiro, parece-me claro que o PSD é que não esteve atento àquilo que foi dito pelos Srs. Juízes Conselheiros, porque a Sr.ª Juíza Conselheira deixou bastante claro que o corte na Entidade para a Transparência e na Entidade das Contas e Financiamentos Políticos ocorreu por necessidade de um ajuste, por corte na verba que o Governo disse que estaria disponível.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não é verdade!

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Como tal, aquilo que o PAN e as forças políticas que se juntaram para subscrever esta proposta fizeram foi, não só, ir ao encontro das preocupações expressas pelo Tribunal Constitucional,…

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ele ontem agradeceu e até veio de cravo! Uma palhaçada!

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — … porque ouvimos aqui críticas, nomeadamente em relação às opções face aos outros tribunais, mas a bancada que suporta o Governo não fez essas mesmas críticas quando temos mais de 600 milhões de euros de benefícios fiscais para as empresas que mais lucram e poluem — o PAN propôs cortar essas mesmas isenções e não nos acompanharam —, ou até mesmo na proposta do IVA da caça, que ninguém compreende, porque mais uma vez dão a mão a quem não precisa, em detrimento dos tribunais, dos jovens, das crianças, das creches e até dos mais idosos.

Por isso mesmo, Sr. Deputado, aquilo que lhe pergunto… Nós alterámos a nossa proposta, que vai ao encontro de um orçamento que é justo perante aquilo que são as necessidades do Tribunal Constitucional, que não é um tribunal qualquer. E quem arrastou o Tribunal Constitucional para um debate aparentemente político foi o PSD, nas perguntas que fez.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Quem arrastou foi quem veio de cravo ontem! Está tudo dito!

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Por isso mesmo, pergunto: o que é que obstaculiza, afinal, a que o PSD faça aquilo que é da mais elementar justiça, que é acompanhar esta proposta, que dá ao Tribunal Constitucional aquilo que ele pede para que possa funcionar, em respeito até do princípio da separação de órgãos de soberania?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Carneiro, para responder.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real, acho que a Sr.ª Deputada é que não ouviu bem a audição. Aliás, estava à distância e, provavelmente, tem essa desculpa.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Eh pá! Que desagradável dizer isso!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr.ª Deputada, o Tribunal disse que, implementando na totalidade a plataforma, precisaria de 1,6 milhões de euros. O que é que o PAN colocou na sua proposta? Colocou 1,9 milhões! Portanto, Sr.ª Deputada, quanto a ouvir bem estamos entendidos.

O Sr. **Alberto Fonseca** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É tão de baixo nível!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Também quero dizer que percebi, pela sua questão, que teve muita dificuldade em justificar esta proposta, e por isso foi buscar as questões ambientais, os jovens, as creches…

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Verdade!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Embrulhou tudo, para não discutir o essencial!

Protestos da Deputada do PAN Inês de Sousa Real.

Sr.ª Deputada, Srs. Deputados, é importante perceber o precedente que estamos a abrir aqui, na sequência de uma audição inédita — o Sr. Presidente do Tribunal Constitucional também tentou justificar que não é inédita,

mas é —, porque as outras audições respeitaram a questões de implementação da plataforma da Entidade para a Transparência, e não sei se todas foram à porta aberta, mas essa é outra questão, relativamente a antecessores seus.

Há um precedente que se abre e há duas propostas em cima da mesa: toda a esquerda que se aliou e que foi a correr ao politicamente correto e a proposta do Chega, que também vai na ordem e no sentido do politicamente correto, mas que a esquerda decidiu excluir.

Nós temos o nosso voto muito claro. Não abriremos um precedente nesta Câmara, mas com a garantia que dei e que a Sr.ª Juíza Conselheira reconheceu de que, se forem necessárias verbas para o funcionamento do tribunal, efetivamente, elas nunca faltarão. Nunca faltarão, Sr.ª Deputada.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — A aplicação da justiça, para nós, é absolutamente essencial, mas não admitiremos, com o nosso voto, a abertura de um precedente neste Parlamento.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada, Paula Santos, do PCP.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.ᵃˢ e Srs. Deputados, creio que o que é um precedente e que é inédito é o Presidente do Tribunal Constitucional ter pedido uma audiência ao Primeiro-Ministro e não ter sido concedida, é ter enviado uma carta a colocar um conjunto de questões e a mesma não ter sido respondida.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Essa é que é essa!

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Não é verdade! Foi respondido!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — E aquilo que aqui estamos a ver, da parte do PSD e do CDS, é um profundo desrespeito institucional com um órgão de soberania, que é o Tribunal Constitucional.

O PCP subscreve, sim, esta proposta, porque o que foi aqui salientado é a necessidade do reforço de 1600 milhões de euros, que foi justificado. Creio que é até desonesto falar de um conjunto de problemas que existem, de facto, nos tribunais portugueses — mas que o Governo do PSD e do CDS também não está a resolver — e usar isso como pretexto relativamente a esta proposta.

Portanto, para que fique claro, é preciso investimento nos tribunais portugueses. Aquilo que não compreendemos é que não haja vontade da parte do PSD e do CDS de procurar garantir ao Tribunal Constitucional os meios necessários para o seu funcionamento. E isso deixa-nos uma questão: porque é que não quer?

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Mendes Lopes, do Livre.

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, Sr.ᵃˢ e Srs. Deputados, Caros Concidadãos nas galerias, hoje será lida, à porta da Assembleia da República, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Uma ação organizada pelas associações de pessoas com deficiência para lembrar a esta Assembleia algo que não deveria precisar de ser lembrado: que os direitos das pessoas com deficiência são direitos humanos; que a independência não é um privilégio, é um direito; e que este País tem a obrigação de garantir políticas públicas para quebrar as barreiras que continuam a existir na educação, na habitação, nos transportes, na cultura, na saúde, no espaço público.

São barreiras que têm de ser quebradas para todas as pessoas com deficiência, independentemente da sua condição económica ou da sua família. Essas barreiras existem porque o sistema, que foi mal desenhado à partida, exclui. A correção desta desigualdade e discriminação já vem tarde.

Hoje, o Livre apresenta várias propostas para corrigir estas discriminações diárias e garantir justiça e dignidade para as pessoas com deficiência. Basta de projetos-piloto de apoio à vida independente, é altura de o País avançar para um modelo definitivo de apoio à vida independente para que a autonomia seja real, definitiva e permanente.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Muito bem!

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Uma vida independente é um direito de todas as pessoas e este Parlamento tem a responsabilidade de o fazer cumprir, e já. A burocracia não pode ser uma barreira entre uma pessoa e a sua autonomia e liberdade de deslocação. Apresentamos, por isso, uma proposta que altera os pressupostos da isenção do imposto sobre veículos para que seja mais fácil de conseguir essa isenção.

E porque não podemos continuar à espera, apresentamos uma proposta que vai garantir, em 2026, uma nova Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência 2026-2030. É uma oportunidade, hoje, para assumir o compromisso de um País correto e mais justo para todas as pessoas. O que é que propomos? Orçamento próprio para a implementação da estratégia, políticas integradas e multidisciplinares em áreas como habitação, mobilidade, espaço público e tantas outras que é preciso trabalhar.

Esta estratégia deve ser feita com as pessoas com deficiência e as entidades que as representam. Até porque é assim que cumprimos a convenção internacional e as obrigações assumidas pelo Estado português. Nada sobre as pessoas com deficiência sem as pessoas com deficiência.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sra. Deputada Vanessa Barata, do Chega.

A Sr.ª **Vanessa Barata** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, Portugal chegou ao pódio europeu dos países com maior economia paralela, um dos três países que mais dinheiro perde. São cerca de 22 % do seu PIB. Como referência para as pessoas, são cerca de 60 mil milhões de euros. São 60 mil milhões de euros que circulam ao negro sem serem declarados.

Este dinheiro é quase quatro vezes o orçamento para a saúde e mais de duas vezes o orçamento para o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. Este dinheiro poderia servir, e tenho a certeza de que estaremos todos de acordo, para melhorar a vida dos portugueses, dar-lhes um melhor sistema de saúde, condições de habitação, melhores reformas, mais apoios para a juventude, modernizar a justiça, reformar a educação.

Srs. Deputados, não deve haver um de nós que não tenha já ouvido, nas ruas, nas cartas que recebemos, nos *emails*, que «é preciso apostar forte na fiscalização.» Diz-nos a experiência e a história que devemos escutar os portugueses, principalmente os portugueses que sustentam este País todos os dias.

Por isso, o Chega apresenta esta proposta para implementar medidas de combate à economia paralela.

Reparem: não é mais um grupo de trabalho, não é mais uma reunião, não é mais um estudo; é ação, é respeito por quem trabalha, respeito por quem cumpre, por quem paga impostos e põe este País a mexer.

Vamos pôr o Luís a trabalhar, vamos fiscalizar.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Gabriel, do Chega.

O Sr. **Nuno Gabriel** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, os suicídios nas forças de segurança são o dobro e, em alguns anos, o triplo em comparação com a média da restante população portuguesa.

Só no passado mês de julho, dois elementos da PSP (Polícia de Segurança Pública) e um da GNR (Guarda Nacional Republicana) puseram termo à própria vida, sendo notória a incapacidade de resposta da tutela face a esta triste e trágica realidade. Em apenas 12 dias do mês de julho, três elementos cometeram suicídio.

Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, isto não pode continuar. As razões, essas, estão amplamente estudadas: desmotivação profissional; agressões de que são alvo; mobilidade interna que os obriga, muitas vezes, a trabalhar longe da sua residência e da sua família por 10, 15, quando não 20 anos; exigência de serviço; privação de sono, entre outros, que levam a depressões, a *burnouts* e por aí fora.

Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, temos de passar da teoria bem estudada à prática.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Nuno Gabriel** (CH): — Por isso, propomos o reforço do número de psicólogos afetos às forças de segurança,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Nuno Gabriel** (CH): — … porque é imperativo e porque é urgente. Espero que nos acompanhem nesta proposta.

Aplausos do CH.

Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, o suicídio nas forças de segurança é um fenómeno complexo, extremamente difícil de determinar e de prevenir, é certo, mas deve merecer da nossa parte, desta Casa, atenção, rigor e compromisso. O mesmo compromisso de quem jura dar a vida por nós e a quem não podemos voltar às costas. Esta bancada nunca, jamais e em tempo algum lhes virará às costas.

Aplausos do CH.

VV. Ex.as têm hoje a oportunidade de assim o fazer também.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Dias Fernandes, do Chega.

O Sr. **José Dias Fernandes** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, os imigrantes portugueses reformados trabalharam arduamente uma vida inteira, construíram famílias e as suas casas na esperança de um dia voltarem à sua terra, às suas aldeias, para viverem e passarem os seus últimos anos de vida, uma vez atingida a reforma.

Essa esperança de um dia voltarem foi roubada pelos Governos sucessivos do PSD e do PS, que foram e continuam a ser os esclavagistas que lançaram o seu povo para a imigração — palavra moderna que substituiu a palavra escravo.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **José Dias Fernandes** (CH): — O reformado imigrante, se quiser voltar a Portugal com a sua reforma, é taxado em 53 %, o que quer dizer que, se vier para cá com uma reforma de 2000 €, fica somente com 940 €, sendo que o Estado arrecada 1060 €, mais do que quem trabalhou uma vida inteira. Isto não é somente um roubo do Estado, mas sim a cara escondida do Programa Regressar. No fundo, não quer que os imigrantes regressem a Portugal.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **José Dias Fernandes** (CH): — José Manuel Fernandes, esteve sábado passado no Reino Unido, mais uma vez, a prometer aquilo que nunca cumpriu antes. O Governo de José Manuel não está ao lado dos imigrantes, se estivesse, não teria chumbado a proposta do Chega sobre o projeto de uma linha marítima entre o Reino Unido e Portugal,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Bem lembrado!

O Sr. **José Dias Fernandes** (CH): — … o que evitaria dezenas de acidentes, muitas vezes mortais, nas estradas de França e Espanha.

Finalmente, quando vai lá fora, o Sr. Ministro não passa de pegar na concertina e tocar ao desafio. Pega nela na mão, sem crédito algum para os imigrantes.

O projeto do Chega é simples: nos primeiros 10 anos, isenção total e, a partir do décimo ano, serem taxados somente a 10 %, pois as reformas dos imigrantes nada devem a Portugal e nada devem aos portugueses residentes já que, diretamente, pagam em IVA, no consumo, 23 % das suas reformas.

Que seja bem claro, só de França existem em Portugal 160 000 imigrantes reformados, que também votam e sabem onde votar. O dia de ontem foi o dia das rosas brancas, o dia da liberdade, essa liberdade tem de chegar aos imigrantes porque os cravos de Abril para nós ainda são negros.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Armando Grave, do Chega.

O Sr. **Armando Grave** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.ªs e Srs. Deputados, tanto o lúpus como a asma grave são patologias que podem ser absolutamente incapacitantes.

Se não forem devidamente tratados, acarretarão para o Estado todos os custos inerentes à abstenção ao trabalho da parte dos doentes e dos seus familiares. Portanto, é importante e não deixa de ser relevante, no contexto da saúde, da sua manutenção e prevenção, o enquadramento deste processo na população portuguesa.

Todos somos importantes. Independentemente da estimativa do impacto económico, esta Assembleia não se pode dar ao luxo de ser insuficientemente ativa na promoção deste processo. De facto, o regime já estabelecido, designadamente na Portaria n.º 261/2024/1, não prevê o acesso a tratamentos inovadores de forma igualitária.

Sr.ªs e Srs. Deputados, a Constituição da República até prevê uma disposição especialíssima. Sabem em relação a quem? Aos toxicodependentes. Isto, enquanto os pacientes com asma, com lúpus e até com enxaquecas estão impedidos de ter acesso equitativo ao regime de comparticipação destes medicamentos biológicos.

Não é equitativo porque, no Serviço Nacional de Saúde fraudulento e absolutamente desorganizado que toda a esquerda instituiu e o PSD não está sequer a conseguir reverter, uns podem ter acesso e os outros não, quando, não havendo resposta aos fármacos convencionais, se podia e devia optar por terapêuticas biológicas sem mais obstáculos.

O Chega importa-se com todos os portugueses que pagam o Serviço Nacional de Saúde. Por isso apresenta uma proposta de aditamento para que todos possam ter acesso a estes tratamentos por igual, devendo o Estado prever uma dotação financeira que permita rever o regime de comparticipação dos medicamentos biológicos destinados ao tratamento do lúpus e da asma.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Simões de Melo, do Chega.

O Sr. **Nuno Simões de Melo** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Ministros e restantes Membros do Governo, cuidar de quem serviu, de quem, em combate ou por causa do combate, foi ferido e contraiu uma deficiência é também cuidar de quem serve e de toda a comunidade nacional.

O Chega propõe alterações ao Orçamento do Estado que vão nesse sentido. Realço a nossa proposta de assegurar em tempo útil o acesso a próteses, ortóteses e outro material ortopédico aos deficientes das Forças Armadas. Consideramos inadmissível que existam demoras no seu fornecimento, pois afeta gravemente a autonomia e a qualidade de vida destes portugueses que tudo deram pela Pátria.

Dados reportados pela Associação dos Deficientes das Forças Armadas revelam que muitos destes antigos combatentes permanecem numa situação de espera superior a um ano para receberem equipamentos dos quais dependem absolutamente para a sua mobilidade. Alguns deles ficam mesmo impossibilitados de sair de casa, confinados às suas habitações por períodos injustificáveis, numa situação que compromete o exercício dos mais elementares direitos de cidadania.

Estes nossos concidadãos sofreram incapacidades permanentes ao serviço de Portugal em contexto de conflito, pelo que merecem uma resposta institucional à altura do sacrifício que fizeram. As implicações orçamentais são diminutas, mas o impacto naqueles que serviram e servem nas fileiras é considerável.

Se, como disse Adriano Moreira, «a Pátria é um dever entre o berço e o caixão», também ela não pode ser ingrata para aqueles que tudo lhe sacrificaram.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, sobre um artigo 136.º-A, permitam-me adiantar referências a duas ou três propostas que apresentámos em sede de especialidade.

Uma delas tem a ver com o aditamento à Lei n.º 45/2018, de 10 de agosto, que visa adaptar o regime do TVDE (transporte individual e remunerado de passageiros em veículos descaracterizados a partir de plataforma eletrónica) às especificidades de mobilidade, orográfica e escala de mercado nas regiões autónomas, compatibilizando liberdade de iniciativa e concorrência com segurança rodoviária e fluidez.

Introduzem-se instrumentos de gestão proporcionais, temporários e baseados em evidência, sujeitos a audição e escrutínio público, com avaliação técnica prévia e mecanismos de urgência estreitamente delimitados. Esta norma é financeiramente neutra para o Orçamento do Estado e respeita, acima de tudo, a autonomia regional e a autonomia e competências dos municípios.

Outra iniciativa tem a ver com o reforço dos efetivos da Polícia de Segurança Pública da Região Autónoma da Madeira. Durante anos, o reforço destes efetivos foi manifestamente insuficiente, traduzindo-se em cerca de quatro novos agentes por ano, valor desajustado face às exigências atuais do policiamento territorial, da segurança aeroportuária e da atividade turística. Por isso defendemos e asseguramos que esse reforço do efetivo do Comando Regional da PSP da Madeira seja progressivo, garantindo a afetação mínima de 20 novos agentes por ano em 2026 e 2027, sem prejuízo, é claro, de reforços adicionais que a execução orçamental e as necessidades operacionais venham justificar.

Depois, e igualmente importante, temos uma proposta relativa ao reforço dos meios aéreos de combate a incêndios na Região Autónoma da Madeira. Todos sabemos que esta região dispõe apenas de um meio aéreo de combate a incêndios, o que é insuficiente face à orografia, à dispersão territorial e à crescente severidade dos fenómenos meteorológicos externos. A presente proposta visa, acima de tudo, reforçar a resiliência e a capacidade de resposta do sistema regional de proteção civil, determinando o lançamento de um concurso para um segundo meio aéreo até 31 de março de 2026, em articulação com o Governo Regional da Madeira.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, por último, e não menos importante, apresentamos uma iniciativa que visa aproximar o regime de mobilidade por doença à natureza da proteção e equiparação da prioridade de doentes cuidadores de filhos com deficiência.

Esta iniciativa concretiza os princípios constitucionais da igualdade — artigo 13.º —, da proteção das pessoas com deficiência — artigo 71.º — e do superior interesse da criança — artigo 69.º —, e alinha-se com compromissos internacionais e europeus, nomeadamente a convenção dos direitos da vida profissional e familiar, devidamente plasmada na Diretiva (UE) 2019/1158.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Reis, do Chega.

O Sr. **Ricardo Lopes Reis** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, muito se fala do interior e da coesão territorial, mas pouco se faz nesse mesmo sentido.

Temos hoje dois países completamente diferentes, tão próximos no mapa, mas tão longe em oportunidades e em futuro: de um lado, acessibilidades, emprego, investimento; do outro, despovoamento, envelhecimento e falta de oportunidades. Falo, claramente, do Portugal do litoral e do Portugal do interior.

Esta realidade tem tido consequências profundas para o País, em particular para os jovens que, sem terem oportunidades, sem terem infraestruturas, acabam por ser empurrados para longe das suas terras e acabam por criar um desequilíbrio muito grande na demografia do território que prejudica e destrói a coesão territorial.

Mas como o Chega é verdadeiramente um partido popular, do litoral e do interior, um partido que está presente, desde a maior das cidades à menor das aldeias, onde houver um português que seja — um português que seja! —, então, aí estaremos nós, aí estará o Chega a propor.

Aplausos do CH.

E como o Chega também é o partido dos jovens portugueses, o partido em que os jovens confiam, apresentamos um programa de fixação de jovens no interior que prevê benefícios fiscais para os jovens na habitação, mas também em sede de IRS, e que assenta em algo mais — assenta numa transformação, numa reforma do interior do País através de infraestruturas, através de cobertura de rede e de *internet*, através de atratividade para as empresas do País para que estas possam fixar-se naqueles territórios, fixando também o emprego qualificado que estes jovens procuram.

Srs. Deputados, só assim, só com visão e com estratégia — e não com superministérios ou superministros baratos, como o Ministro Castro Almeida — é que vamos fixar jovens no interior. É com propostas, é com visão, é com estratégia, é com esta proposta do Chega que espero que possam aprovar.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem agora a palavra a Sr.ª Deputada Paula Santos, do PCP.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, apoiar os bombeiros tem de ter tradução nos seus direitos e nas suas condições de trabalho.

Neste Orçamento, o PCP propõe que a profissão de bombeiro seja reconhecida como profissão de risco e de desgaste rápido. Para além deste reconhecimento, propomos que o mesmo seja acompanhado de mecanismos de prevenção e da respetiva compensação, a saber: a redução da idade da reforma, sem penalização, com 30 anos de desempenho efetivo de funções, e a atribuição do subsídio de penosidade, insalubridade e risco, correspondente a 25 % da remuneração base, cujos montantes sejam integralmente suportados pelo Estado.

São os bombeiros que estão lá quando é necessário prestar socorro às populações. Estão lá no combate aos incêndios, estão a ajudar e a apoiar quando há uma intempérie. Não nos lembremos só dos bombeiros quando há incêndios. É preciso lembrarmo-nos dos bombeiros todos os dias do ano.

É possível e é justa a valorização dos bombeiros. Não se desperdice esta oportunidade para valorizar quem está sempre ao nosso lado quando é necessário.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para uma intervenção, a Sr.ª Deputada Cristina Rodrigues, do Chega.

A Sr.ª **Cristina Rodrigues** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, o descontrolo da política de imigração, que é a herança do Partido Socialista,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.ª **Cristina Rodrigues** (CH): — … não se resolve só com a alteração à lei da imigração.

Desde 2022 que temos algumas juntas de freguesia a alertar para um problema, que são os atestados de residência falsos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É verdade!

A Sr.ª **Cristina Rodrigues** (CH): — Também o SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras), nessa altura, veio alertar para isso — não sei se se recordam, aquela entidade que extinguiram,…

Risos do Deputado do CH Pedro Pinto.

… sabe-se lá porquê, mas que realmente era importante e que deixou alertas importantes.

Desde aí, sucederam-se várias notícias e vários episódios que deixam evidente que isto é um problema sério: temos redes de imigração ilegal detetadas em 17 freguesias de Lisboa; em dois apartamentos havia mais de 4000 moradores inscritos — repito, dois apartamentos! —; certas testemunhas assinaram pela sua honra mais de 1400 vezes; a Junta de Freguesia do Bonfim comunicou à PJ (Polícia Judiciária) que num só mês emitiu 2500 atestados de residência.

Isto são só alguns exemplos. Portanto, os problemas sucedem-se e mantêm-se porque ninguém os resolve.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.ª **Cristina Rodrigues** (CH): — Em 2024, o Chega apresentou propostas para dar resposta a esta questão. A maioria parlamentar acabou por ignorá-las e votou contra. Passados uns meses, o PSD apresentou uma proposta parecida.

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Que foi aprovada!

A Sr.ª **Cristina Rodrigues** (CH): — Que foi aprovada, ótimo! E o que é que fizeram até agora? Nada!

Vozes do CH: — Muito bem!

A Sr.ª **Cristina Rodrigues** (CH): — Na vossa proposta até dizia que reconheciam que realmente havia um problema e que não se podia ignorar a existência de situações abusivas. Porém, até agora, ignoraram as situações abusivas.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Nada, claro!

A Sr.ª **Cristina Rodrigues** (CH): — Portanto, uma vez que agora, em sede do Orçamento do Estado, temos a oportunidade de acabar com a bandalheira que o PS criou, e que o PSD, pelos vistos, deixa continuar, o nosso apelo é simples: aprovem as propostas do Chega para dotar as autarquias de meios para combater os atestados de residência fraudulentos e rever as normas de emissão de atestados de residência.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.ª **Cristina Rodrigues** (CH): — Identificámos o problema, apresentámos a solução, agora está nas vossas mãos!

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Barbosa, do PSD.

O Sr. **Joaquim Barbosa** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, sobre as propostas de aditamento do PS, a verdade é que este Governo herdou do PS das maiores taxas de desemprego jovem da Europa, acima dos 22 %.

No total de emigrantes, mais de 60 % a 65 % eram jovens. Emigraram em 8 anos 421 500 jovens portugueses.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Joaquim Barbosa** (PSD): — Esta debandada é marca socialista.

Por outro lado, esta proposta de aditamento é uma trapalhada total e ineficaz. Não distingue as pessoas em função da sua situação a nível de educação, emprego ou formação.

Esta proposta pretende, no fundo, imitar as atuais medidas ativas de emprego, os estágios profissionais, os apoios à contratação e ao empreendedorismo que agora apoiam mais de 40 000 jovens em um ano. É de acrescentar também os atuais incentivos para a habitação, bem como o incentivo ao regresso ao trabalho por parte dos jovens, que apenas na cabeça de alguns socialistas reduzirá salários.

Estas medidas, todas articuladas, sem esquecer a diminuição de impostos e o aumento dos salários, é que beneficiam os jovens e são o oposto da retórica socialista, que não passa do papel.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Armando Mourisco, do Partido Socialista.

O Sr. **Armando Mourisco** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, no interior é tudo mais difícil, tudo é mais demorado e quase tudo implica despesas acrescidas.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Armando Mourisco** (PS): — Na educação, custa mais transportar as crianças e jovens para as escolas. Na saúde, implica deslocações maiores para serem atendidos. Os transportes públicos são difíceis e com pouca oferta. O cuidado dos nossos idosos, dos que mais precisam, implica despesas acrescidas.

A dispersão geográfica assim o faz: as distâncias aos serviços de proximidade, quando existem, são maiores; a falta de investimento na baixa densidade e no interior é uma realidade.

Aliás, prova desta realidade é o próprio Orçamento do Estado de 2026, onde o interior é praticamente omitido no mesmo.

No entanto, os cidadãos que continuam a viver nesse interior não podem ser esquecidos e a sua qualidade de vida tem de existir. As pessoas e as instituições do interior merecem respeito.

Com o apoio domiciliário, as instituições de solidariedade social prestam um serviço essencial aos cidadãos mais idosos, mais isolados e sem retaguarda familiar. E são cada vez mais os que necessitam desse apoio, fruto do envelhecimento da população. Fazem inúmeros quilómetros para levar cuidados às pessoas, dada a dispersão geográfica e a baixa densidade. O custo é elevadíssimo: necessitam de mais recursos humanos, fazem mais quilómetros, gastam mais tempo.

Por isso, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe a majoração dos pagamentos pelos serviços domiciliários prestados pelas instituições particulares de socialidade social do interior do País, como garantia da manutenção e do aumento das respostas sociais aos nossos cidadãos.

Bem precisam e bem merecem, a bem da coesão social e da coesão territorial.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado tem um pedido de esclarecimentos. Para o formular, tem a palavra a Sr.ª Deputada Vânia Jesus, que dispõe de 2 minutos.

A Sr.ª **Vânia Jesus** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, Sr. Deputado Armando Mourisco, este é o compromisso assinado pelo Partido Socialista, quando estava no Governo, com o setor social e solidário para 2023-2024.

A oradora exibiu o documento que mencionou.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.ª **Vânia Jesus** (PSD): — E este é o compromisso assinado pelo Governo da AD (Aliança Democrática).

A oradora exibiu o documento que mencionou.

Ambos preveem a majoração de 15 % em territórios de baixa densidade, mas há uma diferença inquestionável.

Pergunto ao Sr. Deputado o seguinte: o Sr. Deputado sabe que fez parte de um Governo que prometeu, mas não pagou às IPSS do interior,…

Aplausos do PSD.

… enquanto o Governo da AD assinou e já cumpre, e o dinheiro está a chegar às contas das instituições?

Por isso, Sr. Deputado, aquilo que devia fazer hoje era apresentar um pedido de desculpas às IPSS do interior,…

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.ª **Vânia Jesus** (PSD): — … porque quem falhou, quem prometeu e quem se ficou pelas intenções foi o PS, não foi o PSD. O Governo da AD tem um compromisso com o sector social e está a cumpri-lo.

Aplausos do PSD.

Entretanto, reassumiu a presidência o Vice-Presidente Marcos Perestrello.

O Sr. **Presidente**: — Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Armando Mourisco.

O Sr. **Armando Mourisco** (PS): — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada, já sabemos que a retórica deste Governo, apesar de estar quase há dois anos a governar, é desculpar-se na herança que recebeu do passado.

Protestos do PSD.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Armando Mourisco** (PS): — Esqueceram-se de que, do passado, receberam inúmeros investimentos em execução, que, aliás, ajudaram a fazer um verdadeiro forrobodó na campanha eleitoral.

Aplausos do PS.

Mas esquecem-se disso. Esqueceram-se de que receberam…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Um voto a favor!

O Sr. **Armando Mourisco** (PS): — … um excedente orçamental enorme, aliás, um tacho cheio, que agora está a ficar rapado. Mas esquecem-se disso. E esqueceram-se de que foi o Governo do Partido Socialista…

Aplausos de Deputados do PS.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Olhe o coração!

O Sr. **Armando Mourisco** (PS): — … que teve medidas para agilizar os investimentos em ERPI (Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas), em centros de dia e em apoios domiciliários no interior.

Aplausos do PS.

Por isso, esqueçam lá as heranças do passado, esqueçam as desculpas e governem, porque é essa a vossa obrigação, e votem a favor desta proposta do Partido Socialista.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Santos, do Partido Socialista.

O Sr. **Rui Jorge Santos** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Caríssimos Membros do Governo, todas as forças políticas reconhecem o óbvio: vivemos num País com profundas desigualdades territoriais, com o interior a perder população, com o interior frágil, económica e socialmente. Estes desequilíbrios e fragilidades comprometem a coesão social e a coesão nacional.

Este Governo propõe, no Orçamento do Estado para 2026, um pacto com o interior. Mas o interior não aceita esmolas. Um pacto com uma verba de 1 milhão de euros para 75 % do território nacional é uma ofensa, é um insulto.

O PS, em respeito pelo seu programa eleitoral e pelo seu compromisso com estas regiões, propõe, para começar, uma verba de 10 milhões de euros para este pacto, e que, já em 2026, seja implementado um contrato local de desenvolvimento, um projeto-piloto, com uma das regiões mais desfavorecidas do País, o Tâmega e Sousa, transformando a causa do interior numa causa nacional.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Lopes da Silva, também do PS.

O Sr. **Paulo Lopes Silva** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, as propostas do Partido Socialista neste Orçamento refletem uma visão transversal da cultura e da sua importância numa sociedade mais justa, mais solidária e mais tolerante.

É assim no apoio às artes, com o fundo complementar de apoio a projetos aprovados, corrigindo uma injustiça para dezenas de entidades que não têm financiamento, apesar de os seus projetos serem aprovados nos concursos da Direção-Geral das Artes. É assim no apoio a jovens criadores, com a apresentação de um projeto-piloto para jovens até 35 anos, com uma bolsa anual para projetos com impacto comunitário e territorial. É assim no fortalecimento do tecido associativo, com a criação do Centro Nacional de Documentação Associativa ou com o programa de capacitação e modernização para associações e para estruturas promotoras da nossa cultura tradicional. Refiro ainda o financiamento e apoio técnico para o Museu Aristides de Sousa Mendes.

Estas são propostas concretas, que introduzem justiça nos concursos, oportunidades para jovens criadores e fortalecimento do tecido associativo. Mereçam elas a aprovação das restantes bancadas.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Fazenda, do Partido Socialista, para uma intervenção.

O Sr. **Nuno Fazenda** (PS): — Sr. Presidente, a coesão territorial tem de ser uma prioridade política nacional, e este Orçamento do Estado traduz exatamente o contrário: o interior é totalmente desvalorizado e esquece projetos importantes. É por isso mesmo que este grupo parlamentar apresenta propostas concretas, das quais destaco duas.

Uma dessas propostas tem que ver com o plano de revitalização da serra da Estrela. Passou mais de um ano e meio, e este plano continua na gaveta. Neste Orçamento do Estado, o Governo não tem uma única referência para esse plano.

Uma segunda proposta diz respeito ao tribunal central administrativo da região Centro. Historicamente, decidiu o Governo e este Parlamento instalar um tribunal superior em Castelo Branco. O município de Castelo Branco tem feito tudo para a instalação desse tribunal; pois, da parte do Governo, nada tem acontecido.

Estes são apenas dois exemplos de como o interior não é uma prioridade para este Governo, e nós queremos que estas propostas sejam também incluídas neste Orçamento do Estado.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra, para uma intervenção, a Sr.ª Deputada Dália Miranda, do PS.

A Sr.ª **Dália Miranda** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, uma das propostas apresentadas pelo Partido Socialista corrige uma desigualdade que há demasiado tempo penaliza o desporto português.

Num sector que já ultrapassou os 2 mil milhões de euros, o desporto federado continua subfinanciado. Chegou o momento de alinhar as receitas das apostas *online* com o valor real que o desporto gera para o País.

Reduzimos de 25 % para 20 % a parcela destinada ao regulador e canalizámos 7,5 % do imposto sobre jogos *online* para um fundo de desenvolvimento desportivo gerido pelo IPDJ (Instituto Português do Desporto e Juventude). Este fundo apoiará diretamente federações com utilidade pública desportiva, promovendo a participação do desporto adaptado, as competições femininas e a reabilitação de instalações. Criámos ainda um portal da transparência, garantindo que cada euro pode ser escrutinado pelos cidadãos.

Esta é uma escolha política clara, para corrigir desigualdades e fortalecer o desporto português, com justiça, equilíbrio e visão de futuro.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Emídio Guerreiro, do PSD.

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, a proposta do Partido Socialista de alterar o regime jurídico do jogo e das apostas *online*, em sede de discussão do Orçamento do Estado, é bem reveladora daquilo que tem sido o PS ao longo dos últimos anos. É reveladora, desde logo, da hipocrisia política de quem esteve oito anos e meio no Governo e não quis e não soube olhar para a evolução das receitas do jogo *online* e nada fez para criar qualquer mecanismo de compensação, como agora vem propor.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Esta revisão do regime jurídico não tem de ser feita nesta sede, e o Partido Socialista sabe-o, mas insiste nesta hipocrisia.

Depois, esta proposta do Partido Socialista mantém o registo da sua governação: dá com uma mão e tira com a outra. Sim, Srs. Deputados, dá com uma mão e tira com a outra. Finge que dá mais dinheiro às federações, com a criação de um fundo, mas tira-o quando propõe que o financiamento desse mesmo fundo

venha de verbas destinadas a eventos desportivos internacionais e ao financiamento do policiamento do desporto.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Ou seja, Sr.as e Srs. Deputados, esta proposta reduz o financiamento dos eventos desportivos e aumenta a despesa das federações com o policiamento.

Por fim, quero dizer que o Partido Socialista e José Luís Carneiro não mudam. Continuam a propor coisas que não fizeram quando poderiam ter feito e continuam a não avaliar as consequências do que propõem.

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

Isto não surpreende, pois foi o próprio Deputado José Luís Carneiro, ao tempo Ministro da Administração Interna, que, por força das decisões que tomou, permitiu a entrada em Portugal de 120 000 imigrantes sem registo criminal.

Aplausos do PSD.

Mais: sabem bem que a revisão deste regime jurídico está a ser feita, no âmbito do Plano Nacional de Desenvolvimento Desportivo, plano esse que vocês nunca foram capazes de apresentar e que está a ser feito com o envolvimento de todos os *stakeholders* e de forma ponderada, para que a solução não penalize ninguém.

No fundo, o PS faz o que sempre fez: joga com a seriedade e aposta com o dinheiro dos outros.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra o Sr. Deputado Frederico Francisco, do PS, para uma intervenção.

O Sr. **Frederico Francisco** (PS): — Sr. Presidente, queria tranquilizar o Sr. Deputado Hugo Carneiro, porque nós partilhamos a preocupação com a responsabilidade orçamental e, sobretudo, com a necessidade de ter estabilidade e de ser criterioso nas decisões de investimento público. Achamos até que as nossas propostas ajudam o Sr. Deputado a vincular o Governo a essas preocupações.

Dou um exemplo: na segunda-feira, o Sr. Ministro das Infraestruturas e Habitação foi a Viseu anunciar, sobre o IP3, basicamente, que vamos voltar à estaca zero e repensar aquilo que já estava pensado. Na prática, aquilo que o Sr. Ministro foi anunciar a Viseu foi que, até ao final desta legislatura, as únicas obras que existiram no IP3 foram aquelas que foram lançadas pelo Governo do PS.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Dias, do PS, para uma intervenção.

O Sr. **Luís Dias** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, o Alentejo representa um terço do nosso País e nele vivem apenas meio milhão de portugueses. É uma das regiões onde a distância pesa mais na vida das pessoas, no acesso à saúde, ao emprego, à educação e à economia.

A proposta que hoje apresentamos é simples, é justa e é equilibrada: a isenção de portagens na A6 e na A2 para empresas e cidadãos residentes. Esta proposta é residual no Orçamento do Estado, cerca de 17 milhões de euros, e já foi validada pela UTAO (Unidade Técnica de Apoio Orçamental). Fica o desafio.

A coesão territorial não pode ser só um chavão para ganharmos eleições no interior. Se defendem a coesão territorial, se defendem o interior e as populações do interior, então, juntem-se a nós na aprovação da nossa proposta.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Eduardo Pinheiro, do PS.

O Sr. **Eduardo Pinheiro** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, mesmo quem não vive no Porto liga o rádio e é bombardeado todos os dias com o mesmo aviso: trânsito congestionado na Via de Cintura Interna do Porto. É um verdadeiro caos.

Há dois dias, o Ministro das Infraestruturas e Habitação, já conhecendo a proposta do PS, apressou-se a anunciar uma isenção de portagens para veículos pesados na A41/CREP (Circular Regional Exterior do Porto), em períodos horários limitados.

Protestos do PSD.

Mas o problema da VCI (Via de Cintura Interna) não se resolve com uma medida isolada e muito menos nos termos apresentados. Só demonstra um total desconhecimento do que se passa no Porto.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — É mentira!

O Sr. **Eduardo Pinheiro** (PS): — Por isso, com este aditamento, propomos que se suspendam as portagens para veículos na A41, mas sem limitações de horário, até haver uma solução definitiva para a VCI, e que, até ao final de 2026, não se insista em monitorizações avulsas, mas se concretize um verdadeiro estudo, que permita de uma vez por todas tomar as medidas necessárias para aliviar o congestionamento da VCI.

Pelo Porto e pela região, esperamos que os diferentes grupos parlamentares nos acompanhem.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Deputado João Almeida, tem a palavra, para fazer um pedido de esclarecimento ao Sr. Deputado Eduardo Pinheiro.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Deputado Eduardo Pinheiro, disse essencialmente três coisas na sua intervenção. Uma sobre a qual estamos de acordo: a VCI é um problema grave para todos aqueles que vivem ou passam na cidade do Porto e em toda a região, todos os dias.

Depois, disse duas coisas sobre as quais já não podemos estar de acordo: a primeira é sobre a isenção de portagens e a segunda é sobre medidas adicionais.

Diz o Sr. Deputado que aquilo que o Governo propõe agora, de isentar de portagens na CREP os veículos pesados durante determinados períodos, é pouco. É pouco, porque devia isentar durante mais tempo, e é pouco, porque devia tomar outras medidas.

Tomo em boa conta aquilo que o Sr. Deputado está a dizer e, portanto, a pergunta que tenho para lhe fazer é a seguinte: durante os oito anos de governação do Partido Socialista, em que períodos e para que veículos havia isenção na CREP e que outras medidas é que o Governo do Partido Socialista tomou para descongestionar a VCI e melhorar a vida de quem vive na região do Porto.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Deputado Eduardo Pinheiro, tem a palavra para prestar esclarecimentos.

O Sr. **Eduardo Pinheiro** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado, agradeço a questão colocada. Mais uma vez, apesar do tempo todo em que estão a governar, insistem em colocar tudo no Partido Socialista.

Risos de Deputados do PSD.

Protestos do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

O Partido Socialista não tenta reescrever a história. Foram muitas as medidas tomadas, seja nos transportes públicos, seja nas portagens, a nível de todo o País.

Mas questiono o Sr. Deputado se vai votar favoravelmente esta proposta.

Aplausos do PS.

Protestos do Deputado do PSD Gonçalo Lage.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra o Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias, do PS, para uma intervenção.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, os diversos Governos e o País continuam a investir, e muito bem, no património que é de todos, património da humanidade, que é o Mosteiro da Batalha.

Esse investimento tem um problema de base, porque, sendo uma infraestrutura em calcário, antiga, património, não pode continuar a ter à sua frente o atravessamento de muitas unidades de transporte com emissões de CO_2 (dióxido de carbono), que degradam esse mesmo património.

Só há uma alternativa: limitar que os veículos pesados passem em frente do Mosteiro. Para isso, é necessária, para os veículos pesados, a isenção de portagens na A19.

Convido todos, para proteção do Mosteiro da Batalha, a votar esta proposta do Partido Socialista.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Oliveira, do PS.

O Sr. **Hugo Oliveira** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, a proposta que hoje aqui apresentamos, de eliminação dos restantes pórticos da A25, vem no seguimento daquele que tinha sido o trabalho do Partido Socialista.

Enquanto Governo, fomos reduzindo o valor das portagens. Em 2024, apresentámos uma proposta para a eliminação de portagens no interior e no Algarve. Nessa altura, dissemos que não era o fim, era o princípio de um caminho.

Nas últimas eleições legislativas, levámos no nosso programa eleitoral a eliminação dos pórticos restantes na A25. Fazemo-lo dando cumprimento a essa promessa, mas também garantindo o respeito orçamental.

Protestos do Deputado do CH João Ribeiro.

E aquilo que esperamos hoje é que aqueles que demagogicamente prometem o fim de todas as portagens e aqueles que, antes das eleições, dizem uma coisa e, depois das eleições, dizem outra cumpram com Aveiro e com os aveirenses.

Protestos do Deputado do PSD Gonçalo Lage.

Esta é uma proposta credível, do ponto de vista do merecimento de Aveiro e dos aveirenses, e é uma proposta responsável, do ponto de vista orçamental.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra o Sr. Deputado Alexandre Poço, do PSD.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Vamos falar a sério, agora!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, vamos ser claros sobre portagens.
Uma primeira ordem de razão: esta é mais uma tentativa do Partido Socialista, que tem um consórcio com o partido Chega,…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — … para formarem o Governo de Assembleia no tema das portagens,…

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — … fazendo o contrário daquilo que os portugueses decidiram em maio.
Quem decide a política de mobilidade e quem deve ser julgado por ela é o Governo, não é o Parlamento.

Aplausos do PSD.

Protestos do PS.

E mais: neste momento, já não é só abolir portagens.

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

Se virmos, por exemplo, as propostas do Partido Socialista, já é decidir quem paga e não paga, quem passa e não passa, abolindo portagens nuns sítios, não abolindo noutros, transformando este Parlamento numa verdadeira direção-geral da mobilidade.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — Isso é o que vocês queriam!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Mas, Sr.as e Srs. Deputados, também há uma segunda ordem de razão. É a de que há, efetivamente, aqui algo que tem de ser dito: o PS e o Chega fazem uma coisa:…

Protestos do PS.

… diabolizam-se todos os dias, mas quando têm de decidir no Parlamento, estão juntos no mesmo carro a decidir ao lado um do outro.

Protestos do PS.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — E, portanto, Sr.as e Srs. Deputados, o erro que fizeram em 2024, preparam-se para repetir em 2025.
E nós, no PSD, somos muito frontais.

O Sr. **Bruno Ventura** (PSD): — É ouvir! Agora é ouvir!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Portagens grátis não existem.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Pois não! É bom saber!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Ou se pagam na estrada, quando usamos, ou se pagam nos impostos de todos, os que usam e não usam as autoestradas.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Ó Alexandre, propõe a reposição das portagens, pá!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — O que é grátis nas estradas paga-se nos impostos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É só em Cascais. Só conhecem Cascais!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — E mais: os portugueses sabem isto, porque os portugueses não são tolos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Grande verdade!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Os senhores, na versão PS/Chega, que isentou portagens em janeiro de 2024, tiveram a resposta em maio de 2025,…

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — … porque os portugueses não são tolos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É verdade!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — E em terceiro lugar, há também aqui uma grande diferença entre nós e este consórcio PS/Chega. É que nós defendemos, sim, o princípio do utilizador-pagador, mas também defendemos que deve existir uma política estruturada, a nível nacional, que considere isenções em alguns sítios,…

O Sr. **João Ribeiro** (CH): — Em todos!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — … reduções noutros sítios, quando se justificar, mas que seja feita com análise, com estudo, com seriedade.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — E vamos ao caso da A41, da CREP.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — A42!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — O que é que o Partido Socialista hoje vem dizer? Vem dizer que o Governo decidiu há dois dias.

O Sr. **Luís Dias** (PS): — É a A42!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Vem dizer que o Governo decidiu há dois dias. É mentira!

O Governo, em abril deste ano, em abril de 2025, avançou com um grupo de trabalho, com a AMP (Área Metropolitana do Porto), onde hoje estão oito autarquias do Partido Socialista. Repito: oito autarquias do Partido Socialista, na Área Metropolitana do Porto.

Protestos do Deputado do PS Eduardo Pinheiro.

E em abril, este anúncio foi claro. Vamos estudar.

Passaram as eleições, não fizemos anúncios na campanha eleitoral. Depois, já com o novo Conselho Metropolitano do Porto em funções, o que é que decidiram o Governo e o Conselho Metropolitano da AMP com a Infraestruturas de Portugal, com oito autarquias do Partido Socialista? O que é que decidiu o Governo? Que a partir de março, para aliviar o trânsito na VCI, a determinadas horas do dia, a A41, a CREP, terá isenção para os veículos pesados de mercadorias.

A Sr.ª **Ana Isabel Ferreira** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Esta é uma diferença que marca como se fazem as coisas: com estudo, com seriedade, não da forma como os senhores andam a fazer.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — O que é que fez Pedro Nuno Santos, no ano passado, e faz agora José Luís Carneiro?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Está de férias!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Neste ano, apresentam três propostas, que basicamente vão corrigir lapsos, erros e omissões.

Protestos do PS.

Veja-se o que fizeram na A25, em que se esqueceram de três pórticos em Aveiro.

Protestos de Deputados do PS.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É verdade!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Aquilo que fazem neste ano é corrigir os lapsos do ano passado.

O Sr. **Luís Dias** (PS): — Vote a favor da proposta!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — E infelizmente nós só temos de dizer o seguinte: é que o caminho de Pedro Nuno Santos, infelizmente, está a ser percorrido, para mal do Partido Socialista,…

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Oh!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — … pelo Deputado José Luís Carneiro.

Protestos do PS.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — No final do dia, o que é que nós temos?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Chama-se democracia!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Termino, Sr. Presidente, dizendo que hoje temos o seguinte: temos o PS na oposição a propor o que nunca fez no Governo e o Chega a aprovar as propostas do PS, mas sem ver nenhuma das suas propostas aprovadas.

O Chega transforma-se assim no portageiro do PS. O PS mete a proposta, o Chega levanta a cancela.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — IRC!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Sr.as e Srs. Deputados, isto é populismo rodoviário de fachada, gratuito.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É, é!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Prometem, prometem, prometem, os portugueses pagam.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Entretanto, reassumiu a presidência o Presidente, José Pedro Aguiar-Branco.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Paulo Fernandes, do Chega.

O Sr. **Luís Paulo Fernandes** (CH): — Sr. Presidente, cumprimento os Srs. Membros do Governo, cumprimento as Sr.as Deputadas e os Srs. Deputados.

Sr.as e Srs. Deputados, estive a ouvir, com muita atenção, que o portageiro do PS é o Chega. Não, o Chega é a representação dos portugueses.

Aplausos do CH.

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — É, é!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Os outros também são, não é só o Chega!

O Sr. **Luís Paulo Fernandes** (CH): — E se o Sr. Deputado diz que, em maio, os portugueses deram a resposta, em setembro, os portugueses deram a resposta. Há o exemplo do distrito de Leiria. Em setembro, para as autárquicas, há o Sr. Presidente da Câmara e Presidente da Intermunicipal de Porto de Mós, o Presidente da Batalha, também do PSD, e o Presidente da Câmara da Marinha Grande, de Leiria, do Partido Socialista. A mensagem que deram os portugueses nas eleições autárquicas é que a intermunicipal dos vossos partidos pede isenção, dois do PSD e dois do PS.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Vai votar a favor da nossa proposta?! Estou à espera!

O Sr. **Luís Paulo Fernandes** (CH): — Ó Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias, não pede um estudo que já está feito há mais de 15 anos, Sr. Deputado!

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

A vossa proposta pede a isenção só para os pesados, durante um ano, Sr. Deputado! Ganhem vergonha na cama!

Risos do PSD, do PS e da IL.

Ganhem vergonha na cara, Sr. Deputado!

Risos do PSD, do PS e da IL.

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Tens de ter vergonha na cama!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ele lá sabe porque é que diz isso!

O Sr. **Luís Paulo Fernandes** (CH): — Sabe porquê? Porque o Primeiro-Ministro José Sócrates, o tal Primeiro-Ministro marquês, anda há 15 anos a dizer que as SCUT (sem custos para o utilizador) eram sem custos para o utilizador.

Burburinho na Sala.

Portanto, Sr.as e Srs. Deputados, à semelhança do ano transato, foi o Chega…

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados… Peço para parar o tempo.

Burburinho na Sala.

Houve aqui um momento de distensão, e vamos recomeçar.
Faça favor de continuar, Sr. Deputado.

O Sr. **Luís Paulo Fernandes** (CH): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Já chega!

O Sr. **Luís Paulo Fernandes** (CH): — Não chega, não! É que o Sr. Presidente da Câmara de Leiria, do Partido Socialista, há uma semana, defendeu um movimento cívico para a isenção das portagens.
Onde é que estão os Srs. Deputados do Partido Socialista,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Luís Paulo Fernandes** (CH): — … que agora vão decidir se votam a favor do Sr. Presidente da Câmara da Marinha Grande, de Leiria, para esta isenção?
Portanto, meus senhores e minhas senhoras, nós estamos ao lado dos portugueses na isenção das portagens, sem vergonha, com muito orgulho e com muita honra.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Daniel Teixeira, do Chega.

O Sr. **Daniel Teixeira** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, aquilo que outrora era um grande sonho tornou-se, infelizmente, num enorme pesadelo.
A emancipação jovem, como aqui já foi mencionado, é de facto um dos grandes desafios que enfrentamos e é talvez, do meu ponto de vista, um dos maiores desafios políticos que temos nesta Casa.

O Sr. **Nuno Gabriel** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Daniel Teixeira** (CH): — De Lisboa ao Porto, de Albufeira a Ponta Delgada, independentemente do lugar, inclusive nas nossas bancadas, que aqui estão hoje em dia bem representadas por jovens, é muito difícil sequer sonhar. É muito difícil sequer contemplar um futuro no nosso País e aqui também ficar.

Permitam-me, por isso, partilhar um testemunho bastante pessoal convosco. Eu sinto atualmente que represento, de facto, uma enorme minoria, uma minoria que infelizmente não tem tido voz, não apenas na Assembleia da República, mas também na ação governativa nos últimos anos.

Como muitos, emigrei, como muitos, também não encontrei aqui opções, mas, como poucos, pude voltar, como poucos, pude constituir família, como poucos, pude casar e, como poucos, inclusive hoje tenho o privilégio também de ser pai.

Isso é algo raro, mas infelizmente, se queremos ter um País para o dia da manhã, se queremos ter um País com o qual possamos sonhar, é necessário, de uma vez por todas, resolvermos e atacarmos esse mesmo problema.

O Chega apresenta, por isso, um conjunto de propostas nesse sentido, e permitam-me, acima de tudo, reforçar uma que me parece bastante pertinente.

Falámos há pouco, alguém mencionou há pouco — permitam-me não me recordar do Deputado em específico — o Programa Regressar. O Programa Regressar foi talvez um dos maiores fracassos da governação socialista.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Daniel Teixeira** (CH): — Para os portugueses que nos acompanham de casa, saibam o seguinte: desde 2019, em seis anos, o Programa Regressar conseguiu apenas, como o próprio nome indica, resgatar, fazer regressar, 36 000 indivíduos para o nosso País. Desses 36 000, apenas 4000 tinham idade inferior a 44 anos.

Isso é uma vergonha, é um fracasso enorme, mas bastante exemplificativo da ação governativa do Partido Socialista.

Aplausos do CH.

Agora, temos o Programa Voltar, prometido pelo Partido Social Democrata.

Mas o Chega vai além. O Chega propõe, imediatamente, nesta discussão do Orçamento do Estado, a criação de um programa de incentivo para estes mesmos jovens.

É que de nada vale bater no peito e falar da geração mais qualificada da nossa história, enquanto a mesma está totalmente amputada. De nada vale bater no peito por esta geração e continuar a empurrar os jovens, a mandá-los, aos pontapés, para fora do nosso País.

E, por isso, nós temos hoje, de facto, Sr. Presidente, a oportunidade de fazer diferente. Pelo futuro e bem da nossa Nação, que o façamos. Que essa seja hoje a nossa missão.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Madalena Cordeiro, do Chega.

A Sr.ª **Madalena Cordeiro** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, há princípios que atravessam séculos, ideologias e modas políticas, e este é um deles. A família é a célula base e fundamental de qualquer sociedade livre, próspera e duradoura.

Portugal enfrenta hoje uma crise demográfica, que não é só estatística; é uma crise de continuidade, uma crise de identidade e de futuro.

Um país que deixa de ter filhos é um país que abdica de existir amanhã, tal como sabemos que famílias fortes criam nações fortes.

E Portugal, durante décadas, abandonou as suas famílias, com salários inseguros, impostos elevados e zero incentivos à natalidade. Zero incentivos a ter filhos.

Hoje, ter um filho em Portugal é um ato de coragem. As despesas diretas associadas à gravidez, consultas, exames, medicamentos, suplementos, podem ultrapassar os 800 €. O custo do primeiro ano de vida de um bebé aproxima-se dos 3500 €.

Srs. Deputados, 3500 € são quatro salários médios em Portugal. É uma vergonha! Isto é completamente incomportável para a grande maioria das famílias portuguesas.

E não é possível defender o futuro de uma nação se não defendermos primeiro a instituição que a mantém viva. Por isso, quando falamos de natalidade, não estamos a falar de números; estamos a falar daqueles que carregarão a nossa história e os nossos valores.

A proposta apresentada pelo Chega é um passo importante no caminho de reconhecer a família, que a família deve ser apoiada desde o primeiro dia de vida, principalmente quando sabemos que a fase mais insegura de um ser humano em Portugal, em tudo, é até às 12 semanas,…

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Muito bem!

A Sr.ª **Madalena Cordeiro** (CH): — … nomeadamente, porque o aborto é legal até este momento e sabemos que um dos principais motivos que leva as mulheres a recorrer a esta prática é a pobreza e a falta de meios de subsistência.

Srs. Deputados, aprovar o alargamento do abono pré-natal é sinónimo de salvar as famílias portuguesas, é sinónimo de salvar o nosso País, mas, acima de tudo, é sinónimo de salvar vidas.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Vamos passar ao artigo 137.º. Tem a palavra a Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real, do PAN.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, o Governo, incompreensivelmente, eliminou do Orçamento uma norma que vinha do ano passado, pela mão do PAN, que era a prorrogação do IVA zero, para aquisição da ração de animais de companhia por parte das associações.

Estamos a falar de associações que se substituem ao Estado. O pouco que era para estas associações e o pouco peso que tem para os cofres do Estado era muito para quem substituía o trabalho que cabe às autarquias, que cabe ao próprio Estado português. Não se compreende como é que mantêm o IVA reduzido para os bilhetes das touradas e descem o IVA para a caça. Com isso não há preocupação com a perda de receita para os cofres do Estado, mas já há com o que possa ser a perda de receita decorrente das associações. Temos a oportunidade de corrigir isso.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Jorge Miguel Teixeira, da Iniciativa Liberal, faça favor.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, a Iniciativa Liberal traz a este Orçamento uma proposta da mais elementar justiça, do ponto de vista da transição energética.

A verdade é que até este ano vigorou, nos sucessivos orçamentos do Estado, o IVA a 6 % para os painéis solares e outros equipamentos de energias renováveis. Ora, o Governo decidiu não prorrogar os efeitos desta medida e, com isso, afetou as decisões de milhares de empresas e de famílias que, em Portugal, precisam de fazer investimentos para conseguir tornar-se mais eficientes, para pagar menos na fatura da luz.

Para corrigir esta injustiça é fundamental aprovar esta proposta de Iniciativa Liberal, porque a transição energética não pode ser só um discurso; tem de ser barata, tem de ser acessível e tem de assegurar que há energia abundante para todos os portugueses e para todas as empresas, porque é aí que poderemos ser competitivos, é aí que poderemos evitar a pobreza energética e é aí que poderemos evitar que alguém fique para trás neste processo.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Miguel Rangel, da Iniciativa Liberal, artigo 138.º.

O Sr. **Miguel Rangel** (IL): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, se mexe, taxa. Tem sido essa a política fiscal dos sucessivos governos, tem sido essa a cultura das taxas e taxinhas. Abraçámo-la, nutrimo-la e todos

os anos alimentamo-la, euro a euro, serviço a serviço, setor a setor. Taxa para comunicar, taxa para plantar, taxa para transmitir, taxa para copiar, taxa para trabalhar.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O Taxa está ali!

O Sr. **Miguel Rangel** (IL): — Hoje sabemos que sempre que alguém cria valor, ou faz uma atividade crescer, o Estado apressa-se a associar esse sucesso a mais uma taxa.

Temos taxas para tudo. A ERC (Entidade Reguladora para a Comunicação Social) cobra taxas só para emitir um título habilitador. Pequenos jornais locais pagam mais para existir do que aquilo que recebem em publicidade. O Instituto da Vinha e do Vinho cobra taxas para plantar, replantar e registar. No setor das comunicações, a ANACOM (Autoridade Nacional de Comunicações) impõe encargos pela utilização do espectro que esmagam rádios locais, rádios estas essenciais para as suas comunidades.

Vozes da IL: — É verdade!

O Sr. **Miguel Rangel** (IL): — No digital, mantemos a relíquia: a taxa da cópia privada — aplicada a telemóveis, computadores, discos, cartões, esta taxa não passa, na verdade, de um imposto tecnológico camuflado.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — É rentismo! São rendas!

O Sr. **Miguel Rangel** (IL): — Uma taxa anacrónica, sem racional económico, que encarece o acesso à tecnologia, penaliza os consumidores e os estudantes e a própria inovação.

Vozes da IL: — Uma vergonha!

O Sr. **Miguel Rangel** (IL): — Até quem quer trabalhar paga taxas. Instaladores de infraestruturas e telecomunicações enfrentam taxas de certificação que encarecem obras, criam barreiras e tornam a profissão mais difícil de aceder.

Mas então o que é que une todos estes casos? A verdade é que nunca temos qualquer previsibilidade de médio e longo prazo. Se uma atividade não for bem-sucedida, o risco — como deve ser — é do mercado; mas se tem sucesso, se começa a mexer, logo vem o Estado e cobra uma taxa para permitir que continue a existir.

A Iniciativa Liberal está aqui para interromper esse padrão, um padrão que não só esmaga fiscalmente, todos os dias, quem trabalha em prol da inovação, em prol do crescimento económico, como cria camadas de complexidade e burocracia, abrindo, assim, portas à corrupção e à desigualdade.

Financiar o Estado para que este possa desenvolver as suas funções essenciais é um princípio básico de qualquer democracia liberal, mas sem confiança nada funciona. É absolutamente essencial sabermos quando começa e quando termina a nossa responsabilidade fiscal. Não podemos estar constantemente a desembolsar mais uma taxa, mais uma taxinha, cada vez que damos um passo, cada vez que abrimos uma porta, cada vez que vamos a um guichê, cada vez que geramos sucesso numa determinada atividade económica.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Miguel Rangel** (IL): — Também precisamos de transparência. Quando o Estado atomiza a sua receita fiscal em centenas de taxas e taxinhas, torna o sistema opaco na sua fiscalização, na sua eficiência e, como é óbvio, inevitavelmente na sua justiça fiscal.

Sr.as e Srs. Deputados, as propostas da Iniciativa Liberal têm um objetivo claro. Num país onde a burocracia é a regra, a desconfiança é o método e a cobrança é a prioridade, é fundamental simplificar, eliminar barreiras e acabar com as taxas e taxinhas que só complicam a vida a quem cria valor, a quem investe e a quem trabalha. Por isso, a pergunta que se impõe: está ou não está o Governo disponível para aliviar as empresas e as famílias, tornar o sistema mais simples e fiscalizável e libertar, assim, o País desta grande teia de taxas e taxinhas?

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Vamos passar agora ao artigo 7.º.

Para intervir sobre este artigo, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado Adjunto da Presidência e da Imigração. Faça favor.

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto da Presidência e da Imigração** (Rui Armindo Freitas): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, a imigração é hoje um dos temas centrais da discussão política nacional. E ao contrário do que tantas vezes se diz, não é um debate sobre tolerância ou intolerância, é, sobretudo, um debate sobre responsabilidade: a responsabilidade de garantir regras claras, serviços que funcionem e um Estado capaz de integrar, não apenas de receber. É, acima de tudo, sobre manter a coesão social.

A pior política de imigração é não ter política nenhuma. E foi isso que aconteceu em Portugal até abril de 2024.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto da Presidência e da Imigração**: — Desde o primeiro dia que trabalhamos para construir um sistema equilibrado que responda aos desafios herdados.

A manifestação de interesse tinha transformado Portugal na maior porta de entrada irregular da Europa, a que se somou uma extinção atabalhoada do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras no pior momento possível. Ninguém sabia quantas pessoas estavam em Portugal nem em que condições.

Tudo isto gerou desordem jurídica, administrativa e social. Este descontrolo abriu espaço a abusos, a exploração, a perda de confiança no Estado, por parte dos nossos concidadãos. E quando não há política, o que impera é o caos. E quando o caos impera, perdem todos, perde o Estado, perde quem cá vive, perde quem cá chega.

E foi nesse vazio que dois oportunismos floresceram. Floresceu o oportunismo de quem lucra com o caos e faz política a partir do medo, fazendo crer que quem vem de fora, mesmo para trabalhar e contribuir, é a raiz de todos os males. E floresceu também o dos que, por fanatismo ideológico, acham que o caos e o descontrolo são uma virtude, mesmo que, na prática, as pessoas estejam entregues à sua sorte e não tenham quaisquer direitos.

Provámos que não existem só estes dois caminhos. Portugal não tem de ser refém desta dicotomia. Por isso, este Governo escolheu um rumo diferente: repor a ordem,…

Risos do Deputado do CH Pedro Pinto.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Repor a ordem, que engraçado!

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto da Presidência e da Imigração**: — … devolver a credibilidade ao Estado e reconstruir a capacidade para gerir a imigração com responsabilidade, regras claras e dignidade para quem as cumpre.

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

A reforma do sistema migratório obrigou a várias intervenções estruturais. Acabámos com a porta escancarada da manifestação de interesse. Criámos uma estrutura de missão para resolver pendências: mais de 440 000 processos em fila de espera há anos, sem que se soubesse nada sobre estas pessoas, que estavam entregues a si mesmas. Aqui importa dizer que demos prioridade a todos os processos pendentes, daqueles que estavam em situação mais vulnerável, deixando para o fim os chamados vistos *gold*.

Esta definição de prioridades espelha bem a forma como olhamos para os problemas e a preocupação social que, desde o início, marca toda a nossa ação. Abrimos canais regulados de imigração laboral, substituindo a lógica da entrada desordenada e da imigração ilegal, por vias reguladas e seguras, para a qual muito contribuiu

o reforço da rede consular. Colocámos mais de 300 mediadores linguísticos e culturais nas escolas, para apoiar a integração das crianças que tinham chegado ao nosso sistema de ensino.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Isso é importantíssimo! Não há professores, mas há mediadores!

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto da Presidência e da Imigração**: — Criámos, na PSP, a Unidade Nacional de Estrangeiros e Fronteiras para garantir o controlo das fronteiras e a fiscalização. Transferimos para a PSP a competência de retorno. Alterámos a Lei dos Estrangeiros trazendo coerência à política pública, reagrupamento familiar que funcione e imigração apenas com visto prévio. Alterámos a Lei da Nacionalidade, para que volte a ser o que sempre deveria ter sido: uma opção de pertença e não um atalho de conveniência,…

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto da Presidência e da Imigração**: — … regressando, assim, ao consenso alargado da moderação que vigorou no passado.

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Bem lembrado!

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto da Presidência e da Imigração**: — E a última peça deste sistema é uma reconfiguração do regime de retorno,…

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ora!

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto da Presidência e da Imigração**: — … para que quem não cumpre as nossas regras sofra consequências e seja afastado, eficazmente, do território nacional. É que um sistema que integra com dignidade também precisa de decidir com eficácia e ser consequente com o incumprimento. É este último passo que vamos, em breve, apresentar a este Parlamento.

Esta reforma não foi feita contra ninguém, é a favor de todos, dos que cá estão e dos que escolheram vir para contribuir para a nossa sociedade, cumprindo as nossas regras e abraçando os nossos valores.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto da Presidência e da Imigração**: — Tudo isto assenta, desde o início, numa visão simples, mas estrutural: Portugal precisava de imigração regulada; Portugal precisava de regras claras; Portugal precisava de acolher bem quem chega; Portugal precisava de repor a confiança no papel do Estado.

Foi isso que fizemos, é isso que estamos a fazer.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Secretário de Estado tem três pedidos de esclarecimento. Responde, em conjunto, aos três?

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto da Presidência e da Imigração**: — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — O primeiro pedido de esclarecimento é do Sr. Deputado Nuno Gonçalves, do PSD, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Nuno Gonçalves** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Secretário de Estado, este Governo pauta a sua ação, desde a primeira hora, por resolver os problemas das pessoas.

Qualquer debate sério e verdadeiro sobre imigração será, inevitavelmente, sobre o tipo de sociedade em que queremos viver. Uma sociedade coesa e moderada, com imigração controlada, que satisfaça os interesses económicos e sociais, o reconhecimento dos direitos fundamentais para os imigrantes legais e refugiados e a exigência do cumprimento dos deveres inerentes às leis e costumes do país que os acolhe, enquanto república de pessoas livres e iguais.

Há um ano e meio, 446 000 imigrantes tinham a sua vida suspensa e a Administração milhares de atos administrativos em atraso. O Governo criou uma estrutura de missão. Hoje, os processos encontram-se tramitados, regularizou-se 1 milhão de pendências e 210 000 processos foram indeferidos.

Há um ano e meio, assistíamos, por força de um propositado estertor do SEF, à incapacidade da AIMA (Agência para a Integração, Migrações e Asilo) em responder à pendência que herdou e aos postos consulares sem capacidade de dar resposta em tempo oportuno. O Governo afetou 159 especialistas à rede consular, contratou 310 mediadores sociais, a grande maioria junto das associações de imigrantes, tornando a resposta mais célere e a integração mais acompanhada.

Há um ano e meio, a Declaração de Manifestação de Interesse e Efeitos de Chamada garantia a porta aberta, regularizando estrangeiros que entravam em Portugal como turistas, mas excluía a entrada regulada e a integração com humanismo, empurrando-os para o mercado de trabalho ilegal. Este Governo criou a Via Verde, regulando os setores económicos da procura e oferta de emprego, exigindo visto prévio, acabando com a generalização do visto de procura de trabalho, limitando-o a quadros qualificados.

Há um ano e meio, o imigrante era portador de uma autorização de residência que não passava de uma folha A4, de fácil reprodução, e até falsificação, que nada dizia sobre o seu registo criminal e pouco da identidade do seu titular. Hoje, o imigrante tem um cartão de identificação com a sua fotografia e a recolha de dados biométricos.

Sr. Secretário de Estado, a pergunta é muito simples: estávamos melhor há um ano e meio ou estamos melhor hoje?

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Almeida, do CDS-PP. Tem 2 minutos, para pedir esclarecimentos.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário do Estado, esta é, provavelmente, uma das áreas de política pública em que o Governo, tendo assumido a prioridade de mudar o estado de coisas, mais apoio teve naquilo que fez.

De facto, a única coisa estranha em todo este processo é como é que o Partido Socialista ainda não percebeu duas coisas: uma, o estado em que tinha deixado o País e os erros que cometeu anteriormente; duas, que aquilo que defende neste momento está completamente desalinhado do pensamento médio dos portugueses, relativamente a uma política de imigração.

Há, naturalmente, pessoas que acham que essa política de imigração deve ser mais rigorosa, mais exigente; outras acham que deve ser menos. Mas não há ninguém, não se ouve ninguém, que defenda que as coisas deviam ter continuado como estavam no tempo do Partido Socialista.

Mas quem escolhe fazer enfrenta sempre um enorme desafio, que é o desafio da eficiência, das alterações que são produzidas, e o custo do momento em que a transição promove, por exemplo, um acréscimo de trabalho para uma estrutura que lidava com uma manifestação de interesse que empurrava tudo com a barriga.

Obviamente que para uma máquina administrativa era muito mais fácil, passar um papel, com um visto CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) — como se isso resolvesse alguma coisa sem sequer verificar o registo criminal de quem vinha —, em vez de exigir rigor, ir verificar o registo criminal ou obrigar as pessoas a apresentarem-se para comprovar se as pessoas titulares de determinados títulos são, efetivamente, as pessoas que cá estão ou não. Isso é muito mais difícil.

Portanto, a pergunta neste momento é exatamente sobre essa eficiência: a do momento e a futura. Como é que estamos, neste momento, relativamente a esse período de transição? Por exemplo, este artigo e estas

autorizações legislativas e despesas permitem o envolvimento das autarquias? Em que termos é que uma descentralização territorial pode beneficiar a eficiência de todo este procedimento?

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Mariana Mortágua, do Bloco de Esquerda.

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, a minha pergunta é só uma: o que é que isso tem a ver com o Orçamento do Estado?

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É autorização de despesa!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Artigo 7.º — Transferência Orçamental!

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Porque é que o Sr. Secretário de Estado sente a necessidade de vir para um debate de especialidade do Orçamento do Estado discutir autorizações de residência, manifestações de interesse, vistos, política da imigração?

Protestos do PSD, do CH e do CDS-PP.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Artigo 7.º! Autorização de despesa orçamental!

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Porquê? O Sr. Secretário de Estado tem…

Continuação de protestos do PSD, do CH e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Peço para pararem o tempo.

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Ai tão sensível! Parece que não sabe debater! Parece que é Deputada nova aqui!

Continuação de protestos do PSD, do CH e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Talvez os Deputados não, mas eu já ia almoçar…

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — O Sr. Secretário de Estado está sentado ao lado da Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais.

A Sr.ª Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais tentou convencer-nos, há dois dias, de que discutir o IRC não podia acontecer dentro do Orçamento do Estado, porque era um cavaleiro orçamental.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Está refletido nos quadros!

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — A lei fiscal, o IRC, era um cavaleiro orçamental que não tinha lugar no Orçamento do Estado, que se quer um documento enxuto, que só discute as verbas orçamentais.

Protestos do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

E, eis senão quando, não havendo lugar para discutir o IRC no Orçamento do Estado, vem o Sr. Secretário de Estado discutir política de imigração, que não tem nada a ver com o Orçamento do Estado.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Tem!

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, Sr. Secretário de Estado, tenho coisas para dizer sobre manifestação de interesse, sobre vistos, sobre política de integração de imigrantes em Portugal, mas vou dizer-lhe uma coisa: isso tem menos a ver com o Orçamento do Estado do que o IRC que eu aqui quis discutir com a Sr.ª Secretária de Estado dos Fundos Fiscais, que está sentada ao seu lado.

Aplausos do L.

Protestos da Deputada do PSD Ana Isabel Ferreira.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Secretário de Estado tem 3 minutos para responder a este conjunto.

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto da Presidência e Imigração**: — Vou começar pela última interpelação, para dizer o seguinte: de facto, hoje tem que ver com o Orçamento do Estado e durante muito tempo não teve, porque o que o vosso consenso, na esquerda, criou foram fantasmas, que eram as tais pessoas que vinham para Portugal, que eram boas o suficiente para pagar impostos, mas não eram boas o suficiente para estarem regularizadas. Isso, connosco, terminou.

A Sr.ª **Ana Isabel Ferreira** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto da Presidência e Imigração**: — Mas queria também dar-lhe nota de que, neste ponto — e para ir à questão do Sr. Deputado João Almeida —, estamos a discutir transferências para as autarquias, que dizem respeito a um trabalho que foi desenvolvido ao longo do último ano e meio e que tem a ver com a ampliação da rede de CLAIM (Centros Locais de Apoio à Integração de Migrantes), que muito trabalharam também para pôr ordem no caos que se recebeu neste País em abril de 2024.

Neste momento, sem essa descentralização, sem o trabalho de todos — das associações de imigrantes, das ordens profissionais que estiveram envolvidas —, ainda estávamos mergulhados naquele caos que os senhores tão bem defendem e continuam a defender, ainda nos dias de hoje.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Exatamente!

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto da Presidência e Imigração**: — Mas digo ao Sr. Deputado Nuno Gonçalves que, de facto, foi isso que se passou ao longo do último ano. Com todas estas pessoas envolvidas, para trazer todas essas pessoas que estavam esquecidas neste País, pela esquerda, para o centro do debate, para passarem a ser reconhecidas pelo Estado português como não eram há muito tempo, foi necessária esta estrutura de missão.

Como muito bem disse, hoje pode afirmar-se que essa estrutura resolveu mais de 90 % das pendências que este Governo herdou do Governo anterior.

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Bem lembrado!

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto da Presidência e da Imigração**: — Isso, sim, é discussão séria e, sim, pode-se ter aqui no âmbito do Orçamento do Estado.

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Ai pode…?

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto da Presidência e Imigração**: — Pode-se ter, pode-se ter.

E a senhora, se quer então fazer as perguntas, estarei mais do que disponível para lhe responder. Mas sei que custa ouvir sobre a realidade em que nos deixaram o País.

Protestos da Deputada do BE Mariana Mortágua.

A nós, pouco nos incomoda. Estamos aqui a trabalhar e estamos aqui a resolver. É isso que vamos continuar a fazer.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Moniz.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, Portugal assumiu o compromisso de ter uma meta de 30 % de proteção das suas áreas marinhas, quer no quadro europeu quer no quadro global deste compromisso de consciência e afirmação ambiental.

Aos Açores, através da sua rede de áreas marinhas protegidas, cumpre, já a partir de janeiro, este desiderato da década. E os Açores fazem-no na liderança do mar, na liderança da economia azul. Com esta medida, Portugal e a própria União Europeia aproximam-se do cumprimento global, através dessa iniciativa dos Açores.

Como sabemos, no imediato, a mesma retira rendimento aos pescadores e obriga a uma alteração da sua frota, de acordo com estas novas exigências. É por isto que este Orçamento contempla até 2 500 000 euros, plurianuais e já para 2026, para não deixar faltar rendimento aos pescadores nem pôr em perigo um compromisso civilizacional que os Açores lideram.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: —Tem a palavra a Sr.ª Deputada Filipa Pinto, do Livre.

A Sr.ª **Filipa Pinto** (L): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr.as e Srs. Membros do Governo, ontem, 25 de novembro, celebrámos mais um Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Ah…!

A Sr.ª **Filipa Pinto** (L): — Fomos centenas nas ruas, em todo o País, a lutar pelo fim da discriminação e da violência.

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Pela castração química? Pela prisão perpétua? Não, isso não!

A Sr.ª **Filipa Pinto** (L): — Os números são trágicos: mais de 25 000 ocorrências de violência doméstica nos primeiros nove meses do ano. É o valor mais alto dos últimos sete anos.

Só este ano, 24 mulheres foram assassinadas em Portugal — 24 mulheres. Quando alguns nos tentam fazer acreditar que a insegurança vem de fora,…

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E vem!

A Sr.ª **Filipa Pinto** (L): — … estes números deixam claro que a maior ameaça à segurança das mulheres está dentro de casa.

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Prendam-nos para sempre! Não deixem os monstros à solta!

A Sr.ª **Filipa Pinto** (L): — No Orçamento do Estado para 2025, o Livre aprovou, por unanimidade, a criação de um guia claro e acessível sobre os direitos e recursos à disposição das vítimas de violência doméstica. Passou um ano e o Governo da AD ainda não cumpriu, porque a informação continua dispersa, confusa, técnica e difícil. Nestes assuntos, simplificar salva vidas!

Não propomos só intenções. Se inscrever na lei o apoio de que as pessoas precisam não basta, porque acaba por não ser feito, pois então que se transfiram as verbas que garantem que há casas-abrigo, unidades de emergência, equipas especializadas e apoio no terreno.

O Livre não desiste de trabalhar para combater este problema. Já o fizemos com o subsídio de desemprego para as vítimas de violência doméstica. Já o fizemos com a proposta, já aprovada, para uma grande campanha de divulgação dessa política pública; podemos fazê-lo também, a partir de hoje, com a aprovação de transferências de verbas destinadas a garantir o normal funcionamento das estruturas, resposta e serviços da Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica.

Para além disso, destacamos o reforço dos apoios sociais disponíveis às vítimas, incluindo informação sobre as entidades competentes para a sua atribuição. Nem todas as vítimas têm conhecimento dos recursos que têm ao seu dispor para saírem do ciclo de violência, e é dever do Estado fornecer-lhes todo o apoio.

Cada vida conta, Sr.as e Srs. Deputados, e nesta matéria, um voto contra não é neutro; é aceitar que a violência continue dentro das nossas casas.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: —Tem a palavra a Sr.ª Deputada Lia Ferreira, do Partido Socialista.

A Sr.ª **Lia Ferreira** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, como já foi referido aqui, ontem assinalou-se o Dia Internacional da Eliminação da Violência contra as Mulheres.

Mas pergunto, Sr.as e Srs. Deputados: quantas mulheres com deficiência foram violentadas, violadas, esterilizadas sem consentimento, e silenciadas? Não sabemos. Não sabemos porque não temos dados. A violência sobre estas mulheres raramente é denunciada.

As poucas notícias que nos chegam são, por exemplo: uma mulher paraplégica foi raptada e violada sucessivamente durante 24 horas.

A oradora exibiu uma notícia.

Uma mulher com deficiência profunda foi abusada quando estava numa IPSS.

A oradora exibiu uma notícia.

Segundo um relatório europeu de 2023, em Portugal, num inquérito feito a um universo restrito de 270 mulheres, oito em cada dez dessas mulheres tinha sido vítima de violência. A maioria não recebeu apoio adequado.

A oradora exibiu um documento.

As mulheres com deficiência, na realidade, continuam fora do radar coletivo. Esta é uma grande realidade e não podemos virar a cara àquilo que se passa.

Continuamos a ter equipas sem formação especializada, continuamos a ter serviços sem condições, inacessíveis. A violência raramente é reconhecida por profissionais e por famílias, porque descredibilizam estas mulheres. E a maioria das vítimas nem sequer sabe identificar o abuso, porque é educada a ter de aceitar.

Por isso, propomos a esta Câmara que haja formação obrigatória, contínua e especializada, e que as campanhas nacionais passem a ser inclusivas e acessíveis a todos os públicos. Hoje, esta Câmara pode escolher se fica do lado das vítimas ou do lado da omissão.

Aplausos do PS e do L.

O Sr. **Presidente**: — Sobre o artigo 53.º, tem a palavra o Sr. Secretário das Pescas e Mar.

O Sr. **Secretário de Estado das Pescas e do Mar** (Salvador Malheiro): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: agricultura, floresta, pescas e mar — …

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Secretário de Estado das Pescas e do Mar**: — … falamos do setor primário, aquele que, durante demasiado tempo, foi tratado como secundário na definição de políticas públicas.

Hoje, o setor primário é estratégico e uma verdadeira prioridade para este Governo. Como diz o Sr. Ministro da Agricultura e Mar, o setor primário é segurança alimentar, é gastronomia,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Disso, ele gosta. De gastronomia, ele gosta!

O Sr. **Secretário de Estado das Pescas e do Mar**: — … é tradição, é coesão territorial e é também defesa.

E, se falamos do Sr. Ministro da Agricultura e Mar, uma vez que ele aqui foi visado em intervenções anteriores,…

Vozes do CH: — E bem!

O Sr. **Secretário de Estado das Pescas e do Mar**: — … permitam-me lamentar a infelicidade da intervenção do Sr. Deputado José Dias Fernandes, do Chega, pela avaliação de caráter que faz do Sr. Ministro,…

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não se pode dizer nada! São intocáveis, agora?!

O Sr. **Secretário de Estado das Pescas e do Mar**: — … quando se trata de uma personalidade considerada, não só dentro de portas como também fora de portas — inclusivamente por parte da bancada de Chega —, e também por uma outra questão, porque votou, ao lado do PSD, uma proposta do PSD para as reformas dos emigrantes; e, nesse mesmo momento, lamentou-se pelo facto de o Chega não ter tido a coragem de avançar, de partido próprio, com essa proposta.

Fica aqui a nota da defesa da honra do nosso Ministro.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Está a falar a sério?

O Sr. **Secretário de Estado das Pescas e do Mar**: — Continuando…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Tanta asneira! Tanta asneira! Olha, rasteirinho! Se eu fosse falar do Sr. Secretário de Estado nas redes sociais, olha…

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Desilusão! Muito rasteiro! Muito rasteiro!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Secretário de Estado, faça o favor de continuar.

O Sr. **Secretário de Estado das Pescas e do Mar**: — Se me der licença…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito rasteiro! Muito rasteiro!

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Secretário de Estado. Eu é que lhe dou licença e o Sr. Deputado Pedro Pinto vai permitir que se continue.

O Sr. **Secretário de Estado das Pescas e do Mar**: — O que este Governo traz para o debate é, finalmente, a sensibilidade que o setor primário merece, apoiada numa política de proximidade. Essa, que não é uma política

de dimensão menor, bem pelo contrário, é antes a única capaz de envolver, comprometer e responsabilizar todos os intervenientes na implementação de reformas que não ficam no papel. Reformas que acontecem no terreno. Esta visão está claramente refletida no Orçamento do Estado de 2026, um orçamento que não olha para a agricultura e para o mar como áreas estagnadas, mas como verdadeiros motores de desenvolvimento da economia, de coesão territorial e sustentabilidade.

Quero destacar três projetos que sintetizam esta estratégia.

Em primeiro lugar, a estratégia «Água que Une», uma resposta estrutural aos desafios da gestão hídrica. Este é um compromisso claro com o futuro, promovendo a eficiência, a resiliência agrícola e uma visão integrada do território.

Em segundo lugar, o plano de intervenção para a floresta. Falamos de planeamento estratégico, de prevenção, de valorização económica e de um combate efetivo ao risco estrutural que, historicamente, tem fragilizado o interior e os seus recursos.

Em terceiro, a Estratégia Nacional para o Mar. Porque gerir o mar não é apenas regulá-lo, é potenciá-lo, preservá-lo e assegurar que Portugal valoriza plenamente o ativo estratégico que representa a sua dimensão marítima.

Sr.as e Srs. Deputados, entrando no setor das pescas e do mar, importa reconhecer que no Orçamento do Estado para 2025, o montante destinado a esta área governativa era de 78,3 milhões de euros. E no Orçamento do Estado para 2026, o valor em discussão, para depois ser votado, é de 161 milhões de euros.

Aplausos do PSD.

E, portanto, factos são factos. Este montante será usado para a concretização de projetos estratégicos como, por exemplo, os cinco que passo a elencar.

Primeiro, promoção da economia do mar em todas as suas dimensões, não esquecendo a biotecnologia azul, a aquacultura, a construção naval, a náutica de recreio e a valorização de recursos naturais marinhos, designadamente, com a quantificação e certificação do seu potencial de absorção e armazenamento de dióxido de carbono, que conduzirão, no futuro, a um verdadeiro mercado de carbono azul.

Em segundo lugar, as campanhas de investigação conducentes ao reconhecimento da extensão da plataforma continental, que irão consolidar a soberania de Portugal à escala internacional.

Em terceiro, a implementação de áreas marinhas protegidas, fundamentais para a sustentabilidade do oceano.

Quarto, a renovação geracional do setor das pescas, com a consolidação do estatuto do jovem pescador e com a modernização da frota pesqueira.

Quinto lugar, melhoria das condições de segurança, navegabilidade e operabilidade dos portos de pesca.

Estes projetos foram preparados depois de ouvir comunidades piscatórias, organizações de produtores, associações, empresários, cientistas, investigadores, autarcas, e outros.

Por isso, votar contra este Orçamento é votar também contra as pescas e o mar. Votar contra este Orçamento é votar contra a valorização do pescado português.

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Secretário de Estado das Pescas e do Mar**: — Votar contra este Orçamento é votar contra a segurança nos portos de pesca.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Secretário de Estado das Pescas e do Mar**: — Votar a favor deste Orçamento é votar a favor da afirmação de Portugal enquanto nação marítima de excelência.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Secretário de Estado das Pescas e do Mar**: — Sr.as e Srs. Deputados, a decisão está nas vossas mãos.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Secretário de Estado, tem um pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Maurício Marques, do PSD, por 2 minutos. Faça Favor.

O Sr. **Maurício Marques** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr. Secretário de Estado, Sr.as e Srs. Deputados. Sr. Ministro das Pescas e do Mar, felicito-o por aqui defender tão acerrimamente o setor primário.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Mas qual Ministro? Quem é que é Ministro?!

O Sr. **Maurício Marques** (PSD): — Nunca, como agora, foi tão importante a defesa deste setor. Reconhecidamente, o setor primário é fundamental para tudo, para atenuar as alterações climáticas, para defender o mundo rural, que sempre teve uma grande preocupação ambiental.

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Maurício Marques** (PSD): — Reconhecer o mundo rural é aumentar a produção nacional. Como? Contribuindo para a segurança e redução da nossa balança agroalimentar.

O aumento da produção nacional só se consegue com a dignificação do setor, aumento do rendimento e renovação geracional,…

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Maurício Marques** (PSD): — … pois só assim se consegue inovar, só os jovens têm capacidade de inovar e potenciar as novas tecnologias.

Sr. Secretário de Estado, Portugal só foi grande quando se voltou para o mar. O seu ainda curto mandato tem sido marcado essencialmente por dignificar o setor das pescas e apoiar as diversas entidades ligadas ao mar.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Maurício Marques** (PSD): — A sua atividade tem sido de uma intensidade que não vou conseguir particularizar no tempo que me resta.

Risos do PSD.

A sua atividade tem sido muito interessante na valorização do mar e ligação às pescas. Quando estamos a discutir o Orçamento para o próximo ano,…

O Sr. **Fernando Queiroga** (PSD): — 15 segundos!

O Sr. **Maurício Marques** (PSD): — … importa perguntar como prevê o Governo utilizar os fundos europeus, nomeadamente o Mar 2030, no apoio ao setor.

O Sr. **Fernando Queiroga** (PSD): — Já não tens tempo! Já não tens tempo!

O Sr. **Maurício Marques** (PSD): — Sr. Secretário de Estado,…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — O tempo terminou. Penso que ficou muito bem compreendido o pedido de esclarecimento. Sr. Secretário de Estado, tem a palavra, para esclarecer. Faça favor. Tem 2 minutos.

O Sr. **Secretário de Estado das Pescas e do Mar**: — Sr. Presidente, uma resposta muito rápida sobre algo que é muito importante, que tem a ver com os fundos comunitários destinados ao setor das pescas e do mar. Esse instrumento financeiro é absolutamente decisivo para podermos, de uma vez por todas, dar uma nova energia a um setor tão importante para a economia nacional e que, infelizmente, ao longo dos últimos anos, tem sido esquecido.

Primeira boa novidade: no âmbito do Mar 2030, estamos ainda no mês de novembro, e já garantimos que a regra n+3 está cumprida para o ano de 2025. Mais, já estamos com a execução que vai contribuir para o cumprimento dessa mesma meta, também nos anos seguintes.

A que é que se destinam as verbas? Destinam-se, precisamente, a termos mais segurança nos portos de pesca, mais segurança em todas as infraestruturas associadas aos portos de pesca e condições de navegabilidade. Está a ser feito um investimento, neste momento, na ordem dos 10 milhões de euros, que advêm, precisamente, do Mar 2030.

Mas não é só em alguns locais, é por todo o País — resultado de uma auscultação e de uma visita, praticamente, a todos os portos de pesca.

Quero dizer, também, que no Mar 2030 está a ser destinado verba para algo impensável nos dias de hoje, a produção de gelo, para que possamos ter as melhores condições de conservação do pescado português.

A Sr.ª **Ana Oliveira** (PSD): — Muito bem!

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Ana Isabel Ferreira, do PSD, para uma intervenção.

A Sr.ª **Ana Isabel Ferreira** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, este é um bom Orçamento do Estado. Aumenta os rendimentos de todos sem aumentar impostos. É um Orçamento que espelha responsabilidade financeira e social, equilíbrio das contas públicas e previsibilidade na sustentabilidade económica. Isso é reconhecido internacionalmente e, já em 2026, teremos a dívida abaixo da média europeia.

Um Orçamento do Estado que não é de esquerda nem de direita, é dos portugueses. E é, de facto, para todos os portugueses, porque estamos a resolver os seus problemas.

Lamentavelmente, alguns partidos continuam a priorizar a sua agenda política e as suas ideologias partidárias. O Chega determina como prioridade do País a redução do IVA dos chocalhos,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem! Muito bem!

A Sr.ª **Ana Isabel Ferreira** (PSD): — O PS determina como prioridade a apanha de bivalves.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.ª **Ana Isabel Ferreira** (PSD): — No último dia de votações, todos percebemos que o PS e o Chega casaram,…

Risos do PSD.

Vozes do CH: — Oh!…

Protestos do PS.

A Sr.ª **Ana Isabel Ferreira** (PSD): — … só não sabemos qual o regime de bens. Esperemos que nesta fase de lua de mel, não aprovem mais propostas irresponsáveis que comprometam a estabilidade das contas públicas.

Aplausos do PSD.

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto e contraprotestos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Ora, muito bem. Dizem as estatísticas que as taxas de divórcios estão muito elevadas também. Portanto…

Risos do CH e aplausos de Deputados do CH.

Bom, temos então agora uma última ronda, se desejarem, para o efeito, embora não tenha inscrições. Eu, por mim, dispenso a última ronda, mas se tiver inscrições, naquela ansiedade…

Pausa.

Diria que temos 15 segundos de tolerância para as inscrições. É justo, em função daquilo que são as tolerâncias.

Se for pela ordem da representatividade, vai-se pôr o problema se é pela ordem crescente ou decrescente. Portanto, para mim, não é relevante, se estiverem de acordo com a prática habitual, é pela ordem crescente, não é? Portanto, se aceitarem esse critério, isto facilita o jogo da inscrição. Então, por essa ordem, temos o CDS-PP com tempo para uma intervenção. Tem 1 minuto e 1 segundo. Prescinde?

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Passo então a palavra ao PCP, com 49 segundos. Tem a palavra a Sr.ª Deputada Paula Santos.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, estamos já nesta fase final da especialidade, mas aquilo que sobretudo eu queria suscitar neste momento é, perante a gravidade dos problemas com que os trabalhadores e os reformados estão confrontados no nosso País, terem sido recusadas um conjunto de propostas que faziam a diferença na melhoria das condições de vida. Nomeadamente, a valorização do poder de compra dos trabalhadores; o aumento efetivo das pensões; o aumento do subsídio de refeição para 11 €; a valorização dos profissionais de saúde, para fixar profissionais de saúde no SNS e garantir cuidados de saúde com qualidade.

Também a valorização da carreira docente para que, de uma vez por todas, se consiga assegurar a todos os alunos aulas a todas as disciplinas; a fixação do preço da botija do gás ou a limitação dos valores da renda dos novos contratos para combater a especulação;…

Protestos do CH.

… a redução do IVA da eletricidade, do gás, das telecomunicações e dos bens alimentares.

São muitas e muitas propostas que o PCP apresentou e, de facto, faziam a diferença, mas das votações cruzadas,…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Sr.ª Deputada, o seu tempo terminou. Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Amorim Lopes.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, quero assinalar dois pontos sobre este Orçamento do Estado.

Antes de mais, quero agradecer penhoradamente a paciência infinita que os serviços tiveram em ter de rever um articulado tão extenso e,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E as alterações também!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — … sobretudo, tantas e tantas propostas de alteração. Temos de pensar seriamente neste processo legislativo, porque esta é mais uma das pesadas heranças dos tempos da geringonça, porque a geringonça, nesse período, usava o Orçamento do Estado como um cavalo de Troia, um cavalo de Troia para comprar o apoio do PCP e o apoio do Bloco de Esquerda, enquanto vendia a prosperidade e a dignidade deste País para obter o apoio desses dois partidos.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Portanto, temos de voltar a um processo orçamental que seja enxuto e que se foque, efetivamente, naquilo que é política fiscal e não usá-lo como forma de colocar parágrafos, muitos deles nem sequer têm cabimento orçamental, aliás, não têm cabimento absolutamente nenhum,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — A Iniciativa Liberal a dar lições é uma coisa incrível!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — … pois são desprovidos de qualquer propósito, são apenas manifestos de intenções.

Sobre o segundo ponto, da nossa parte, vamos continuar a defender um Orçamento do Estado que altera a relação do Estado com os portugueses, que deixa de colocar o Estado a servir-se dos portugueses para colocar o Estado a servir os portugueses.

A este respeito, queremos um país com uma despesa controlada, e se o Governo não está disposto a escutar os nossos pedidos incessantes para que se controle a despesa, então escute, pelo menos, a Comissão Europeia, que, uma vez mais, veio solicitar, veio pedir, veio exigir, até, que a despesa líquida seja controlada e fique abaixo dos 5 % — aliás, é uma exigência, enfim, mais do que aceitável, tendo em conta o limite já elevado dos 5 %.

Iremos também continuar a pugnar por um Orçamento do Estado que não afoga os portugueses numa elevadíssima carga fiscal. A carga fiscal foi reduzida? Foi, mas continuamos com a mesma carga fiscal, em percentagem do PIB, que tínhamos nos tempos da troica, quando estávamos sob resgate, sob uma enorme emergência financeira.

Portanto, temos de ser mais ambiciosos? Temos. Temos de reduzir mais? Temos. Esse é um desígnio de todos os portugueses. E, portanto, nós queremos um Estado que seja um facilitador das empresas, das famílias, dos portugueses, e não uma força de bloqueio. É isso que faremos neste Orçamento do Estado, como fizemos nos Orçamentos do Estado anteriores e continuaremos sempre a fazê-lo, porque esse é o nosso propósito, é a missão da Iniciativa Liberal — que o Estado seja um apoio, um facilitador e não um bloqueador.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Mendonça Mendes, que dispõe de 3 minutos e 15 segundos, porque houve cedências de tempos de outros partidos para o Partido Socialista.

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, o Governo vai sair da Assembleia da República com o Orçamento que quis. Mas vai sair da Assembleia

da República com o Orçamento que é melhor em alguns pontos. É melhor, porque aprovou, contra a vontade do Governo, o suplemento de patrulha para a GNR e para a PSP.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — É melhor, porque aprovou, contra a vontade do Governo, a melhoria das condições de vida para os antigos combatentes. É melhor, porque aprovou, contra a vontade do Governo, a melhoria da situação dos bombeiros voluntários, em particular na tributação das suas gratificações.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, apesar de o Governo não cumprir a lei e não devolver o dinheiro das propinas àqueles que se licenciaram ou obtiveram o grau de mestre, a verdade é que o Governo impõe a manutenção do preço das propinas, isto é, impõe a acessibilidade ao ensino superior, em particular — isto é relevante para o grau de mestrado.

O Governo não quis — e o PSD acha que a cultura é um bem de luxo —, mas a verdade é que este Parlamento vai corrigir a injustiça de as galerias de arte não poderem revender as obras de arte a IVA reduzido de 6 %.

Este Parlamento, contra a vontade do Governo, conseguiu assegurar que as despesas em cultura — volto a frisar, Srs. Deputados do PSD, que não são um luxo — vão passar a ser dedutíveis em sede de IRS.

Mas, Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, este Orçamento, por causa da maioria de direita, é o Orçamento que impediu o aumento extraordinário das pensões.

Vozes do CH: — É verdade!

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — Este Orçamento, com o voto de toda a direita, é o Orçamento que permite ao Governo ter carta branca para aumentar o ISP (imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos) e, com isso, aumentar o custo de vida das famílias.

Aplausos do PS.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, também é contra a vontade do Governo o Orçamento que vai permitir aos cidadãos residentes no Alentejo, a isenção das portagens na A6 e na A2.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Calma! Calma! Pode haver surpresas!

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — E este é também o Orçamento — e espero ver o voto do PSD — que irá permitir a retirada dos camiões da VCI, com a isenção das portagens na CREP.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, o Governo sai com o Orçamento que quis e sai sem desculpas. A Comissão Europeia, ontem, foi muito clara sobre o incumprimento do Governo relativamente à despesa líquida primária. Mas, Srs. Membros do Governo, não foi o Parlamento que causou esse incumprimento e não será o Parlamento que impedirá que este Governo cumpra todas — e repito, todas — as metas que aqui inscreveu: crescimento económico, crescimento da despesa líquida primária, saldo orçamental.

Não têm desculpas. Podem ir trabalhar!

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto, do Chega, que dispõe de 2 minutos e 7 segundos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, ficámos a saber, mais uma vez, e pela boca do Partido Socialista — já o tínhamos ouvido pela boca do PSD —, que tudo de mau que está neste Orçamento é por culpa do Chega.

Eu até chego a pensar que somos nós que fizemos este Orçamento, porque tudo… Não se aumentam as pensões. Por culpa de quem? Do Chega. Aí, as portagens vão baixar. Por culpa de quem? Do Chega. Bom, a culpa é sempre do Chega!

Mas também ficámos a saber outra coisa, nesta discussão do Orçamento. Ficámos a saber que a Ministra da Cultura não manda nada. Ficámos a saber, através da voz do líder parlamentar do PSD, que a Ministra da Cultura não manda nada, porque quem manda é o Primeiro-Ministro e a opinião dela não interessa para nada no caso de baixar o IVA das obras de arte — isto foi o que disse o Sr. Deputado Hugo Soares.

Ficámos também a saber que o Sr. Deputado António Rodrigues, do PSD, está muito preocupado por dar 15 milhões para a UNEF (Unidade Nacional de Estrangeiros e Fronteiras) — imagine-se! —, para os polícias terem uma melhor vida, para poderem proteger melhor as nossas fronteiras, 15 milhões! Que tragédia neste Orçamento do Estado! Mas não está preocupado com os 354 milhões para o RSI,…

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — … que é dado a pessoas que, na sua grande maioria, não querem fazer nada, porque têm dois bracinhos e duas pernas para trabalhar, mas não querem fazer nada.

Aplausos do CH.

Mas ficámos também a saber, pela voz do Sr. Deputado Alexandre Poço, do PSD, que existia um consórcio entre o PS e o Chega.

O Sr. **Alberto Fonseca** (PSD): — É verdade! É verdade!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não existe consórcio nenhum. O único consórcio que esta bancada tem é com o povo português, e eu sei que o PSD isso não percebe.

Aplausos do CH.

E nós não enganámos ninguém, nós não enganámos ninguém! No programa eleitoral do Chega estava lá que vamos acabar não com uma, não com duas, não com três,…

O Sr. **Marco Claudino** (PSD): — Com tudo!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — … não com quatro, mas com todas, com todas as portagens em Portugal! Todas! Todas! Todas as portagens em Portugal! Todas!

Aplausos do CH.

O Sr. **Marco Claudino** (PSD): — E com o Pai Natal!?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Mas o Partido Socialista, utilizando uma linguagem muito em voga nos jovens, é o partido *fake*. Porquê? Porque critica o Orçamento, diz que tudo está mal, que este Orçamento tem a maior carga fiscal de sempre, e nós pensamos: o PS vai votar contra o Orçamento.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Vai, vai!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Chega o momento e, ah!, abstenção!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Ah?!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Afinal, o Orçamento é tão mau, tão mau, tão mau, mas vão abster-se! Vão abster-se, porque são a muleta, são a noiva do PSD…

Risos do CH.

O Partido Socialista e o PSD são os grandes casamenteiros deste Orçamento do Estado.

Aplausos do CH.

Protestos do PSD e do PS e contraprotestos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Estava a pensar que não era má ideia taxarmos os eventos, porque com tanto evento e com tanto casamento e com a noiva…

Risos do PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Carneiro.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, chegamos ao fim desta discussão do Orçamento do Estado para 2026 e conseguimos já perceber algumas coisas.

A primeira é que este Orçamento não aumenta impostos, bem pelo contrário, baixa impostos e baixa impostos à classe trabalhadora.

Aprovamos uma proposta que prevê o pagamento suplementar extraordinário aos pensionistas, se as condições das finanças públicas o permitirem. Foi a única proposta aprovada — e isto é muito significativo — e os idosos poderão contar connosco, se as contas públicas o permitirem.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Aumentamos novamente o complemento solidário para idosos; aumentamos o salário mínimo; temos um reforço dos serviços públicos — no caso da saúde, temos o maior orçamento da saúde, que temos de saber executar bem, com eficácia e com eficiência, e é nisso que o Governo também está a trabalhar. Aliás, ao contrário daquilo que o Sr. Deputado António Mendonça Mendes ainda há pouco dizia, que é: «Com este Orçamento, o Governo pode ir trabalhar» — deixe-me corrigi-lo, Sr. Deputado,…

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Pode ser só o Luís!…

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — … o Governo já está a trabalhar, desde há algum tempo a esta parte. Mau era se começasse hoje. Mau era!

Aplausos do PSD.

Este é um Orçamento com boas contas públicas, com a dívida pública a decrescer. E isto é algo que deve ser sinalizado, porque é também a imagem do País no exterior que está em causa.

O que é que nós vimos no debate da especialidade e nas votações até agora? O Chega e o PS a unirem-se várias vezes para aprovar propostas do Partido Socialista, a que foi relativa aos antigos combatentes, como aqui foi dito, que custa na ordem dos 20 milhões; foi a das propinas; foi a do subsídio de patrulha, que em dois anos custará na ordem dos 17 milhões.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Não é verdade! Faz as contas!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Portanto, são 57 milhões, no mínimo, e ainda não acabou a conta.

Hoje, votaremos as propostas relativas à abolição das portagens…

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Já mandámos a conta!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — … e veremos como é que o Partido Socialista vota, por exemplo, a proposta do Chega, porque no caso da proposta do Chega…

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Quem faz acordos com o Chega não é o PS!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — … estamos a falar na ordem dos 100 milhões de euros e a proposta do Partido Socialista andará entre os 16 a 20 milhões de euros. Portanto, estas contas ainda não estão fechadas, Srs. Deputados.

O que é que sabemos também? Sabemos que o Partido Socialista viabilizou sete propostas do Chega, três das quais votando a favor.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — É verdade!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Para quem dizia que havia linhas vermelhas,…

Risos do PS.

… hoje sabemos, novamente, que não há linhas vermelhas para o Partido Socialista.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Bem lembrado!

Protestos de Deputados do PS.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sabemos também que o Chega votou e viabilizou 61 propostas das propostas da esquerda, que foram 132, aprovadas com o voto contra da AD.

Portanto, está aqui esta proximidade entre o Partido Socialista e o Chega.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Olha a lata! Olha a lata que é preciso ter!…

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — E é curioso ver também a posição que leva a que estes dois partidos justifiquem a sua votação no Orçamento do Estado.

No caso do Partido Socialista, que decidiu pela abstenção, que é uma posição, devo dizê-lo, responsável, percebo que tenha de demonstrar um sinal de vida e, por isso, trouxe algumas propostas que valem milhões de euros para tentar viabilizar essas propostas.

Por outro lado, do lado do Chega, o único motivo para votar contra o Orçamento é o ISP. E, pasme-se: o Orçamento não trata do ISP.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É verdade!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O que é que está escrito?!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Não há aumentos do ISP neste Orçamento do Estado. Aliás, há um compromisso firme do Governo e do Sr. Ministro de Estado e das Finanças que disse que não aumentaria o ISP sem que, com as reduções que fossem acontecendo no crude e com a desvalorização do dólar, isso permitisse na conta final que o consumidor não sentisse esse aumento.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Há esse compromisso. Portanto, não há nenhum aumento do ISP.

Chegados a este momento, Srs. Deputados, há uma grande conclusão: todos os partidos desta Câmara sabem que este é um bom Orçamento, pois é um orçamento que resolve os problemas do País e os problemas dos portugueses.

Por isso, como é natural, a AD, ou melhor, as bancadas do PSD e do CDS, votarão a favor de um orçamento que traz coisas boas ao País e aos portugueses.

Acho que os outros partidos ainda iam a tempo de rever a sua posição e de corrigir a mão, como, por exemplo, o caso da Iniciativa Liberal, que até hoje não apresentou um argumento verdadeiro para votar contra o Orçamento.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Para uma última intervenção, dou a palavra ao Sr. Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento.

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento** (José Maria Brandão de Brito): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, o debate na especialidade do Orçamento do Estado para 2026 foi intenso, participado e revelador das diferentes visões que cada força política tem para o País.

Cada partido pôde apresentar a sua leitura do Orçamento em apreço, bem como as prioridades políticas que entende deverem ser prosseguidas. O Governo acompanhou este processo com sentido de responsabilidade institucional e política.

Estiveram presentes membros do Governo da generalidade das áreas governativas para dar resposta aos pedidos de esclarecimento e explicar as opções políticas vertidas na proposta de lei do Orçamento do Estado.

É também justo reconhecer o esforço das bancadas para preservar a dignidade do Parlamento, promovendo um debate que decorreu com elevação e respeito mútuo.

No entanto, Sr.as e Srs. Deputados, é imperativo sublinhar que continua a haver um longo caminho a trilhar no sentido da maturação democrática do processo de apreciação e votação do Orçamento do Estado.

O Governo apresentou uma proposta de lei com 139 artigos, o que era o suficiente para garantir a execução das políticas públicas e a gestão financeira do Estado. E 139 artigos é muito menos de metade dos 335 que constam da Lei do Orçamento do Estado para 2025, hoje em vigor. Tal representou um esforço de simplificação e transparência inédito neste País.

Perante esta proposta de lei, deram entrada 2076 propostas de alteração. Ora, um número desta ordem de grandeza, por si só, inviabiliza um debate sério sobre o mérito de cada uma. Mas, se todas fossem aprovadas, teríamos um Orçamento do Estado com mais de 1700 artigos, o que tornaria o País ingovernável e com um grave problema nas contas públicas.

Acresce que muitas destas iniciativas versaram sobre temas apenas tangencialmente relacionados com a matéria orçamental, aquilo a que se chama «cavaleiros orçamentais».

Tivemos de tudo, desde disposições meramente declarativas, sem implicações para o erário público, até reduções de impostos na ordem dos milhares de milhões de euros.

Na esmagadora maioria dos casos, estas propostas de alteração não foram acompanhadas de qualquer esboço credível de avaliação de impacto orçamental, mas o Governo estima que o seu efeito líquido agregado ascenderia a dezenas de milhares de milhões de euros, o que, se fosse aprovado, colocaria em causa a sustentabilidade das finanças públicas e, com ela, a confiança dos cidadãos, dos investidores e dos nossos parceiros europeus.

Sr.as e Srs. Deputados, convém lembrar o essencial. O Orçamento do Estado, tal como decorre da Lei de Enquadramento Orçamental, é a expressão financeira e patrimonial das políticas públicas aprovadas pela Assembleia da República e pelo Governo.

Não é, não pode ser, um mero repositório ocasional de reivindicações setoriais, por mais legítimas que sejam. Não é, não pode ser, o caldeirão de uma espécie de sopa da pedra legislativa, para a qual cada partido contribui com o seu punhado de diplomas, despejando-os na mesma panela, sem olhar à coerência, à hierarquia das

prioridades e, sobretudo, à capacidade de financiamento dessas medidas. Um processo desta natureza enfraquece a transparência, confunde os cidadãos e dificulta o escrutínio democrático.

Sr.as e Srs. Deputados, até ao final do dia de ontem foram aprovadas 132 propostas de alteração, quase tantas quantos os artigos do projeto de proposta de lei.

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — É a vida!

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento**: — O correspondente acréscimo de despesa, independentemente da bondade dos motivos associados, consome uma parte substancial do saldo estimado e pesa sobre os anos seguintes.

É, por isso, imperativo que a tarde de hoje não venha a onerar ainda mais o Orçamento. Ainda por votar estão propostas como a abolição das portagens em vários troços de autoestradas, que, se aprovadas, além de fragilizarem o modelo de financiamento das grandes obras públicas, custarão ao Estado mais de 100 milhões de euros anualmente.

Cada nova medida aprovada sem compensação financeira aproxima-nos de um cenário de défice que Portugal conhece demasiado bem.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — RSI: 354 milhões!

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento**: — A manutenção de um excedente é vital: não é um capricho ideológico nem um fetiche contabilístico; é a condição para garantir que o País continua a reduzir o peso da dívida, a financiar-se a taxas de juro comportáveis e a proteger as gerações futuras de encargos insustentáveis. O excedente projetado para 2026 é circunstancialmente reduzido em termos nominais, mas sem os empréstimos PRR (plano de recuperação e resiliência) ascenderia a quase 3 mil milhões de euros, o que atesta a robustez das finanças públicas portuguesas.

A solidez do Orçamento do Estado para 2026 mede-se pela capacidade de manter saldos positivos, um saldo primário confortável e uma trajetória firme de redução de dívida — tudo isto enquanto se continua a reduzir impostos, a reforçar o Estado social e a investir no crescimento.

Sr.as e Srs. Deputados, o apelo final é simples. Que esta Assembleia honre plenamente a responsabilidade que a Constituição lhe confere na aprovação do Orçamento do Estado, que resista à tentação de continuar a somar medidas avulsas por mais populares que possam parecer no imediato, e que não ponha em causa a coerência, a credibilidade e a sustentabilidade do Orçamento do Estado para 2026, para bem de Portugal e das gerações futuras.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — E assim termina este ponto do debate.

Houve dois Srs. Deputados que não conseguiram registar-se para efeitos de quórum, sendo um deles o Sr. Deputado Luís Moreira Testa. Tem a palavra.

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Sr. Presidente, pretendo requerer a minha presença, para efeitos de registo.

O Sr. **Presidente**: —Fica registado, Sr. Deputado.

Quem mais? Mais ninguém?

O Sr. **Pedro Sousa** (PS): — Sr. Presidente, peço desculpa, é para o mesmo efeito. Também não me consegui registar.

O Sr. **Presidente**: — Está registado, Sr. Deputado Pedro Sousa.

Srs. Deputados, o Plenário amanhã reúne às 10 horas e tem como ordem do dia a discussão das normas avocadas, seguindo-se as votações das mesmas, e, por fim, o encerramento do debate, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 37/XVII/1.ª (GOV) — Orçamento do Estado para 2026.

Despeço-me do Sr. Ministro e dos restantes membros do Governo, desejando bom trabalho para quem vai estar na Comissão esta tarde.

Eram 14 horas e 11 minutos.

Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.